

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA PAULA DE SOUZA

AS MULHERES E O FEMINISMO NO MOVIMENTO SINDICAL: UM ESTUDO
DAS EXPERIÊNCIAS DO ANDES-SN

Juiz de Fora

2016

ANA PAULA DE SOUZA

**As mulheres e o feminismo no movimento sindical: um estudo das
experiências do ANDES-SN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Marina Barbosa Pinto

Juiz de Fora

2016

*Às mulheres trabalhadoras, sindicalistas,
que no cotidiano da luta se fortalecem,
mudam a vida e o mundo.*

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito esperado, marcado pela mistura de sentimentos vivenciados ao longo do processo de elaboração desta dissertação. Em alusão a Guimarães Rosa, reconheço que “o correr da vida embrulha tudo” e as experiências e trocas que ela nos proporciona contribuem para o amadurecimento na caminhada. Sendo assim, a gratidão é o único sentimento que me permito alimentar, mesmo com os percalços do trajeto.

Primeiramente, agradeço à professora Marina Barbosa Pinto por aceitar o desafio de me orientar com tanta dedicação, presença, afeto e sabedoria. O interesse por desenvolver este estudo, com toda certeza teve a admiração que sinto por você como motivação, mesmo que em alguns momentos eu não soubesse expressá-la. Tenho clareza das dificuldades que vivenciamos, mas aprendi e sei que continuarei aprendendo muito com seu exemplo. Obrigada por não desistir, por não deixar que eu desistisse e por me ensinar tanto.

Agradeço à minha mãe, “renovadora e reveladora do mundo”, por incitar em mim, mesmo sem perceber, o questionamento e a indignação diante das desigualdades e opressões presentes na vida das mulheres. A partir dos seus olhos aprendi a acreditar que um outro mundo para nós é possível.

Agradeço ao meu pai, meu melhor amigo, por me ensinar que tudo posso, pelo apoio e crença nos meus sonhos, por me incentivar nos momentos de angústia e por me proporcionar o acesso ao estudo, algo que a dureza da vida não lhe permitiu experimentar.

Agradeço aos meus amigos por compreenderem as ausências e por todo amor e carinho.

De igual modo, agradeço aos companheiros e companheiras de militância por permitirem a partilha do sonho de uma vida mais florida.

Agradeço à professora Eblin Joseph Farage e à professora Viviane de Souza Pereira, presentes na banca de qualificação e agora na defesa da dissertação, suas contribuições foram essenciais para o estudo que apresentamos e a delicadeza com que manifestaram as considerações permitiram que este trabalho se concretizasse. O estudo e o aprendizado são sempre uma construção coletiva e vocês foram essenciais nesse processo.

Com muito carinho, agradeço aos amigos da turma de mestrado que tornaram esta etapa do caminho mais alegre e suave.

A todos que contribuíram para que este momento se concretizasse, *gratidão*.

*“Vou mostrando como sou
e vou sendo como posso. Jogando
meu corpo no mundo, andando por
todos os cantos e pela lei natural
dos encontros, eu deixo e recebo
um tanto (...)”*

Novos Baianos

*“Eu quero ir bem alto, bem alto...
é que do outro lado do muro tem
uma coisa que eu quero espiar
(...)”*

Pagu

RESUMO

A participação política das mulheres no movimento sindical, considerando a assimilação das pautas feministas neste espaço de organização dos trabalhadores é tema central do estudo apresentado por nós na presente dissertação de mestrado. O sujeito de nossas análises é o Sindicato Nacional do Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES-SN), protagonista de lutas que superam as demandas específicas da categoria docente, contribuindo para o processo de organização e luta dos trabalhadores. Nossos estudos foram realizados a partir da imbricação entre capitalismo e patriarcado, priorizando no percurso analítico os elementos que determinam e condicionam o acesso das mulheres ao espaço público. Bem como, as referências presentes no processo de organização e luta dos trabalhadores brasileiros e as proposições do ANDES-SN referentes às pautas feministas. Apresentaremos no decorrer do estudo as considerações das mulheres que presidiram esta organização sindical, referentes aos limites e avanços da articulação entre as temáticas feministas e a luta mais ampla do sindicato. Por fim, destacaremos as principais questões presentes nessa discussão, efervescente e em construção na sociedade brasileira.

Palavras-chave: feminismo, movimento sindical, organização e luta dos trabalhadores.

ABSTRACT

The political participation of women in the union labor movement, considering the assimilation of feminist content in this organization place_of workers is the central theme of the study presented by us in this master dissertation. The theme of our analysis is the National Union of Teachers of Higher Education Institutions (ANDES-SN), protagonist of efforts beyond the specific demands of the teaching class, contributing to the process of organization and struggle of the workers. Our researches were executed from the overlap between capitalism and patriarchy, benefiting elements in the analytical course that determine and condition women's access to public place. As the references present in the process of organization and struggle of Brazilian workers and the ANDES-SN propositions relating to feminist content. We will present during the study the women's considerations which preside that union labor organization, referring to the limits and improvements of the relationship between feminist themes and wide union struggle. Finally, we will show the main issues present in this discussion, effervescent and in construction in Brazilian society.

Keywords: feminism, union labor movement, organization and struggle of the workers.

LISTA DE SIGLAS

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDES-SN – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional

AD - Associações Docentes

APES - Associação de Docentes de Ensino Superior de Juiz de Fora

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CONAD - Conselho das Associações Docentes

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

COB – Confederação Operária Brasileira

COT – Comissão Pastoral da Terra

ENAD - Encontros Nacionais de Associações de Docentes Universitários

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTPCEGDS - Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MML – Movimento Mulheres em Luta

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

SIND-UTE-MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CSP-Conlutas – Central Popular e Sindical

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO DAS MULHERES: ELEMENTOS INICIAIS DO DEBATE E EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA	15
1.1 FEMINISMO: OS CAMINHOS DE UMA LUTA	29
CAPÍTULO 2 – TRAÇOS DA LUTA DOS TRABALHADORES NO BRASIL	51
2.1 CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR E O SURGIMENTO DO ANDES-SN	64
CAPÍTULO 3 – O ANDES-SN E A LUTA DAS MULHERES	81
3.1 RESOLUÇÕES DOS CONGRESSOS DO ANDES-SN E AS TEMÁTICAS FEMINISTAS	87
3.1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	89
3.1.2 SEXUALIDADE, DIREITOS REPRODUTIVOS E ABORTO	92
3.1.3 CRECHES	96
3.1.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO	97
3.2 AS MULHERES NA PRESIDÊNCIA DO ANDES-SN	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXO I	117

INTRODUÇÃO

Esta dissertação consolida a proposta de estudo apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, inserida na linha de pesquisa “Serviço Social e Sujeitos Sociais”, cumprindo uma das etapas necessárias para obtenção do título de mestre.

Nosso interesse pelo estudo que abordasse a atuação dos movimentos de organização dos trabalhadores surgiu, a princípio, da discussão sobre classes e movimentos sociais, realizada durante a graduação de Serviço Social, a qual propiciou a aproximação com o debate sindical. Ampliando, desse modo, nossa compreensão sobre a importância destas organizações na luta da classe trabalhadora.

A militância no movimento feminista, nos anos seguintes, aguçou a motivação e apontou, além de descobertas e questionamentos, a necessidade de correlacionar o debate sobre o movimento sindical às opressões vivenciadas pelas mulheres. O sentimento de inquietação diante das situações de opressão contra as mulheres sempre se fez presente na militância política e nos demais espaços de vivência. Por muitas vezes silenciada e inibida, a presença num espaço coletivo, onde a defesa da democracia se apresentava como referência, demonstrou que para ser ouvida havia a necessidade de falar mais e mais alto. Ainda tímida, a consciência feminista permitiu reconhecer em outras mulheres a mesma experiência e apontou a necessidade de estar num espaço auto organizado, onde pudesse coletivamente debater e compreender as questões que particularizam as mulheres na composição da classe trabalhadora e nas lutas sociais.

O início do exercício profissional, como assistente social, deu-se recentemente numa organização sindical o que apontou de forma mais intensa a necessidade de aprofundar o debate sobre a relação entre a luta feminista e a luta sindical. Melhorar as condições de vida e trabalho requer a incorporação de toda classe trabalhadora, numa luta ampla que envolva as demais organizações, onde os trabalhadores e trabalhadoras se inserem. O que implica a construção e fortalecimento de sindicatos classistas que priorizem na luta cotidiana as demandas das mulheres e busquem reduzir a discriminação entre os sexos nos marcos das relações de trabalho e na representação sindical.

Historicamente a exploração e opressão das mulheres é vivenciada por elas em diversos setores da sociedade, ainda que avanços tenham ocorrido a partir da luta, da qual são protagonistas. A invisibilidade posta pela supremacia masculina nos impede de reconhecê-las nos livros que contam nossa história, apesar da intensa participação nos episódios de luta que

contribuíram para formação sócio-histórica brasileira e para conformação da classe trabalhadora. Das mobilizações das tecelãs por melhores condições de trabalho, na cidade de São Paulo, que agregaram força à luta dos trabalhadores na Greve Geral de 1917¹, às lutas por igualdade salarial e participação política na atualidade, muitas mulheres fizeram e fazem história.

É com referência nesse protagonismo e nessa insistente rebeldia que nosso estudo propõe-se a tratar da presença das mulheres e da incorporação das pautas feministas no movimento sindical, especialmente num segmento da classe trabalhadora brasileira: a dos (as) trabalhadores (as) docentes da educação superior, representado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Consideramos nesse percurso analítico as mediações das relações de exploração e dominação, possíveis a partir da imbricação entre capitalismo e patriarcado, presentes nos espaços de trabalho e de representação sindical.

A escolha do movimento sindical como o sujeito de análise, torna-se relevante por considerarmos os sindicatos como espaços de grande importância para ampliação da consciência de classe e de aglutinação de lutas mais amplas, que apontam para a superação das relações de exploração construídas historicamente. Tal escolha, não se faz sem reconhecer sua inserção nos marcos da sociedade capitalista. Desse modo, consideramos ao construir esse estudo que as organizações sindicais reproduzem as relações de opressão que esse sistema estimula.

A luta das mulheres sempre esteve presente na luta dos trabalhadores. No entanto, a presença delas nos movimentos sociais, no movimento sindical ou partidário tende a ser silenciada, diante das opressões presentes na nossa sociedade. As organizações sindicais desenvolvem seu discurso sobre o processo de trabalho e os trabalhadores, vinculando-o ao conceito de igualdade e emancipação. Entretanto, observamos que a compreensão desse processo sem o reconhecimento da heterogeneidade da classe trabalhadora, concebendo-a como sexuada e permeada por especificidades oferece limites à prática sindical com perspectiva emancipatória. Ponderamos que o enfrentamento das desigualdades entre os sexos, a partir da construção de relações democráticas entre homens e mulheres é requisito para uma representação sindical igualitária.

¹ No livro “Trabalhadores e Sindicatos no Brasil”, publicado em 2009, pela Expressão Popular, Matos apresenta a trajetória de luta e organização dos trabalhadores brasileiros, o que inclui a análise da Greve Geral de 1917. Considerações sobre esse momento histórico de luta dos trabalhadores também estão disponíveis na Coleção Caros Amigos “Revoltas Populares no Brasil”. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/revoltas-populares/4096-revoltas-populares-greve-geral-de-1917-e-jornadas-de-junho-de-2013>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2015.

Castro (1995) corrobora com a discussão ao destacar que a prática política e a linguagem presentes no movimento sindical são parte de uma estrutura de poder, que se não dominadas pelas mulheres podem excluí-las dos espaços de decisão dos sindicatos. Desse modo, torna-se essencial ampliar os estudos sobre a temática almejando contribuir para superação do estereótipo que caracteriza os sindicatos como espaços masculinos, nos quais as mulheres só chegam a se identificar e se inserir mediante grandes esforços e muito anseio de transformação.

Nosso objetivo, ao reconstruir o movimento do real a partir do ANDES-SN, é apresentar e compreender os determinantes que influem nesse processo. Assim, o presente estudo procurou abordar a temática, do ponto de vista teórico, cujas referências gerais e categorias serão delineadas a partir da incorporação, na tradição marxista, do debate feminista e das lutas das mulheres que compõem a classe trabalhadora. Desse modo, apresentamos no primeiro capítulo os elementos e as categorias presentes no debate sobre a supremacia masculina na sociedade de classes, os quais contribuem para a ação organizada das mulheres. Delinearemos ainda, o percurso histórico de consolidação do movimento feminista, com suas respectivas expressões de manifestação caracterizadas como “ondas do movimento feminista”, abordando suas principais pautas e referências políticas e teóricas. Proposta que nos permite apreender como as mulheres ao longo dos anos se articularam e buscaram a inserção nos demais espaços de organização dos trabalhadores, conquistando a partir da luta direitos civis, políticos e sociais.

No segundo capítulo, avançamos na compreensão desse processo considerando a formação do movimento sindical brasileiro, destacando suas principais tendências e influências na construção da luta dos trabalhadores. Nesse sentido, buscamos compreender as articulações estabelecidas entre o movimento sindical e as lutas empreendidas pelas mulheres por direitos e políticas sociais, reconhecendo o papel do ANDES-SN nessa trajetória.

Já no terceiro capítulo, apresentaremos as principais ações elaboradas pelo ANDES-SN, voltadas para promoção do debate feminista e da presença das mulheres nas instâncias de deliberação da organização sindical, destacando as resoluções dos congressos da entidade e as articulações promovidas com o movimento feminista, processo enriquecido com a análise das entrevistas realizadas com as mulheres que presidiram o ANDES-SN entre os anos 2000 e 2014.

Nosso intuito é contribuir com a discussão para que, no âmbito do Serviço Social, o debate sobre a constituição das classes sociais e suas lutas no sistema capitalista seja fortalecido. Nesse sentido, a escolha do ANDES-SN como sujeito de análise do estudo surge

por reconhecer na organização a postura combativa diante da luta de classes presente na sociedade capitalista, bem como a aproximação com debate de gênero a partir da criação do Grupo de Trabalho – Classe, Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual, em 2000, além da articulação com o movimento feminista, como Movimento Mulheres em Luta (MML).

No processo histórico de organização dos sindicatos, a partir das pautas econômico-corporativas, lutas mais amplas da classe podem ser incorporadas contribuindo para o potencial emancipador dessas organizações. Apropriar-se das pautas econômicas para ampliar o processo de conscientização da classe trabalhadora requer incorporar as demandas e especificidades da mulher trabalhadora, considerando-a como parte dessa classe.

Para tanto, torna-se necessário entrelaçar a luta sindical à luta desenvolvida por outras organizações, como o movimento feminista e de mulheres, considerando a heterogeneidade da classe trabalhadora e as implicações que a inserção diferenciada no mercado de trabalho pode gerar na participação das mulheres no espaço sindical. A participação equitativa da mulher trabalhadora na vida política se relaciona com a luta desenvolvida por elas nos movimentos de mulheres, que compreendem o feminismo com dimensão classista.

Cabe destacar, no âmbito do Serviço Social, que a institucionalização da profissão no Brasil também foi permeada pela divisão sexual do trabalho, quando seus quadros profissionais foram prioritariamente mulheres, imprimindo à profissão uma imagem bem próxima à construída socialmente como feminina. As reflexões de Cisne nos auxiliam a entender essa relação:

Essa marca feminina é aqui compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdade entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho (CISNE, 2012, p. 44).

No campo da atuação profissional, na contramão dos interesses postos pelo sistema capitalista influenciado pelo patriarcado, o Projeto Ético Político Profissional, vincula-se a um projeto societário que propõe a superação da exploração e da dominação de classe, etnia e gênero. Nesse sentido, o Serviço Social aparece como um agente importante na efetivação de políticas públicas que propõem a igualdade de gênero para as trabalhadoras, fomentando também a luta contra a precarização do trabalho das mulheres.

Pretende-se, nesse estudo, ampliar a discussão sobre a temática a partir do acúmulo teórico produzido, considerando as experiências de atuação do ANDES-SN. Para, de algum

modo, contribuir com a reflexão acerca das posturas atuais dos movimentos classistas de organização dos trabalhadores, no que se refere à incorporação do debate feminista nas lutas sindicais. O trabalho apresenta-se também como componente que pretende contribuir com os estudos do Serviço Social sobre as lutas sociais perpassadas pelas relações sociais entre os sexos, expandindo o debate na categoria e fortalecendo a presença do Serviço Social nas lutas sociais.

Problematizar, considerando a luta feminista, as elaborações e as ações sindicais, bem como os espaços ocupados pelas mulheres nas diretorias dos sindicatos buscando compreender como se dá essa inserção e seus condicionantes, significa dar continuidade ao processo de questionamento presente nas lutas travadas pelas mulheres trabalhadoras historicamente. E, por conseguinte, colaborar para organização classista dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

CAPÍTULO 1 – OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO DAS MULHERES: ELEMENTOS INICIAIS DO DEBATE E EXPRESSÕES DE REISITÊNCIA

Ao longo do desenvolvimento da humanidade a submissão de um sexo ao outro se consolidou, condicionando a inserção das mulheres e dos homens nos espaços de trabalho e nas organizações voltadas para luta contra a exploração e as opressões. A análise desse panorama e dos desdobramentos que ele engendra exige a compreensão do papel desempenhado pelas mulheres na manutenção e reprodução das famílias, bem como na produção da riqueza social, reconhecendo o expressivo potencial de um sexo que há muito tem lutado para romper a supremacia masculina e, portanto, as condições que contribuem sua subordinação nos espaços públicos e privados.

A dominação masculina tem sido percebida desde sistemas de produção anteriores ao capitalismo, variando a intensidade e as modalidades de acordo com a conjuntura histórica. Entretanto, Saffioti (2013) nos chama atenção para a presença do trabalho das mulheres no campo, nas manufaturas, nos mercados e nas oficinas, quando a família ainda funcionava como uma unidade produtiva, cenário que antecede à revolução industrial e demonstra a resistência e a interação social das mulheres, reforçando o papel econômico que desempenhavam, inclusive ao realizarem o trabalho doméstico. As pesquisas de Carrasco e Petit (2012) nos auxiliam na compreensão desse panorama ao indicarem as características da presença das mulheres na estrutura familiar e no processo produtivo, no período pré-capitalista. De acordo com as autoras:

O desenvolvimento pleno da família em sua forma patriarcal e como unidade produtiva, cujos resquícios conhecemos hoje, se deu durante o feudalismo. A produção camponesa se baseava no trabalho da parcela por parte de todos os membros da família. Na cidade, artesãos e comerciantes tinham também famílias sólidas e organizadas. Algo parecido ocorria entre os senhores feudais, mas incorporando a hipocrisia reconhecida das esposas e amantes (CARRASCO; PETIT, 2012, p.32).

O capitalismo ao promover a separação entre o local de trabalho e o lar, aliada à inovação tecnológica dos métodos produtivos e à propriedade privada dos meios de produção rompeu com a unidade produtiva alicerçada na família, o que possibilitou a reconfiguração das atividades desenvolvidas pelas mulheres, tanto no âmbito da produção quanto no da manutenção e reprodução familiar. Nesse processo, instituições como a família foram ressignificadas a partir da ideologia burguesa e a opressão das mulheres apresentou novos contornos, possíveis diante da imbricação entre capitalismo, racismo e patriarcado.

O caráter secundário do trabalho extra lar das mulheres foi fortalecido com a naturalização de estereótipos que as caracterizaram como instáveis emocionalmente, com pouca aptidão e força física para o trabalho, limitando os espaços onde poderiam se inserir profissionalmente. Esta conotação subsidiária fortalece no nosso imaginário a ideia de que a mulher quando trabalha fora do lar está “ajudando” ao homem, provedor natural da família burguesa.

Os estudos de Saffioti (2013) nos mostram que a absorção das mulheres, na estrutura ocupacional capitalista, varia de acordo com as conjunturas nacionais e internacionais, além de avançarem em razão inversa ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. A autora destaca que a consolidação deste modo de produção contribui duplamente para opressão social das mulheres: no nível da superestrutura, com a subvalorização da mulher de acordo com estereótipos, o que favorece a supremacia masculina; no plano estrutural, onde a mulher progressivamente é colocada à margem das atividades produtivas.

Como modo de produção historicamente construído, o capitalismo conserva costumes e estruturas de sociedades anteriores. No entanto, os elementos mantidos, em interação com o atual sistema de produção, assumem configurações específicas como é o caso do patriarcado e do racismo, os quais na sociedade de classes são capazes de condicionar de forma particular a participação das mulheres nos espaços públicos e privados.

O processo de inferiorização econômica, política e social que há tempos se faz presente na vida das mulheres favoreceu o aproveitamento da sua força de trabalho no setor industrial, demonstrando como o capitalismo é sagaz na apropriação das opressões para engendrar seu desenvolvimento. Ainda que as máquinas tenham contribuído para a intensificação da lucratividade da classe burguesa, o trabalho feminino foi fator significativo para ampliação da mais-valia diante do valor mais baixo dos salários pagos às mulheres. Cabe destacar que a indústria têxtil na Europa, durante o século XIX, absorveu de forma intensa a mão-de-obra feminina e infantil, em condições precárias e com jornadas que superavam 12 horas diárias, como forma de reduzir os custos com a produção.

Friedrich Engels nos apresenta as condições de vida e trabalho da classe operária, no período de desenvolvimento do capitalismo industrial, na obra “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, publicada em 1845, a partir da sua experiência de estadia e estudos no país. O autor relata, de forma detalhada, a condição de miséria comum aos trabalhadores que recebiam salários insuficientes para garantir moradia, alimentação e vestuário que atendessem às suas necessidades. A extensa jornada de trabalho exigia que os operários e suas famílias se abrigassem em alojamentos, vilas e bairros operários sem

infraestrutura e saneamento básico. A alimentação de baixa qualidade, em muitos momentos, baseava-se nas sobras que a burguesia não consumia, o que aliada à situação geral da classe trabalhadora, marcada pela intensa pauperização, contribuía para o surgimento de epidemias de doenças, bem como para o significativo número de mortes dos trabalhadores.

Carrasco e Petit (2012) apontam que a indústria têxtil foi espaço de grande concentração da força de trabalho feminina, no início do processo de industrialização, quando as técnicas de produção eram rudimentares e exigiam menos qualificação para inserção no ramo. Os períodos de guerras, como a Primeira e Segunda Guerra Mundial, também representaram momentos propícios para contratação de mulheres com salários mais baixos, assim como os períodos de recessão econômica quando as condições de trabalho se precarizam de forma mais intensa. No entanto, ao fim das batalhas e nos momentos de crescimento econômico os homens retornam aos postos de trabalho e as mulheres são novamente restituídas aos lares para o trabalho doméstico, o que para as autoras contribui também para redução com os gastos sociais. Essas considerações nos levam a apontar que no modo de produção capitalista a exigência do trabalho das mulheres se dá de acordo com os interesses do processo de acumulação e em setores específicos, os quais reproduzem os estereótipos de cada sexo.

Soma-se a esses elementos, o fato de que a tradição de submissão das mulheres oferece limitações para a organização diante da realidade desigual que vivenciam, o que favorece a exploração. No entanto, essas determinações estruturais não impediram que as mulheres ao longo dos anos se organizassem e conquistassem vitórias que acumulam forças para o enfrentamento da condição de subordinação a que são expostas, contribuindo com a luta mais ampla dos trabalhadores. São exemplos destas conquistas o acesso à educação, ao trabalho, ao voto, ao divórcio e à participação em organizações sindicais e políticas. Sobre a resistência das mulheres, na luta pela superação da dominação-exploração, Saffioti (1992) acrescenta:

Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gar espaços nos interstícios da falocracia. As mulheres, portanto, não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas também mercê da luta que travam com os homens pela ampliação-modificação da estrutura do campo do poder *tout-court*. Como na dialética entre o escravo e seu senhor, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania (SAFFIOTI, 1992, p. 184).

A presença crescente das mulheres no mercado de trabalho, vivenciando de forma específica a exploração capitalista, contribuiu para inserção delas nas lutas sociais e políticas, apontando as particularidades e desigualdades do trabalho que realizavam, o que impulsionou a organização delas por melhores condições de vida e trabalho. Salientamos, entretanto, que enquanto as relações sociais forem mediadas pelo capital, a emancipação feminina não se realizará de forma plena, já que este sistema fortalece e reproduz as bases de exploração e dominação das mulheres, estabelecendo barreiras para superação desta condição.

Reconhecer a característica heterogênea da classe trabalhadora é caminho fundamental para inferir e alterar o processo em curso, pois a análise da formação e composição desta classe tem sido fundamentada considerando o homem como eixo referencial, essencialmente como sujeito produtivo, provedor da família. Hirata e Kergoat (1994) destacam que é comum pensarmos o lugar da produção como elemento unificador, a partir do qual os comportamentos dos sujeitos sociais e suas aspirações têm o mesmo sentido. Esse pressuposto reforça a concepção homogênea de classe social, caracterizando-a como campo neutro e isento de contradições, além de não especificar o lugar da mulher na produção e na reprodução familiar.

A classe operaria tem dois sexos esta afirmação não contraria apenas a utilização corrente do masculino nos textos sobre a classe operaria que falam de trabalhadores quando estão se referindo a trabalhadoras! Trata-se também de afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operaria sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado - ou pior falso, do que é uma classe social (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 95).

A trajetória de lutas e a complexificação da sociedade de classes contribuíram para que as análises sobre a condição das mulheres no capitalismo avançassem, fortalecendo o debate sobre a concepção de classe social, considerando sua heterogeneidade². A interpretação feminista do conceito, aliada aos debates de gênero permitiu às mulheres o questionamento da divisão do trabalho doméstico e da diferença salarial, por exemplo, levando aos espaços de organização dos trabalhadores suas demandas e proposições.

Os estudos sobre gênero adquiriram maior relevância, no final do século XX, contribuindo com a desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres, ao problematizar o determinismo biológico presente nas análises sobre o tema. Impulsionadas

² Elisabeth Souza-Lobo é uma das pioneiras no estudo sobre as mulheres na composição da classe trabalhadora brasileira. Em 1991, a autora publicou o livro “A classe operária tem dois sexos”, um compilado de pesquisas e textos sobre as mulheres nos espaços de trabalho e na representação sindical.

pelos movimentos de mulheres, as feministas acadêmicas aprofundaram o debate teórico, afirmando a interferência dos processos históricos e sociais na sua construção.

Inicialmente, o termo gênero foi mencionado e conceituado no âmbito das ciências da saúde, por Robert Stoller, em 1968, com a publicação do livro “*Sex and Gender*”, sua utilização contribuiu para que os papéis sociais e as relações entre o feminino e o masculino fossem pensados para além das condições biológicas. Os debates em torno da temática prosperaram e a referência à subordinação das mulheres foi associada a partir do artigo “*O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘Economia Política do Sexo’*”, de Gayle Rubin, em 1975. No ensaio, Rubin (1975, p. 23) afirma que “os sistemas de sexo/gênero não são emanções a-históricas da mente humana; eles são produtos da atividade humana histórica”. Nesse sentido, ressalta-se a interferência da ação humana na percepção e transformação da sexualidade biológica e, por conseguinte, na naturalização de aspectos que contribuem para a opressão das mulheres.

No Brasil, a discussão foi influenciada pela tradução do artigo “*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*”, de autoria da historiadora pós-estruturalista Joan Scott, em 1989. No texto, Scott (1989, p. 21) caracteriza gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Nessa perspectiva, a autora apresenta quatro dimensões que subsidiam a construção das relações de gênero: a simbólica, a normativa, a institucional e a subjetiva. A dimensão simbólica diz respeito à representação dos símbolos que caracterizam os homens e as mulheres; a dimensão normativa define seus comportamentos desde a infância, a partir de normas naturalizadas ao longo dos anos; já a dimensão institucional, expressa-se no meio familiar, na Igreja, na escola e no Estado, instituições importantes na reprodução do patriarcado; por fim, a dimensão subjetiva sintetiza a internalização das normas e símbolos das relações patriarcais de gênero.

Saffioti (2004) reconhece as contribuições de Joan Scott no estudo e na definição da temática, especialmente a associação das relações de gênero às relações de poder. No entanto, a socióloga brasileira aponta algumas questões relevantes sobre a concepção presente na produção de Scott, dentre elas a utilização de distintas correntes de pensamento na elaboração do texto, o que deixa impreciso o posicionamento teórico da autora. A adesão ao conceito de poder formulado pelo filósofo Michel Foucault também chama atenção de Saffioti, que destaca a limitação da perspectiva de transformação social que sua utilização possibilita.

[...] Scott não faz nenhuma restrição a Foucault, aceitando e adotando seu conceito de poder, qualquer que seja o âmbito em que este ocorre, quaisquer que sejam a profundidade e o alcance da análise. É sabido que Foucault, embora reúna vários méritos, nunca elaborou um projeto de transformação

da sociedade. Ora, quem lida com gênero de uma perspectiva feminista contesta a dominação-exploração masculina. Por via de consequência, estrutura, bem ou mal, uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária (SAFFIOTI, 2004, p. 113).

De acordo com a socióloga brasileira, gênero corresponde a uma categoria analítica e histórica e, de tal modo pode ser compreendido das seguintes formas:

(...) como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas a relação homem-mulher, mas também a relação homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

As diversas formulações para gênero deixam explícitas, como assinala Cisne (2014), a polissemia do termo. Para a autora, a utilização do conceito, disseminado no âmbito acadêmico brasileiro, fortalece o distanciamento entre o debate teórico e a luta cotidiana e organizada das mulheres, por representar um termo de difícil compreensão que não explicita o confronto entre as categorias de sexo. Desse modo, torna-se recorrente a utilização da expressão “estudos de gênero” em substituição aos chamados “estudos feministas” ou “estudos sobre a mulher”, o que garante o tom de neutralidade e menos confrontante para o debate.

O fato de terem possibilitado a abertura de linhas de pesquisa e reflexão sobre gênero, não tendo como centro as mulheres, resulta na atualidade em um maior número de estudos sobre ‘masculinidades’ e ‘paternidades’ do que sobre a mulher. Não se fazem por desmerecer aqui esses estudos, reconhece-se a importância deles para o despertar de novos valores (libertários). O problema é a expansão destas discussões em detrimento do debate específico da condição da mulher nesta sociedade (CISNE, 2005, p. 2).

A autora ainda questiona a utilização do conceito de gênero de forma isolada das relações estruturantes do ser social, como a classe social. Nas formulações de Scott (1989, p.4), por exemplo, essa perspectiva é perceptível no trecho: “a ladainha “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe”. Em meio aos debates sobre a utilização ou não do termo gênero e sua eficácia, Cisne (2014) defende, referendada no acúmulo teórico do feminismo materialista francófono, a utilização da categoria “relações sociais de sexo” em substituição ao conceito de gênero, por considerar que o termo proposto nomeia explicitamente os sujeitos envolvidos no debate.

Em contrapartida, Saffioti (2004) faz a defesa do uso do termo gênero associado, simultaneamente, ao de patriarcado, justamente por avaliar que o caráter ideológico da categoria gênero tende a subsumir o debate sobre as mulheres como categoria social.

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política (SAFFIOTI, 2004, p. 138).

Observamos que as contribuições e os limites diante da utilização da categoria gênero estão presentes na produção teórica feminista. Nesse sentido, a preocupação em evidenciar e fortalecer a mulher enquanto sujeito político, torna-se necessária diante da consolidação da opressão e exploração. De fato, o caráter relacional do termo permite que muitos estudos abordem a temática de gênero centrando a discussão a partir do sexo masculino, o que secundariza a perspectiva com viés feminista.

Nesse sentido, ressaltamos que a definição do termo possibilita diversas interpretações e sua utilização tem influência distinta nas vertentes do movimento feminista, assim como no âmbito acadêmico. Não há consenso sobre sua caracterização como categoria de análise existindo assim autores que consideram gênero como um conceito. Apesar das divergências com relação à concepção teórica, sua utilização permitiu, de certo modo, pensar a vida das mulheres, o lugar ocupado por elas no mundo do trabalho e nos espaços de representação e luta, como uma via de mão dupla, considerando as ações e vivências dos homens nos mesmos espaços, além do enfrentamento proveniente da relação que os dois sexos estabelecem.

É recorrente na literatura feminista a opção pelo uso do termo patriarcado para designar a modalidade específica das relações de gênero, na qual a supremacia masculina é percebida como fundamento. Caracteriza-se politicamente com a terminologia o sistema de dominação social, cultural, político e econômico das mulheres. No entanto, suas manifestações adquiriram essas determinações a partir da interação com o modo capitalista de produção. Cabe destacar, que o patriarcado remete a um período histórico anterior ao surgimento do capitalismo, quando era comumente associado ao âmbito familiar, enaltecendo o poder paterno na figura do patriarca. Saffioti (2004) nos chama atenção para a “interpretação patriarcal do patriarcado”, a qual privilegia essa conotação. Para a autora, ainda que se considerem as imbricações no âmbito familiar, a característica paterna só se estabelece

após relação entre marido e esposa realizada por meio de contrato formal. A obra de Carole Pateman “*Contrato Sexual*”, 1993, reforça tal ponto de vista ao destacar que o poder político exercido pelo homem já se manifesta antes dele se tornar pai, quando ele assume o controle da sexualidade da mulher, impondo inclusive a maternidade.

Saffioti (2004, p. 127) destaca ainda que “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”. Nesse sentido, o patriarcado é extensivo ao âmbito público, estabelecendo-se há milênios, ainda que com resistência e luta das mulheres pela sua superação.

Como assinalamos, as relações patriarcais na sociedade de classes assumem contornos peculiares e a análise da imbricação formada entre capitalismo e patriarcado exige a determinação do ponto no qual se cruzam, ou seja, a delimitação do período histórico em que se associaram e passaram a interagir de modo particular e favorável ao processo de produção e reprodução social. Friedrich Engels (2012), na obra “*A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*” contribuiu para compreensão desse processo ao analisar a família monogâmica e caracterizá-la como expressão da propriedade privada. Quando relacionamos a emergência da supremacia masculina ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, à consolidação da família monogâmica como modelo patriarcal de família burguesa, estabelecemos o ponto de interseção que nos possibilita compreender como os dois sistemas se desenvolvem em consonância, consolidando a submissão e exploração da mulher.

A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso, era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem; tanto assim que a monogamia daquela não constituiu o menor empecilho à poligamia, oculta ou descarada deste (ENGELS, 2012, p.99).

Saffioti (2004) acrescenta que o patriarcado tem como base o domínio dos homens sobre os meios necessários para produção e reprodução da vida, o que inclui uma economia domesticamente organizada. Assim, as mulheres se apresentam como objetos sexuais, reprodutoras de herdeiros e de novas reprodutoras, além de força de trabalho mais barata. O patriarcado, portanto, manifesta-se, na atualidade, a partir de uma estrutura complexa de dominação-exploração que se assenta na base econômica e no controle da sexualidade das mulheres, bem como na violência utilizada como mecanismo de controle e coerção.

Na perspectiva da autora, o termo patriarcado expressa a relação desigual entre homens e mulheres, é um modo específico das relações de gênero. A adoção do seu conceito

permite que tanto no campo teórico quanto na luta coletiva a sujeição das mulheres seja discutida e enfrentada. Na defesa de sua utilização, Saffioti apresenta os seguintes elementos:

- 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições (...);
- 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4 – tem uma base material;
- 5 – corporifica-se;
- 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 57).

A imbricação entre patriarcado e capitalismo também é permeada pela opressão étnico racial, a junção dos três elementos caracteriza o que Saffioti (2013) denomina como “nó”, capaz de condicionar a produção e a reprodução social. Compreender essa dinâmica de interação e, principalmente, a indissociabilidade entre capitalismo, racismo e patriarcado contribui para que as bases da supremacia masculina, expressas na ordem patriarcal de gênero, sejam questionadas e combatidas. Em nosso estudo, nos atentamos para articulação entre patriarcado e capitalismo, o que não implica desconsiderar os aspectos raciais e étnicos necessários para o debate.

No âmbito acadêmico há pelo menos três referências teóricas que tratam dessa relação: a teoria dos sistemas duplos ou triplos, a teoria do capitalismo indiferente e a teoria unitária. Arruzza (2015) apresenta os elementos que compõem cada uma, destacando que a primeira tese considera o patriarcado e o racismo como sistemas autônomos que remodelam o capitalismo sendo, de igual modo, influenciados por ele numa interação recíproca. Já a segunda tese preconiza a indiferença do capitalismo em relação ao racismo e ao patriarcado, sendo possível a superação das opressões de raça e gênero no atual sistema. Por fim, a tese unitária defende a inexistência de sistemas autônomos, considerando o patriarcado e o racismo intrínsecos ao modo de produção vigente.

A autora em questão faz a defesa da última tese e apresenta em seu artigo a reflexão sobre a dinâmica de acumulação do capital, a qual permite a continua produção e reprodução das relações opressivas. Em suas análises, há a defesa de que produção e reprodução social formam uma unidade indivisível, sendo a reprodução entendida como processo de reprodução da sociedade como um todo, incluindo as instituições educacionais, religiosas, familiares e, ainda, os discursos de gênero.

Esse ponto da discussão é fundamental para entendermos a contínua interação entre capitalismo e patriarcado, já que o conceito de reprodução social tem sido utilizado para

definir tarefas relacionadas ao trabalho doméstico, realizadas no espaço privado do lar. Essa correlação possibilita a compreensão equivocada entre reprodução da vida e reprodução social, que na teoria marxista refere-se à reprodução da sociedade em sua totalidade.

Devemos ter em mente que a esfera da reprodução social é também determinante na formação da subjetividade e, portanto, das relações de poder. Se levarmos em conta as relações que existem em cada sociedade capitalista entre reprodução social, a sociedade como um todo, e as relações de produção, podemos dizer que essas relações de dominação e poder não são estruturas ou níveis separados: eles não se interseccionam de maneira externa e não mantêm uma relação meramente contingente com as relações de produção (ARRUZZA, 2015, p.56).

A partir do exposto destacamos que na sociedade capitalista a opressão de gênero é parte das relações estabelecidas entre as classes sociais e está presente na produção e, por conseguinte, na reprodução social. Desse modo, o patriarcado não representa um “acessório” utilizado pelo capitalismo quando convém, nem ao menos um mero resquício de modos de produção anteriores a ele, configura-se, portanto, como parte integral da sua estrutura de exploração e dominação.

Outro aspecto fundamental do debate está presente nas reflexões de Hirata; Kergoat (2007) e de Souza-Lobo (2011), as quais atentam para influência da divisão sexual do trabalho no processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que repercute na possibilidade de participação das trabalhadoras em outros espaços, como na organização sindical. O acúmulo teórico produzido por essas estudiosas somado às contribuições de Cisne (2012) nos permite apreender a divisão sexual do trabalho e a exploração da mulher, como fruto de uma condição sócio-histórica, com caráter econômico e de classe.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções sociais de forte valor social agregado (KERGOAT, 2009, p.67).

Em muitos momentos a divisão sexual do trabalho nos remete a descrição da diferente distribuição de homens e mulheres nas funções e nas profissões que compõem o mercado de trabalho. Essa concepção representava uma das bases que sustentavam a discussão sobre o tema, na segunda metade do século XX, especialmente na França, quando a categoria divisão sexual do trabalho, a partir dos estudos de antropólogas feministas, foi debatida academicamente. O que as autoras mencionadas apontam, especialmente Hirata e Kergoat, é a necessidade de articulação da análise do real à reflexão sobre os processos que permitem a utilização das diferentes inserções para hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos.

Ainda que as mulheres tenham se inserido no mercado de trabalho, sua identidade como agente reprodutora é perfeitamente aceitável e necessária no capitalismo que se apropria da desvalorização do trabalho realizado por elas no âmbito produtivo, o qual gera mais-valia e proporciona a valorização do capital. Assim como no trabalho doméstico, não pago quando realizado pela esposa, por exemplo, ou pago com salários mais baixos quando realizado por outras mulheres³.

No campo conservador, a divisão sexual do trabalho é justificada por aspectos biológicos, o que naturaliza a desigualdade. Entretanto, ao longo da história, as mulheres ao perceberem a opressão específica que vivenciam construíram as bases para o questionamento ao trabalho doméstico, vinculado à essência biológica, a qual caracteriza as mulheres como cuidadoras natas e seres maternais. Souza-Lobo (2011) contrapõe os argumentos pautados em fatores naturais afirmando que os lugares ocupados por homens e mulheres, tanto na produção quanto na reprodução da vida são parte de uma construção social.

Hirata e Kergoat (2007) nos auxiliam na compreensão dessa questão, ao apontarem que a base para o debate em torno da divisão sexual do trabalho tem como sustentação, no campo marxista, o interesse em se repensar a categoria trabalho e não apenas denunciar as desigualdades na distribuição de homens e mulheres nos espaços ocupacionais. “O ponto de ancoragem dessa ambição era a ideia de que o trabalho doméstico era um ‘trabalho’ e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

As autoras destacam que inicialmente a divisão sexual do trabalho tinha como referência o debate em torno da articulação entre trabalho profissional e trabalho doméstico. Posteriormente, essa articulação se mostrou insuficiente para análise das desigualdades o que possibilitou a discussão a partir das relações sociais de sexo. Ainda que com o esforço voltado para construção teórica da categoria divisão sexual do trabalho, a força subversiva que influenciou inicialmente o processo de compreensão entra em declínio e a abordagem de caráter descritivo das desigualdades de inserção ganha impulso.

Assim, a abordagem teórica acerca do trabalho doméstico pouco influenciou no questionamento da sociedade salarial. Tanto é que expressões como: “dupla jornada de

³ O debate acumulado pelo movimento feminista destaca que o trabalho doméstico não é necessariamente trabalho de mulher. Entretanto, o contexto histórico de submissão das mulheres apresentado até o momento evidencia que o espaço privado, onde o trabalho doméstico predomina, tem sido o lugar ocupado por elas que desempenham a atividade como se fosse atribuição genuína. A desvalorização do trabalho doméstico, no Brasil, pode ser evidenciada se consideramos o fato de que só em 2013 a legislação trabalhista que o regulamenta, conhecida como “PEC das Domésticas” foi promulgada, garantindo ao trabalhador doméstico direitos já adquiridos por outras categorias profissionais como: seguro desemprego, recolhimento de FGTS e seguro contra acidentes de trabalho.

trabalho” ou “acúmulo de tarefas” são recorrentes caracterizando o trabalho doméstico como apêndice do trabalho assalariado. Cisne defende, por exemplo, o uso do termo jornada intensiva, extensiva e intermitente em substituição à dupla jornada, justamente por compreender que não existem jornadas distintas que são acumuladas, mas sim a intensificação e ampliação do trabalho já exercido pelas mulheres no espaço privado.

Destacada a origem do termo, torna-se relevante a definição do seu conceito, de acordo com a perspectiva teórica das autoras:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais que isso, é um fator prioritário para sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

O conceito apresenta dois princípios organizadores: o princípio da separação (trabalho de homem e trabalho de mulher) e o princípio hierárquico (trabalho de homem vale mais que o trabalho da mulher). A divisão sexual do trabalho conceituada a partir dessas referências amplia nossa compreensão sobre as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como as “contribuições” que o trabalho doméstico oferece para a acumulação capitalista, já que os custos com a reprodução da vida não são incorporados aos salários.

A categoria ainda permite, de acordo com Cisne (2012), considerar que a baixa valorização do trabalho das mulheres e a precarização a que são expostas interferem no processo de formação da consciência dessas trabalhadoras, portanto, na identidade com sua classe. Esses elementos incidem de forma direta na presença e participação política das mulheres nas lutas da classe trabalhadora, condicionando a presença delas nos cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais.

Esse fenômeno não se dá de forma isolada. A responsabilidade com o lar e com os filhos reduz o tempo livre das mulheres para atividades políticas. Além disso, há a cultura sexista de passivização e de adequação das mulheres aos limites do privado, como se o público e todas as questões que o envolvem pertencessem aos homens, como historicamente foi determinado (CISNE, 2012, p. 115).

Camila Daniel (2011) fez um estudo sobre a participação das mulheres na dinâmica do trabalho assalariado, centrando a análise na sociedade brasileira. A pesquisa apontou que desde os primeiros anos da industrialização brasileira, finais do século XIX e início do século XX, as mulheres foram empregadas na indústria nascente. A autora retrata que nesse período as possibilidades de inserção para as mulheres no mercado de trabalho foram assim traçadas:

As opções de trabalho para as mulheres eram limitadas por sua classe social: as ex-escravas se dedicavam à prestação de serviços pessoais e domésticos; as mulheres da classe média optavam entre ser professora primária, enfermeira ou parteira; já as mulheres pobres se dirigiram às indústrias (DANIEL, 2011, p. 330).

A análise de que a dinâmica de incorporação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente na indústria varia de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas foi verificado pela pesquisadora, que sinalizou o fato da industrialização brasileira apresentar um crescimento inversamente proporcional ao emprego de mulheres.

(...) o amplo emprego feminino nos primeiros anos de industrialização foi ocasionado pela escassez de mão-de-obra masculina disponível para o trabalho. As mulheres eram então direcionadas para as ocupações menos qualificadas, mais monótonas e com piores remunerações (...) (DANIEL, 2011, p. 323).

As atividades destinadas às mulheres na indústria nascente no Brasil, ainda com técnicas rudimentares, assemelhavam-se às atividades que elas já desenvolviam nas manufaturas ou no espaço doméstico. Com o investimento do maquinário o nível de conhecimento técnico necessário para manuseio aumentou, nesse processo as mulheres foram preteridas devido à baixa escolaridade. A autora destaca que esse período foi marcado pelo grande incentivo, por parte do Estado, à capacitação técnica. No entanto, o alvo da formação era o público masculino, o que reforça a concepção de que o trabalho feminino é necessário em contextos bem delimitados.

A exclusão das mulheres do ramo industrial amenizou as tensões geradas pelo excesso de mão-de-obra no mercado de trabalho mantendo, como sinaliza Saffioti (2013), economicamente inativos imensos contingentes femininos, que podem ser realocados a qualquer momento. A naturalização das tarefas voltadas para o cuidado, como algo inerente às mulheres, permite que o trabalho realizado fora de casa se caracterize como algo esporádico, necessário apenas nos contextos em que a subsistência da família está ameaçada. Assim, a baixa remuneração é justificada pelo tempo limitado que o trabalho assalariado terá.

Contribuindo com a discussão, Hirata e Kergoat (2007) apresentam a nova configuração da divisão sexual do trabalho, considerando o processo de reorganização do trabalho assalariado e do trabalho doméstico. As autoras destacam que as mulheres que investem nas carreiras profissionais, as dos países do norte por exemplo, necessitam transferir o trabalho doméstico, normalmente para as mulheres pobres que representam um enorme contingente precarizado, como as imigrantes por exemplo. Esse processo estabelece as relações de classe entre as mulheres que empregam e as que vendem sua força de trabalho,

além de suscitar uma relação de concorrência entre as mulheres pobres, acentuando-se nesse caso as relações étnicas.

Cisne (2012) destaca que as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, são as mais atingidas pelo patriarcado, pois são oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe, sobrevivendo com os mínimos possíveis e destinadas aos postos de trabalho mais vulneráveis. O modelo neoliberal instaurado no Brasil, a partir dos anos 1990, impulsionou a precarização do trabalho das mulheres diante da intensa desresponsabilização do Estado com as políticas sociais e o processo de flexibilização das relações de trabalho. Nesse cenário, às mulheres foram destinados as atividades caracterizadas pelo turno parcial, pelo trabalho em domicílio, pelos vínculos empregatícios terceirizados e salários baixos.

Percebe-se que a responsabilização das mulheres pelas tarefas de cuidado está presente na nossa sociedade. Pois, ainda que as mulheres se insiram no mercado de trabalho ou nos espaços de representação política a responsabilidade pela execução ou transferência, para outras mulheres, do trabalho doméstico é delas.

A Fundação Perseu Abramo publicou, em 2013, uma pesquisa sobre a inserção das mulheres no trabalho produtivo (que produz diretamente mais-valia) e no trabalho reprodutivo (trabalho doméstico, voltado para manutenção e reprodução da vida e das pessoas), no Brasil. Os dados apontaram que 52% das mulheres compõem a População Economicamente Ativa (PEA) e 48% não se encaixam nessa categoria, dentre estas 25% são donas de casa e justificaram como fatores limitadores para ingresso no mercado de trabalho o cuidado com os filhos, aliado às tarefas domésticas.

A divisão sexual do trabalho está presente na relação estabelecida entre homens e mulheres, fortalecendo as bases de opressão e exploração das mulheres. Apresenta, portanto, modalidades necessárias e estimuladas pelo sistema capitalista, criando lócus específicos e hierarquizados para os diferentes grupos sexuais. As relações patriarcais de gênero, concebidas neste modo de produção estimulam essas práticas, impulsionando as diferentes inserções e salários. Esses registros nos permitem afirmar que o feminismo representa, na luta concreta dos trabalhadores e trabalhadoras, um componente estrutural de resistência à ofensiva do capital na vida dos sujeitos.

Tratar dessas questões sem mencionar a trajetória de luta das mulheres, especialmente no Brasil, seria incoerente com os avanços e questionamentos protagonizados por elas. Pois, a inserção, ainda que subsidiária no mercado de trabalho, aliada às opressões que o patriarcado engendra no cotidiano da vida das mulheres, em muitos momentos fomentaram lutas

históricas. Assim, no próximo item abordaremos o processo de construção do feminismo, suas vertentes e as formas de organização das mulheres no Brasil.

1.1 Feminismo: os caminhos de uma luta

Apresentar a perspectiva que subsidia nossa concepção de feminismo, bem como a incorporação do debate no movimento sindical requer a apresentação das influências teóricas e políticas que mais se destacaram e, ainda se apresentam, no cenário de construção e consolidação da luta histórica das mulheres. Nesse sentido, torna-se necessário, inicialmente, a diferenciação entre movimento de mulheres e movimento feminista, já que em algumas leituras e debates as características que os compõem acabam sendo vistas como sinônimas. Esta associação, no cenário brasileiro, construiu-se, como veremos, desde o surgimento do debate feminista, interferindo de forma significativa na construção do feminismo e, por conseguinte, na organização das mulheres.

O movimento de mulheres caracteriza-se pela organização diante de pautas específicas relativas às condições de vida e trabalho das mulheres, sem necessariamente relacionar os debates e as lutas às questões mais estruturais, como a conformação das classes sociais, as relações patriarcais de gênero ou a divisão sexual do trabalho. Ao longo da história brasileira exemplos dessa atuação organizada das mulheres estão presentes, como nas mobilizações por creches, moradia, transporte, acesso aos serviços de saúde ou pela redução dos preços de gêneros alimentícios. Para Souza-Lobo (2011) a organização das mulheres, no Brasil, está estreitamente vinculada às demandas sociais por melhores condições de vida e sobrevivência, diante das particularidades da nossa formação histórica, marcada pela colonização, escravidão e pelos elementos que condicionam nossa inserção tardia no sistema capitalista. Nesse sentido, a autora acrescenta: “os movimentos de mulheres emergem nos espaços e franjas do tecido social brasileiro, com a heterogeneidade de um *patchwork* que combina desenhos e cores variados” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 222).

Desse modo, é possível, no momento em que os objetivos são alcançados, que a articulação das mulheres torne-se fluída ao ponto de não permitir a ampliação do debate sobre as pautas conquistadas. No entanto, a autora salienta que a partir da luta por uma pauta específica laços de solidariedade tendem ser construídos e o processo de consciência pode ser estimulado contribuindo para que as mulheres se vejam como sujeitos políticos, capazes de problematizar questões que são parte do seu cotidiano. Por exemplo, a partir da demanda por creches a divisão, entre os sexos, das tarefas voltadas para o cuidado, o trabalho doméstico e a

inserção diferenciada e subalterna das mulheres no mercado de trabalho podem ser percebidas, levando ao questionamento dos pressupostos que delimitam o cuidado dos os filhos e do lar como responsabilidade feminina.

Já o movimento feminista envolve, além das lutas por pautas específicas, a elaboração teórica capaz de ampliar a leitura da realidade, considerando os elementos que propiciam a opressão, a violência e a exploração das mulheres para, a partir da organização, construir ações capazes de transformar a realidade. Representa uma organização específica no contexto de articulação mais ampla das mulheres, ou seja, faz parte do movimento de mulheres, mas em momentos históricos determinados pela conjuntura econômica, política e social. Traz consigo a referência à autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas ao pautar questões como a sexualidade e o aborto, além de temas capazes de contribuir com a conquista e ampliação de direitos civis e políticos. Álvarez (2007) aponta que o feminismo ganha maior relevância em momentos de transição social, quando temas de caráter libertário podem se fortalecer, já que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária exige que as questões relativas à vida das mulheres sejam analisadas.

Desse modo, quando a organização e a luta das mulheres consideram as desigualdades e opressões vivenciadas por elas como decorrentes da sua condição de sexo e incorporam como necessária a emancipação feminina para superá-las, percebemos o caráter feminista. Nesse sentido, como já destacado, a emancipação das mulheres está vinculada à superação dos elementos engendrados no modo de produção capitalista, como o patriarcado e o racismo, que particularizam as condições de opressão e exploração das mulheres, o que nos leva a defender que a superação da sociedade de classes é fator essencial para emancipação efetiva das mulheres.

Cisne (2013) contribui com o debate sobre as formas de organização das mulheres ao destacar que feminismo e movimento de mulheres se entrelaçaram na história brasileira ao ponto de serem vistos como iguais, essa percepção possibilita que ainda nos dias atuais as pautas consideradas feministas, como a violência contra a mulher, seja incorporada pelos movimentos de mulheres. O mesmo ocorre com as organizações feministas quando, por exemplo, trazem como bandeira de luta questões específicas como o direito à moradia. De qualquer modo, as duas formas contribuem para o fortalecimento da trajetória de luta das mulheres, quando a partir da realidade compartilhada, elas se transformam e se reconhecem como sujeitos políticos. No entanto, Souza-Lobo (2011) chama atenção para os empecilhos que esta associação pode gerar. Para autora, o entrelaçamento de lutas gerais e lutas específicas limita, por vezes, que certos temas de caráter feminista, como a sexualidade e o

aborto, sejam abordados em grupos de mulheres mais populares, organizados por exemplo em igrejas ou associações de bairro. Esse tensionamento marcará o surgimento dos primeiros grupos feministas no Brasil, dispostos a articular as questões de gênero com as de classe.

Os estudos sobre o feminismo e suas formas de organização são divididos na produção teórica em períodos de maior expressão do movimento, também conhecidos como ondas do movimento feminista, as quais se caracterizam a partir do contexto de luta de classes em que se inserem. Em nosso estudo, a trajetória de organização das mulheres no movimento feminista não se faz de forma dissociada da organização mais ampla dos trabalhadores, justamente por compreendermos o caráter de classe da luta das mulheres.

Ao recuperar a história de luta das mulheres a literatura adota a periodicidade indicada por “ondas do movimento feminista”, entendidas como momentos de maior efervescência, resguardadas as devidas particularidades de cada período histórico.

Refere-se como “primeira onda do movimento feminista” as expressões de mobilização e organização das mulheres, nos séculos XVIII e XIX, persistindo até o início do século XX. O cenário onde as manifestações de luta das mulheres ganharam maiores destaques foram os países da Europa, especialmente a Inglaterra e a França, além dos Estados Unidos, na América do Norte. As pautas mais recorrentes destacavam a defesa dos direitos das mulheres, principalmente direitos políticos, como de voto, além da denúncia da forma específica de exploração da força de trabalho feminina, inaugurada pela segunda revolução industrial.

A Revolução Francesa, em 1789, nesse contexto, apresenta-se como uma das referências históricas para construção do feminismo, quando este se destacou como movimento social com perspectiva emancipatória e por representar o reconhecimento das ações das mulheres como sujeito político. Em meio às batalhas iniciadas pelas mulheres por direitos de participação ativa na vida pública, alguns episódios nos chamam atenção, entre eles destacamos a marcha que as mulheres dos mercadores realizaram de Paris até Versalhes, em 1789, armadas com foices, mosquetes e até com um canhão sem munição⁴. Gurgel (2010) acrescenta que as ações de resistência desenvolvidas pelas mulheres fizeram com que elas fossem consideradas uma ameaça pela ordem burguesa que se iniciava. Assim, as reuniões

⁴ Ver: Dossiê Feminismos. Feminismos modo de pensar, modos de fazer. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10, nº 13, fevereiro de 2015.

dos clubes de mulheres⁵ que aconteciam na França foram proibidas, a partir de 1793, sob a alegação de que as mulheres não teriam o direito de se inserir no poder público.

No decorrer do processo revolucionário, as mulheres francesas perceberam que as demandas que traziam não apresentavam a mesma importância quando comparadas com as pautas gerais. Olympe de Gouges, em 1791, a partir dessa compreensão, elaborou “Os Direitos da Mulher Cidadã” como resposta ao documento “Os direitos do Homem Cidadão”, na carta ela afirmava a necessidade de se reconhecer a condição de igualdade política das mulheres com os homens. Apesar de terem boa parte das pautas renegadas durante a Revolução Francesa, as mulheres deram um importante passo na trajetória organizativa, pois apresentaram no espaço público suas reivindicações. Álvarez (2007) destaca que, apesar da derrota sofrida no pós-guerra,

as francesas inauguraram uma organização feminista com características e discursos próprios, que conseguiu afirmar a especificidade da luta da mulher através de uma prática de ação organizada, com corpo coerente de reivindicações e um projeto político capaz de construir um sujeito revolucionário coletivo, que se articulou, teoricamente, a partir da premissa de que todos nascem livres e iguais, portanto com os mesmos direitos (ÁLVAREZ, 2007, p. 3).

Cabe destacar, que a primeira expressão do movimento feminista não representou a unidade das mulheres em torno de pautas comuns, a conjuntura acirrada de luta de classes diferenciou as bandeiras de luta das mulheres burguesas e das trabalhadoras. A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, promoveu a transição da produção baseada na manufatura, com característica artesanal, para a produção industrial, subvertendo a organização do trabalho e as relações sociais, incluindo a relação entre homens e mulheres. A mão-de-obra feminina, em contexto de desenvolvimento do capitalismo, foi incorporada à produção com custos mais baixos expondo as mulheres às condições sub-humanas de trabalho e vida, o que possibilitou a articulação delas e o reconhecimento da condição de classe comum. Esse cenário, delimitou os espaços de atuação das mulheres burguesas e das trabalhadoras, para estas a centralidade da luta pautava-se na garantia de melhores salários e condições de trabalho, o que incitou o questionamento à supremacia masculina. Assim, a partir de pautas relacionadas ao mundo do trabalho as mulheres iniciaram o enfrentamento à opressão masculina, exigiram seu espaço nas organizações sindicais e lançaram reivindicações voltadas para conquistas de direitos civis e políticos.

⁵ Os Clubes de Mulheres representavam espaços para debates políticos entre as mulheres, contribuindo para sua organização e diálogo sobre as condições de vida que compartilhavam, eram compostos especialmente por mulheres burguesas.

Carrasco e Petit (2012) destacam que a conjuntura impulsionou a organização sindical dos trabalhadores e as mulheres, diante desse avanço, pleitearam sua organização a partir dos sindicatos, como forma de enfrentar coletivamente a exploração do trabalho a que eram submetidas, levando ao conjunto dos trabalhadores suas pautas, além de propostas para luta sindical⁶. Nesse período, de forma geral, a organização das mulheres centrava-se particularmente na defesa dos direitos civis e políticos no âmbito estatal, o que incluía ainda a reivindicação pelo direito ao trabalho, bandeira que não representava consenso entre os trabalhadores, especificamente os homens que viam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho como fator que ampliaria a competitividade pelo emprego e rebaixaria cada vez mais o valor da força de trabalho.

O proletariado enfrentou grandes batalhas, organizando-se e fortalecendo-se no terreno político e sindical. E deu lugar a formação da Primeira Internacional e de grandes sindicatos. Em seguida, veio a Segunda Internacional e os partidos operários revolucionários de massas, cuja máxima expressão foi a social-democracia alemã até a Primeira Guerra Mundial (CARRASCO; PETIT, p. 49, 2012).

Diante desse cenário, as Internacionais⁷ cumpriram papel importante na organização dos trabalhadores, na promoção das pautas das mulheres e no questionamento à ordem capitalista, propondo sua superação. Como legado para articulação entre feminismo e socialismo as bandeiras levadas pelas mulheres para as Internacionais, como o acesso à educação, o direito ao divórcio e o debate sobre a divisão do trabalho doméstico contribuíram para a proposta de construção da luta de classes com perspectiva feminista.

As autoras acrescentam que a Primeira Internacional, organizada com a participação de Marx e Engels, em 1864, foi importante para que as reivindicações sobre as condições de trabalho das mulheres fossem articuladas às pautas dos trabalhadores, a partir da criação de círculos e ligas de mulheres trabalhadoras. Na Segunda Internacional, construída em 1889, evidencia-se a campanha pelo sufrágio universal, sem distinção de sexo, como proposta inovadora sobre o tema, o que demarcava a diferença entre a luta pelo sufrágio das mulheres burguesas e das trabalhadoras, já que as mulheres burguesas pleiteavam o direito ao voto apenas para as mulheres que tivessem posses. Já a Terceira Internacional, no início do século XX, aprofundou o debate sobre os limites da unicidade da luta entre mulheres trabalhadoras e

⁶ Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Flora Tristán representaram ícones para luta das mulheres nesse período. Flora, por exemplo, foi precursora do debate sobre articulação entre a luta feminista e a luta dos trabalhadores, contribuindo para inserção das mulheres no mundo sindical.

⁷ As Internacionais são referências na organização internacional dos trabalhadores com vistas para construção do socialismo. Apesar de algumas de suas expressões perderem de vista essa perspectiva, as contribuições para a organização e atuação das mulheres são relevantes.

burguesas e incentivou a organização de conferências internacionais de mulheres comunistas. Ainda no século XX, a Quarta Internacional apresenta-se como referência organizativa para os trabalhadores, reforçando o debate sobre a articulação entre as mulheres burguesas e os trabalhadores, defendendo especialmente a concepção de que a luta contra o capital e a construção do socialismo prescindem da superação da opressão das mulheres⁸.

No entanto, as organizações dos trabalhadores não representavam lugares privilegiados, isentos da opressão de um sexo pelo outro. González (2010), nos chama a atenção para os limites presentes nas estruturas desses espaços dominados por homens. De acordo com a autora, várias pautas apontadas pelas mulheres, voltadas para igualdade econômica e política foram vistas pelos homens das próprias organizações como extremas e desnecessárias. Eles compreendiam a importância das mulheres nas lutas gerais da classe trabalhadora e também na construção do socialismo, mas não destinavam o mesmo esforço de compreensão e ação diante das pautas específicas das mulheres.

O socialismo como corrente de pensamento sempre teve em conta a situação das mulheres na hora de analisar a sociedade e projetar o futuro. Isso não significa que o socialismo seja necessariamente feminista, mas que no século XIX começava a se tornar difícil levantar a bandeira de projetos igualitários radicais sem levar em conta metade da humanidade (ÁLVAREZ, 2007, p.5).

Essa constatação reforça o debate sobre o papel da mulher na sociedade de classes, especialmente sua participação no mercado de trabalho e nas organizações políticas partidárias e/ou sindicais, pauta ainda constante nos movimentos feministas. Muitas das problematizações sobre esta temática têm como referência os estudos de autoras como: Danièle Kergoat, Elisabeth Souza-Lobo, Helena Hirata e Heleieth Saffioti. Consideramos, a partir do debate apresentado por estas autoras, que a forma como o trabalho das mulheres é apropriado, no modo de produção capitalista, desde o início do processo de instauração deste sistema, influenciou as bases e diretrizes da inserção delas nos movimentos de organização dos trabalhadores. Essa concepção é apresentada devido ao caráter subsidiário dado ao trabalho feminino, como já salientamos, o trabalho das mulheres é visto como complemento do trabalho dos homens e fortemente marcado pela divisão sexual do trabalho.

A articulação do movimento feminista, a partir das mulheres socialistas, com os movimentos de organização dos trabalhadores esteve presente em momentos importantes da

⁸ Carrasco e Petit (2012), autoras utilizadas como referência neste estudo, são partidárias desta vertente socialista e apresentaram, em 1980, um conjunto de resoluções com perspectiva trotskistas voltadas para construção de um projeto socialista que possibilite a libertação da mulher.

história como na Revolução Russa de 1917⁹, contribuindo de forma significativa para crítica ao modelo monogâmico de família, bem como para o debate sobre a sexualidade feminina, temática bem abordada por Alexandra Kolontai (2011), na obra “*A nova mulher e a moral sexual*”. A autora teve presença importante na elaboração do plano de governo de Vladimir Ilitch Lênin, liderança da Revolução Russa, iniciada em 1917, mas durante do mandato percebeu que as propostas voltadas para igualdade social entre homens e mulheres encontrariam limites para implementação.

A lei equipara a mulher em direitos, mas a realidade ainda não a libertou: as operárias e camponesas continuam subjugadas ao trabalho doméstico, como escravas dentro da própria família.

Os operários devem agora cuidar para que a realidade tire dos ombros delas o fardo da lida com os filhos e alivie às operárias e camponesas o peso dos serviços de casa. A classe operária também está interessada em liberar a mulher nessas esferas. Os operários devem entender que a mulher é tão integrada à família do proletariado quanto eles próprios, pois ela trabalha sob as mesmas condições que o homem (KOLONTAI, 1970).

Em 1920, em pronunciamento direcionado às operárias, Lênin destacou a importância da participação das mulheres nas eleições, em Moscou:

A igualdade diante da lei não é ainda a igualdade efetiva.

É preciso que a operária conquiste a igualdade com o operário não somente diante da lei, mas também de fato. Por isso as operárias devem participar em medida cada vez maior da gestão das empresas públicas e da administração do Estado (LÊNIN, 1956, p.1).

No mesmo ano, Clara Zetkin e Lênin debateram a igualdade entre homens e mulheres e a importância do movimento feminista na construção do comunismo. O diálogo foi publicado, em 1956, como apêndice do livro “*O Socialismo e a Emancipação da Mulher*”, em uma das passagens Lênin destaca a necessidade de uma organização feminista internacional, com base teórica marxista, proposta que contava com a anuência de Clara.

Já ouvira falar do que afora me dizia Lênin e expressei-lhe meu espanto. Era uma entusiasta de tudo quanto haviam feito as mulheres russas durante a revolução, de tudo quanto ainda faziam para defende-la e para ajudá-la a desenvolver-se. Quanto à posição e à atividade das mulheres no Partido bolchevique, parecia-me que, por este lado, o Partido se mostrava realmente à altura de sua tarefa. Só o Partido bolchevique fornece quadros experimentados, preparados, para o movimento feminino comunista internacional e, ao mesmo tempo, serve de grande exemplo histórico (ZETKIN, 1956).

⁹ No artigo “A revolução Russa e a mulher”, Cecília Toledo, apresenta considerações sobre a participação das mulheres no processo revolucionário de 1917, apontando as conquistas e os limites dessa participação. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/12830>. Acesso: 10 de abril de 2015.

A intenção de contribuir teoricamente na construção do feminismo também foi manifestada pelo Movimento Anarquista, durante a primeira onda do movimento feminista. Construído por várias mulheres que defendiam a importância do enfrentamento à ideologia conservadora, superando o debate que considerava o acesso ao mercado de trabalho como chave para emancipação feminina. As feministas anarquistas defendiam o sexo livre e questionavam o protagonismo das feministas burguesas na luta pelo sufrágio, além de apontarem o receio que tinham com a organização das feministas comunistas, diante da possível institucionalização das pautas sobre a sexualidade pelo Estado, interferindo na autonomia das mulheres sobre seus corpos.

Álvarez (2007) aponta como referência do feminismo anarquista a ativista Emma Goldman (1869-1940), que se posicionava contrária à proposta de ingresso ao mercado de trabalho como forma de libertação das mulheres, para a feminista o acesso ao trabalho assalariado não representaria avanço se as mulheres não fossem capazes de superar a ideologia tradicional, que influenciava a construção de suas identidades. Assim, era necessária uma transformação que também revolucionasse a forma como as mulheres se construíam e se definiam. Foi nesse contexto que autodenominação “mulheres livres” foi orgulhosamente aclamada por várias feministas anarquistas.

No Brasil, os primeiros passos da organização das mulheres se inserem no período histórico entre o final do século XIX e início do século XX, mais precisamente até 1934, quando as mulheres conquistam o direito ao voto. Compreender a trajetória de organização e luta das mulheres por direitos, igualdade e liberdade na sociedade brasileira implica reconhecer, inicialmente, que os caminhos nem sempre foram trilhados de forma consensual, homogênea e com horizontes comuns. É perceptível que as mulheres há tempos transformam e adaptam suas vidas diante das opressões vivenciadas nos espaços privado e público, algumas com mais clareza do caráter político desse processo outras nem tanto.

Basicamente duas tendências se manifestam, no Brasil, nesse período: o “feminismo bem-comportado” e o “feminismo malcomportado”, ambas foram essenciais para que as mulheres conquistassem direitos civis, políticos e sociais ao longo dos anos. O “feminismo bem-comportado”, de acordo com Céli Pinto (2003), teve como principal referência a bióloga Bertha Lutz, filha de enfermeira inglesa e do cientista brasileiro Adolfo Lutz. A menção à filiação se faz necessária, pois a trajetória de militância de Bertha foi favorecida pelos vínculos, contatos e possibilidades (de estudo e viagens) que o pertencimento à elite brasileira propiciou.

Uma das características dessa vertente do feminismo era a construção de personalidades em torno das quais outras mulheres e lideranças políticas gravitavam, Nísia Floresta também foi reconhecida como figura de destaque nesse período, sendo considerada a pioneira do debate feminista no Brasil, a partir do contato com as feministas europeias. Nísia, foi autora de vários artigos feministas organizados numa coletânea chamada “*Opúsculo Humanitário*”, publicada em 1853, na França, onde a feminista residia desde 1849.

A questão central defendida por essa corrente pautava-se no reconhecimento da mulher como sujeito portador de direitos políticos, constituindo um movimento de alcance nacional. No entanto, a tendência à institucionalização e ao debate raso da posição da mulher na sociedade era presente e, em muitos momentos, representou entrave para avanços e lutas mais significativas. Compreendendo essa tendência, Saffioti (2004) destaca que o contexto econômico e social brasileiro apontava como pauta prioritária para o debate e a luta, as especificidades da exploração do trabalho das mulheres, o que não ocorreu, já que esta vertente priorizou, sob influência do debate europeu, a luta pelo sufrágio.

Na realidade, as feministas brasileiras não parecem ter se detido nem na análise da realidade econômico-social nacional, nem um exame aprofundado da ordem social capitalista. Inicialmente tomando como grupo de referência positiva as feministas europeias e, mais imediatamente, as norte-americanas, foram ampliando seus contatos com as conquistas do feminismo em vários países e tentando implantar aqui medidas legais análogas às adotadas em outras nações (SAFFIOTI, 2004, p. 372).

Assim, as articulações para garantir o direito das mulheres de votarem e serem votadas, iniciaram-se diante da elaboração da Constituinte Republicana, em 1891. Na ocasião, a inclusão das mulheres como cidadãs merecedoras desse direito foi rechaçada. Céli Pinto (2003, p. 16) destaca que as mulheres sequer foram mencionadas no texto da Constituição, “a mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos”.

Após a não-aprovação do voto feminino pela Constituinte algumas mulheres tentaram judicialmente e, de forma individual, conseguir o direito ao voto¹⁰. Exemplo dessa prática foi o da dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos, que alegou a prerrogativa que garantia o voto aos portadores de títulos científicos, como era seu caso. Estratégias coletivas também foram implementadas, ainda no campo do “feminismo bem-comportado”, como a fundação, por um grupo de mulheres, do Partido Republicano Feminino, em 1910. Chama a atenção o caráter

¹⁰ Saffioti (2004) aponta que em 1927, no estado do Rio Grande do Norte, uma emenda a legislação defendia o direito de votar e ser votado sem distinção de sexo. Na ocasião, várias mulheres ingressaram no legislativo, com destaque para Alzira Soriano, prefeita do Município de Lajes.

“subversivo” da proposta: mulheres que não tinham direitos políticos desejavam representar os interesses das mulheres na esfera política. Com tal proposta, as fundadoras do partido não objetivavam apenas o direito ao voto, mas emancipação e independência política.

Céli Pinto (2003) aponta que a criação e atuação do Partido Republicano Feminino ocorreu no período em que Bertha Lutz estava na França, onde residiu para um período de estudos. Após seu retorno, em 1918, o Partido perdeu influência e foi ganhando espaço, a partir da liderança de Bertha, uma das maiores expressões do feminismo no período: a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922, com caráter fortemente elitista, já que a maioria das mulheres que compunha a organização tinha pais intelectuais, militares ou políticos. Essas características indicam o porquê da referência “feminismo bem comportado”, já que esta vertente não oferecia resistência à estrutura capitalista, suas pautas eram viáveis nos marcos da ordem vigente. A questão central da Federação era o sufrágio, muito por influência do debate europeu, em seu estatuto os seguintes itens sintetizavam sua proposta de ação:

- 1 – promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina;
- 2 – proteger as mães e a infância;
- 3 – obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- 4 – auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
- 5 – estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessa-las pelas questões sociais e de alcance público;
- 6 – assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;
- 7 – estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, afim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental (SAFFIOTI, 2004, p. 359).

A luta das mulheres pelo direito ao voto teve desfecho em 1932, quando o novo Código Eleitoral as incluíram como detentoras do direito de votar e de serem votadas, vitória consagrada com a promulgação da Constituição de 1934. Cabe destaque o caráter ideológico e de cooptação dessa medida, Saffioti (2004) nos mostra que uma das principais interlocutoras da Federação Brasileira para o Progresso Feminino com a comissão responsável por elaborar o Código Eleitoral era Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas e, portanto, beneficiária em potencial da proposta.

A pauta do sufrágio apesar de ser bem-vinda para todas as mulheres não representava o anseio mais importante da totalidade das mulheres brasileiras, outras bandeiras também eram erguidas e formas distintas e menos burocratizadas de organização e luta se fizeram presentes no cenário brasileiro, no início do século XX, mesmo sem o destaque dado às expressões mais bem aceitáveis de luta.

A vertente conhecida como “feminismo malcomportado” apontou essa perspectiva, distinta da apresentada por suas contemporâneas para análise da condição da mulher na sociedade brasileira, trazendo para luta das mulheres o tom da rebeldia e a defesa da libertação da mulher de forma radical, calcada na vivência das mulheres trabalhadoras. De acordo com Céli Pinto (2003), dois “grupos” compunham essa frente: as mulheres cultas (professoras, escritoras e jornalistas) e as operárias nacionais e imigrantes, influenciadas pelo anarquismo e posteriormente pelo comunismo. Essas mulheres preocupavam-se não apenas com os direitos políticos, mas com a dominação exercida pelos homens e com a restrição imposta às mulheres ao espaço público. O caráter subversivo e de questionamento à ordem davam a conotação “malcomportada” para a vertente, que se expressava, com a presença das mulheres como colaboradoras, na imprensa anarquista¹¹, muito ativa no período.

As atividades das mulheres feministas em jornais foram bastante expressivas e espalharam-se pelo país, pois na época, além dos jornais que circulavam nas capitais, havia um número incontável de pequenos jornais, tanto de interesse geral como de associações, sindicatos, grêmios literários ou os que tratavam de assuntos específicos (PINTO, 2003, p.30).

No entanto, como bem assinala Cisne (2013), o anarquismo e o comunismo, adaptaram-se a presença da mulher como “companheira revolucionária”, mas tinham muita dificuldade em apreender as especificidades da dominação feminina como diferentes da dominação de classe. Ainda assim, são nesses espaços que as mulheres criam a identidade de trabalhadoras oprimidas pelas relações patriarcais de gênero, percebendo que esta opressão representa um dos elementos estruturantes da exploração vivenciada no mercado de trabalho. Diferentemente das sufragistas, essas mulheres questionavam e explicitavam a opressão masculina, bem como exploração capitalista.

Duas questões são relevantes para compreendermos a importância das manifestações das trabalhadoras, para o contexto mais amplo de luta das mulheres no Brasil, no período da primeira onda. Primeiro, a identificação da relação de dominação entre os sexos, considerando que o poder exercido pelos homens tinha como base a exploração das mulheres. Essa reflexão não aparecia nos debates promovidos pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), as mulheres que representavam o movimento sufragista lutavam pela inclusão política, sem necessariamente problematizar a supremacia masculina. A segunda questão

¹¹ Maria Lacerda de Moura foi editora de uma revista, promovida pelo movimento anarquista, chamada “Renascença”, em 1923. A escritora defendia, entre outras medidas, a educação das mulheres como forma de emancipação.

refere-se à centralidade do trabalho nas reflexões feministas, as mulheres da vertente “malcomportada” tinham o trabalho como central em suas vidas e associavam as desigualdades sentidas no mercado de trabalho às desiguais relações entre os sexos, debatiam o trabalho doméstico e os tradicionais papéis designados a elas, como de mãe e esposa.

O “feminismo socialista” ou simplesmente “esquerdizante”, mesmo nas suas manifestações exclusiva ou quase exclusivamente práticas, sem pretensões teorizantes, como ocorreu no Brasil, representa, inegavelmente, uma forma de consciência mais plena que seu correspondente pequeno-burguês. Assumindo uma postura altamente crítica em relação ao *status quo* capitalista, foi capaz de tomar os problemas da mulher simplesmente como uma dimensão de uma totalidade social mais rica de determinações e localizar, nestas, as que deveriam merecer atenção no plano imediato (SAFFIOTI, 2004, p. 390).

Saffioti (2004) acrescenta que a vinculação das organizações feministas de esquerda ao socialismo, ao anarquismo ou ao comunismo tornou mais difícil a ampliação dessa vertente no cenário nacional, ainda que as mulheres trabalhadoras se reconhecessem no discurso e nas práticas. O caráter subversivo das propostas suscitava a fúria da burguesia e o controle do Estado aos movimentos de organização dos trabalhadores, que atuaram por vezes na clandestinidade.

Céli Pinto (2003) destaca que a análise das diversas manifestações feministas, nas primeiras décadas da República brasileira, demonstra que o centro do debate iniciou-se e ganhou maior destaque na luta por direitos políticos. A partir dessa pauta o cenário de luta das mulheres foi inaugurado e o desfecho desse primeiro ciclo de organização se fortaleceu nas décadas seguintes, de forma conjunta com a luta dos trabalhadores. No entanto, um intervalo nesse processo foi imposto quando o Golpe de 1937 estabeleceu limites à organização da sociedade civil no Brasil, nesse período as pautas e a organização das mulheres não tiveram grande repercussão.

Esse cenário explicita o caráter periférico do capitalismo brasileiro que, como assinala Ortiz (2010), traz em sua formação a dependência estrangeira. Esses elementos contribuíram para a organização dos trabalhadores e das mulheres no Brasil e seus reflexos também estiveram presentes no surgimento da segunda onda do movimento feminista, num contexto de organização dos trabalhadores diferente do apresentado na primeira expressão do movimento.

O surgimento e o fortalecimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, marcam o período de surgimento da segunda onda do movimento feminista, no período entre as décadas de 1960 e 1980, quando grupos do movimento negro, dos direitos dos homossexuais e

organizações voltadas para o debate e a luta em torno de questões específicas, centradas em identidades, ganharam maior expressão na sociedade. O feminismo, foi fortemente influenciado por essa perspectiva de organização social, o que afetou a articulação da luta feminista com a luta de classes percebida desde a primeira onda do movimento feminista.

De acordo com Duriguetto; Montañó (2011), os Novos Movimentos Sociais ganharam destaque a partir dos protestos contra a Guerra do Vietnã, na segunda metade do século XIX, assim como das manifestações que contribuíram para construção do Maio de 1968, na França. Para os autores, esses movimentos podem ser compreendidos como alternativa aos modelos clássicos de organização (sindicatos e partidos) ou como complemento na luta dirigida por eles. Tal alternância, torna-se viável devido à possibilidade de distanciamento das pautas que os Novos Movimentos Sociais defendem em relação à esfera imediata da produção, o que tende a favorecer práticas localizadas de atuação.

A conjuntura internacional, nesse período, marcada pelo pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), possibilitou transformações na forma de organizar o trabalho, acentuando sua exploração. Além de colocar restrições para organização dos trabalhadores na construção de uma alternativa coletiva e hegemônica, a partir de seus sindicatos e partidos, capaz de impor limites ao avanço do capital. O enfraquecimento do protagonismo operário diante da luta de classes e a consolidação do Estado de bem-estar Social contribuíram para o fortalecimento das correntes liberais e culturalistas.

O cenário de mobilizações das mulheres na Europa ganhou maior visibilidade na França e na Itália, a partir da luta pela legalização do aborto, no início dos anos 1970, pauta permeada pelo debate em torno de outras questões, também relevantes para as mulheres, como: a violência doméstica, o direito ao divórcio e a participações delas nas lutas específicas de seus países. O surgimento do Movimento pela Legalização do Aborto, em 1973, no cenário francês, mobilizou as mulheres burguesas da época que demandavam o procedimento livre e seguro. Diante da luta, a garantia legal ao aborto foi referendada pelo Estado, em 1975, contemplando todas as mulheres. Simone de Beauvoir a partir de sua obra “O Segundo Sexo”, publicada pela primeira vez em 1949, foi referência importante para elaboração das pautas feministas nesse período, aprofundando a compreensão das mulheres sobre as discriminações que sofriam.

No entanto, Carrasco; Petit (2012) nos alertam para o descenso das mobilizações feministas de caráter classista e, até mesmo os de vinculação burguesa, em meados da década de 1970. A análise das autoras considera que os avanços conquistados, no âmbito dos direitos civis e políticos para as mulheres, aliados à fragilidade de organização dos trabalhadores

desestimulou a organização das mulheres, gerando uma crise de perspectiva e uma redução das manifestações de massa, no continente europeu.

Contudo, Álvarez (2007) chama atenção para o fortalecimento do feminismo radical, durante os anos 1960 e 1970, com expressões tanto em países da Europa quanto nos Estados Unidos, num contexto marcado pelas contradições explícitas do sistema capitalista que impulsionava práticas racistas e sexistas. A autora destaca que a auto organização das mulheres¹² seja em movimentos autônomos ou em movimentos mistos, como os sindicatos, os partidos ou os movimentos sociais, teve sua base fortalecida com as reflexões das feministas radicais.

Quando tratamos da auto organização das mulheres nos referimos aos espaços de debate, em formatos de círculos de mulheres, grupos, coletivos, movimentos sociais exclusivamente femininos ou atividades voltadas para elas em organizações compostas por homens e mulheres. Essa prática possibilita a compreensão coletiva das mulheres diante das opressões que vivenciam nos espaços públicos e privados, a partir do compartilhamento de experiências. Além de ampliar o espaço para o autoconhecimento e reconhecimento do potencial político que elas detêm, contribui, portanto, para ação prática em torno do lema que caracterizou a segunda onda feminista: “o pessoal é político”.

A defesa da auto organização das mulheres gerou fissuras no feminismo radical, algumas mulheres defendiam que separar homens e mulheres poderia limitar o debate sobre as relações patriarcais de gênero e enfraquecer a luta dos trabalhadores. Por outro lado, as feministas adeptas desse modelo de organização enfatizavam que o debate não seria exclusivo para as mulheres, atividades e grupos de formação poderiam ser realizados de forma conjunta com os homens. De acordo com Álvarez (2007), em meio a esse debate as feministas radicais se dividiram em dois grupos: as “políticas” e as “feministas”, todas, inicialmente, representavam o feminismo radical caracterizado pela oposição ao capitalismo e pela resistência em se articular com as feministas liberais. No entanto, para as “políticas” a opressão das mulheres tinha como base o sistema capitalista, sendo sua estrutura alvo das lutas do conjunto dos trabalhadores, homens e mulheres.

Em contrapartida, para as “feministas”, a opressão também estava presente em espaços da esquerda, onde os homens demonstravam sua dominação sendo, portanto, necessária a problematização da opressão em qualquer instância. Diante do impasse político o feminismo

¹²Ver: <http://blogueirasfeministas.com/2015/07/por-que-a-auto-organizacao-e-importante-para-as-mulheres>
Acessado em 01 de junho de 2016.

radical passou a representar as “feministas”, que apesar de compreenderem as mediações do capitalismo na opressão e exploração das mulheres, apresentaram como alvo principal de sua luta o sistema patriarcal.

Acreditamos que a luta contra o patriarcado não se faz de forma dissociada da luta contra o capital, os elementos que os caracterizam se entrelaçam e fortalecem a reprodução um do outro. Nesse sentido, homens e mulheres, identificados com essa perspectiva, devem caminhar lado a lado promovendo lutas para superação deste modo de produção e, portanto, para emancipação dos dois sexos e dos trabalhadores. Entretanto, como vítimas de uma opressão específica, referendamos que o protagonismo da luta feminista é das mulheres que vivenciam a exploração do trabalho de forma particular, têm a sexualidade controlada, são vítimas de violências específicas, principalmente a sexual, e têm a autonomia sobre seus corpos constantemente cerceadas. Com esse cenário, a defesa da auto organização se fez necessária, como um momento de fortalecimento e acúmulo de forças de um sexo que constantemente tem a fala e as ações tolhidas.

Nos países da América Latina, como Brasil, Chile e Argentina, o despertar das duas primeiras ondas do movimento feminista contou com a especificidade de um continente explorado, colonizado e alvo dos interesses imperialistas. A segunda onda do feminismo expressou-se em cenário especial, diante dos regimes ditatoriais impostos a esses países. Assim, as lutas das mulheres mesclavam-se com as lutas por melhores condições de vida e defesa da democracia em seus países. Carrasco e Petit (2012) destacam que as mulheres operárias e camponesas, as mais pobres, vivem sujeitas aos problemas gerados pela exploração: miséria, fome, falta de acesso aos serviços de saúde, educação, moradia e saneamento básico. Nesse contexto, as questões relativas à opressão específica como mulheres não tinham espaço para o protagonismo.

No Chile, em 1973, quando a ditadura foi instaurada, as mulheres se mobilizavam contra o aumento do custo de vida ao mesmo tempo em que participavam das manifestações anti-imperialistas e por democratização. Já na Argentina, as mobilizações contra o regime, iniciado em 1976, inaugurou um movimento de mulheres que se mantém influente até os dias atuais, as “Mães da Praça de Maio” que exigem justiça diante do desaparecimento de seus filhos na ditadura. No Brasil, o período ditatorial teve início alguns anos antes, em 1964, mas o campo de atuação das mulheres não se diferenciava das contemporâneas latino-americanas, marcado por repressões, mortes e torturas, conformando a articulação entre as lutas das mulheres e as lutas democráticas.

Na verdade, a coincidência entre feminismo e questões democráticas não é nova – retoma a tradição das feministas americanas pelo voto. Mais tarde o papel político das mulheres é associado aos valores da paz, da anistia, no pós-guerra. Nos feminismos dos anos 1970 essas vertentes são visíveis e se associam às práticas dos grupos de esquerda, sobreviventes da repressão do início da década (SOUZA-LOBO, 2011, p. 226).

Conforme relatos das mulheres que resistiram e sobreviveram a este período, as práticas de tortura utilizadas na ditadura, nos diferentes países da América Latina, combinavam os espancamentos tradicionais aos estupros, abortos, afastamento dos filhos e outras formas de violência contra as mulheres. Muitas delas foram exiladas o que, de acordo com Cisne (2013), possibilitou o contato com o ideário feminista europeu, onde a sociedade vivia um período de revolução cultural significativo. A França foi o destino de muitos exilados da esquerda latino-americana, em Paris, por exemplo, foi criado o Círculo de Mulheres Brasileiras, que agregava as exiladas, na década de 1970. Periodicamente as mulheres que compunham o coletivo lançavam o boletim feminista “*Agora é que são elas*”, com pautas sobre sexualidade, divisão do trabalho doméstico e demais temas sobre a opressão das mulheres.

O papel do feminismo na luta pela libertação da classe trabalhadora e a relação entre as formas de se organizar as mulheres, a autonomia e a relação entre a luta feminista e a luta partidária foram temas recorrentes e centrais no feminismo latino-americano. No geral, buscava-se legitimar a luta feminista, vista por parte da esquerda como desvio da luta central, a luta de classes (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 286).

Céli Pinto (2003) aponta uma dicotomia que marca o desenvolvimento do movimento feminista em países de economia dependente, como o Brasil, bem como sua articulação com os demais movimentos e organizações da sociedade. De acordo com a autora, por um lado há a defesa de que a organização das mulheres em torno de uma luta específica é legítima e necessária para superação da opressão de gênero. Em contrapartida, o debate centrado nas questões estruturais que determinam as desigualdades sociais é colocado como primordial. A complexidade do processo de compreensão da intercessão entre a questão de classe e a de gênero, no Brasil, gerou em setores da esquerda como partidos, sindicatos e movimentos sociais a minimização do debate sobre as especificidades das mulheres. Algumas correntes da esquerda defendiam que a condição de opressão das mulheres seria superada com o fim da sociedade de classes, desse modo concentrar esforços na luta feminista desviaria o foco na luta contra o capital.

Nesse cenário, conforma-se uma tensão que acompanha o feminismo brasileiro, entre as vertentes que pensam o movimento associado à luta de classes e aquelas que concebem o

feminismo restrito a um movimento libertário específico, com ênfase na autonomia do corpo e da sexualidade, passível de ser desenvolvido nos marcos desta estrutura. O acesso a pílula anticoncepcional, na década de 1970, conquista importante para o exercício da sexualidade das mulheres, dissociada da maternidade, é um marco no debate feminista centrado nesta perspectiva. Assim como os questionamentos aos padrões de beleza estabelecidos para as mulheres, é nessa fase do movimento feminista que manifestações voltadas para autonomia dos corpos das mulheres são mais frequentes¹³.

É, portanto, tendo esse quadro como referência que o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

No âmbito internacional, o ano de 1975 torna-se referência no processo de reconhecimento do feminismo e da organização das mulheres, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), intitula-o como “Ano Internacional da Mulher”, para celebrar a data foi realizado uma conferência sobre as temáticas pertinentes às mulheres, no México. No Brasil, como atividade integrante da proposta apresentada pela ONU foi organizado um Seminário com tema “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, a partir desse evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

Esses eventos e a referência de um marco para uma série de atividades voltadas para o debate e a promoção da luta das mulheres são importantes, pois trazem para esfera pública as pautas das mulheres, contribuindo para sua organização. No entanto, ao mesmo tempo em que apontam o caráter público da luta possibilitam sua institucionalização, dilema que perpassa o movimento feminista brasileiro até os dias atuais. Soares (1980) destaca que os eventos realizados no Brasil em alusão à campanha iniciada pela ONU, inserem-se num contexto de reconstrução das instâncias democráticas e dos movimentos de organização dos trabalhadores, nesse momento militantes de diversos movimentos, especialmente os movimentos de mulheres, viram no Estado o interlocutor principal para suas demandas. A abertura política possibilitou a inserção dessas militantes em partidos voltados para disputa do poder, vendo nessa tática a possibilidade de ampliar as políticas sociais.

¹³ Durante o concurso Miss América, em 1968, houve protestos contra os padrões de beleza estipulados para participação no evento. Já, em 1981, foi lançada a primeira edição do jornal Mulherio, em São Paulo, voltado para o debate sobre sexualidade e corpo.

A “transição negociada” do regime autoritário processou-se a partir da segunda metade dos anos 70, dentro do projeto de ‘distensão lenta e gradual’ do presidente Geisel, e veio acompanhada da proliferação de movimentos populares, da consolidação da oposição, da remobilização da esquerda, da rearticulação de uma política de oposição, da expansão da ação pastoral da Igreja católica. As mulheres neste período tiveram espaço para uma maior ação política em contraposição ao imaginário social que as vê como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas (SOARES, 1998, p. 35).

Esse período, ainda de acordo com a autora, caracteriza um momento singular na organização das mulheres brasileiras, marcado pelas manifestações em massa, organização de grupos em bairros e na Igreja Católica. As mulheres também se inseriram nas organizações sindicais articulando o debate feminista com o debate sindical, é este também o período, no qual a sociedade organizou o debate em torno da constituinte e as mulheres contribuíram nos diversos grupos temáticos levando suas pautas cotidianas.

Carrasco e Petit (2012) destacam o papel desempenhado pelas mulheres na elaboração da constituinte, na década de 1980, as autoras ressaltam que houve o reconhecimento, ao menos no plano legal, da igualdade entre homens e mulheres nos direitos e obrigações. De fato o reconhecimento representa avanço diante das pautas colocadas pelas mulheres, mas igualdade jurídica não representa necessariamente igualdade na vida cotidiana, na sociedade brasileira as mulheres ainda são tratadas de forma diferenciada pelo Estado, no mercado de trabalho e têm sua autonomia controlada pela cultura machista e sexista que permeia nossa sociedade. Nesse sentido, Toledo (2001) destaca a complexidade das relações de opressão e exploração das mulheres:

[...] quando se fala em opressão da mulher não se pode utilizar apenas categorias econômicas. A opressão é um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas. A correspondência entre estas e a estrutura econômica da sociedade é muito complexa e varia de acordo com as épocas históricas (TOLEDO, 2001, p. 3).

A autora acrescenta que as mobilizações feministas de rua no Brasil, durante a segunda onda tiveram um arrefecimento e as discussões feministas ficaram mais restritas ao âmbito acadêmico. É nesse momento que os “Estudos da Mulher” são fortalecidos, seguidos dos “Estudos de Gênero” e a luta pela emancipação feminina é atingida em sua metodologia, com a redução das manifestações massivas e da mobilização, que envolvia outros setores da sociedade brasileira. De acordo com Toledo (2001, p. 1), ‘sob a direção de correntes de classe média e intelectuais, sem a participação massiva da mulher trabalhadora, a luta feminista tornou-se ainda mais reformista’. Essas características e os debates sobre a institucionalização

do movimento feminista vão se aprofundar durante a terceira onda de manifestação, o que se torna visível a partir da proliferação de vertentes e manifestações de luta feminista.

A terceira onda do movimento feminista inaugura um novo cenário de estratégias e lutas das mulheres, a partir dos anos 1990, numa conjuntura geral de ataques aos direitos dos trabalhadores, quando a institucionalização do movimento foi mais expressiva e as manifestações em massa das mulheres tiveram um declínio significativo se comparada às décadas anteriores. Inaugura-se, nesse contexto, uma modalidade teórica e prática do feminismo voltada para a diversidade das mulheres.

Álvarez (2007) destaca que as características da terceira fase do movimento feminista apresentou expressões em diferentes países ocidentais, onde a luta das mulheres foram intermediadas pelo debate racial, de orientação sexual, além das diferentes formas de opressão das mulheres a partir dos países onde vivem. Assim, em países de capitalismo avançado o estágio e a projeção de luta das mulheres atingem diferentes patamares, quando consideramos as mulheres que vivem nos países mais pobres do mundo ou países como os da América Latina, nos quais a luta das mulheres se entrelaça com as lutas dos trabalhadores por democratização e melhores condições de vida.

A instauração do neoliberalismo na América Latina, no mesmo período, contribuiu de forma especial para que as características da terceira onda do feminismo se apresentassem de igual modo nos países latino-americanos, interferindo na organização dos movimentos feministas e demais movimentos de mulheres. Cisne (2013) corrobora a concepção de que os movimentos sociais representam espaços de organização de demandas que refletem as necessidades sociais, a partir das quais os diferentes grupos se articulam para luta. Desse modo, compreendendo que as desigualdades sociais são fruto da relação entre capital e trabalho, a autora defende que a luta dos movimentos sociais deve ter como referência a superação do capitalismo.

Souza-Lobo (2011) destaca que seguindo a tendência já apresentada nas décadas anteriores, de redução das práticas autônomas das mulheres, a criação dos Conselhos dos Direitos das Mulheres em diversas cidades brasileiras reconfiguram o canal de comunicação dos movimentos de mulheres que passam a conceber estes espaços como propícios para levantamento de demandas, elaboração de programas e projetos voltados para as mulheres. Nesse contexto, torna-se imprescindível pensar o papel do Estado e a participação das mulheres nas suas instâncias, de acordo com a autora, duas posições nortearam o debate sobre esta questão:

(...) de um lado as que se propunham a ocupar os novos espaços governamentais, de outro as que insistiam na exclusividade dos movimentos como espaços das feministas. Entre os dois polos ocorreram algumas tentativas de pensar qual a relação possível entre movimento e Estado (SOUZA-LOBO, 2011, p. 227).

A institucionalização do movimento feminista é reforçada com o grande incentivo à criação de Organizações não Governamentais (ONG's), a partir da instauração do neoliberalismo no Brasil. Os estudos de Cisne (2013) nos auxiliam na compreensão do papel das ONG's nesse contexto. Para a autora, essas organizações que tinham papel de assessoria aos movimentos sociais, nos anos 1960, atuando na sua coordenação passaram a contribuir para o ocultamento da perspectiva de classe, como ponto central na luta dos movimentos feministas e de mulheres.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) se espraiam nacionalmente e o feminismo profissionalizado passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social. Esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres (...) (CISNE, 2013, p. 183).

As ONG's passaram a ser referência na captação de recursos de instituições internacionais e do governo, especialmente a partir do fundo público, estimulando uma relação de subordinação ao capital e descaracterização dos movimentos sociais como organizações autônomas e voltadas para os interesses dos trabalhadores e das mulheres. Para Cisne (2013), elas reforçam o descompromisso do Estado com a questão social e contribuem para fragmentação dos movimentos de organização dos trabalhadores, com relação às mulheres, interferem diretamente na autonomia de suas organizações.

Assim como as demais, muitas ONGs feministas sobrevivem de investimentos do governo e de fundações e organismos internacionais. Esse fato implica, como decorrência, em um significativo prejuízo à autonomia mediante as relações de dependência/subordinação, travestidas no discurso de "parceria". Além disso, com a competição entre estas ONGs na disputa pelos investimentos, fragmenta-se a luta das mulheres (CISNE, 2013, p. 194).

Esse cenário acirrou questões ainda latentes no movimento feminista brasileiro, o qual demonstra dificuldades em estabelecer de forma nítida sua autonomia ideológica, política e organizativa. No entanto, Cisne (2013) aponta que o cenário tende a ser alterado quando cita, como exemplos de organizações e movimentos voltados para a luta das mulheres, a partir da realidade latino-americana, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), criada em 1994 e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 2004.

Atualmente, o movimento feminista comporta uma pluralidade de vertentes que podem ou não considerar, em suas posturas políticas e ações, a luta de classes e as opressões de etnia e diversidade sexual. Atos contra o machismo, passeatas e manifestações trazem para o cenário brasileiro o debate sobre a condição de vida das mulheres, num contexto de organização ainda aberto, tanto para o estudo quanto para ação. As redes sociais têm se apresentado como ferramenta de atuação, onde viralizam campanhas contra o estupro, o assédio sexual e a violência contra as mulheres. A diversidade de organização e direcionamentos políticos e ideológicos, incidentes no movimento feminista promovem a ampliação do debate sobre os direitos das mulheres, no mesmo movimento também possibilita a fragmentação da luta e a construção de uma perspectiva feminista ancorada na luta contra o capitalismo, estrutura que fomenta a supremacia masculina.

Até o momento, abordamos elementos presentes na construção do feminismo ao nível internacional e nacional, esse debate nos ajuda a compreender o movimento feminista na sua pluralidade reconhecendo os pontos que convergem e divergem em cada vertente. Até a terceira onda, as principais referências no feminismo eram representadas pelas correntes: liberal, radical e socialista. A vertente liberal aponta como causa da opressão das mulheres a discriminação que priva o direito a auto realização e a busca dos seus interesses. Assim, ao debater as normas e costumes sexuais, por exemplo, as feministas liberais usam exclusivamente conceitos de liberdade e igualdade. Suas propostas políticas para alterar a situação de subordinação da mulher consistem em alcançar a igualdade com os homens nos limites da ordem posta, algo que como analisamos não interfere nas condições estruturais da dominação e exploração das mulheres.

O feminismo radical defende que a principal causa da opressão das mulheres é o patriarcado, o qual se configura como um sistema capaz de permitir o controle do corpo e da sexualidade das mulheres. Nesse sentido, a supremacia masculina só seria superada com seu fim. Nessa vertente o conceito de gênero é abolido e a presença dos homens na organização do movimento é, na maioria das vezes, repelida. Já a o feminismo socialista, busca explicar as opressões de gênero a partir da propriedade privada, apresentando críticas ao sistema capitalista imbricado com patriarcado e o racismo. Nessa perspectiva, a teoria marxista é referência no estudo da temática feminista, por possibilitar, como destaca Cisne (2005):

[...] uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas a de gênero, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das “representações”, sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações. [...] Deste modo, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de

gênero instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas as mulheres (CISNE, 2005, p. 7).

Em nosso estudo, consideramos a perspectiva que caracteriza o feminismo como movimento social de caráter classista, propulsor da liberdade, da autonomia e da igualdade social, econômica e política das mulheres em relação aos homens. Esta definição aponta para a construção coletiva capaz de propor a superação da discriminação e da subalternidade vivenciadas por elas nos espaços públicos e privados, consolidando a partir da transformação social as condições necessárias para emancipação.

Desse modo, a referência à trajetória de organização e luta das mulheres assume para nós relevância, pois ao propormos o estudo sobre a participação das mulheres nas organizações sindicais, a partir das experiências do ANDES-SN, buscamos resgatar e aprofundar o debate sobre a articulação entre a luta desempenhada por elas nos espaços feministas de organização e a luta da classe trabalhadora no movimento sindical, nos marcos da sociedade capitalista.

CAPÍTULO 2 – TRAÇOS DA LUTA DOS TRABALHADORES NO BRASIL

A formação social brasileira é composta e enriquecida por diversas modalidades de organização e luta dos trabalhadores, desde conjunturas que antecedem ao período de incentivo à industrialização e urbanização do país. Esta trajetória encontra-se bem referendada nas obras de sociólogos e historiadores, como Ricardo Antunes, Giovanni Alves e Marcelo Badaró Matos, autores que embasam nossa compreensão sobre o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, bem como da sua organização no movimento sindical.

Há relatos das experiências de convívio entre os trabalhadores assalariados e escravizados, no século XIX, com a partilha de hábitos, valores e lutas que possibilitaram formas de associação em torno de pautas comuns, como o fim da escravidão, quando trabalhadores escravizados tiveram o apoio dos trabalhadores livres, opositores ao regime escravocrata na luta pela liberdade. A chegada dos trabalhadores imigrantes, como alternativa à mão de obra escravizada representou, no cenário nacional, a consolidação do trabalho assalariado e, por conseguinte, dos pressupostos necessários para construção do capital industrial brasileiro, assim como para a formação da classe trabalhadora e suas lutas, a partir das experiências destes trabalhadores em seus países de origem.

Matos (2009) ao analisar a história de organização dos trabalhadores no Brasil aponta como pioneira a greve dos Compositores Tipógrafos da Capital do Império, em 1858, que adquiriu destaque devido ao papel ativo da Associação Tipográfica Fluminense. O autor também destaca que, no mesmo período, houve manifestações protagonizadas pelos trabalhadores da Ponta da Areia, de propriedade do Barão de Mauá. Além, de uma paralisação, em 1857, na cidade de Salvador, realizada pelos carregadores urbanos como forma de protesto a nova legislação de trabalho que estavam submetidos.

O estímulo à industrialização no Brasil, em meio ao predomínio da agro exportação, permitiu que a instalação das indústrias ocorresse de forma desordenada, em galpões com péssima iluminação, calor excessivo e incipientes condições sanitárias. Os trabalhadores, homens, mulheres e crianças, trabalhavam mais de 12 horas por dia em locais insalubres e com salários baixos, tornando-se cada vez mais empobrecidos. As condições objetivas produziam, ainda que de forma desarticulada e espontânea, a ação coletiva dos trabalhadores a partir de reivindicações salariais e de condições de trabalho.

Antunes (1985) destaca a importância das experiências de ajuda mútua, possíveis a partir da criação das Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, voltadas para o suporte aos trabalhadores em momentos de greve e/ou de dificuldades econômicas, como bases para

construção das Uniões Operárias por ramos de atividade e, posteriormente, dos sindicatos brasileiros que tinham como principais objetivos a regulamentação do trabalho e a defesa de salários apropriados para atender as necessidades dos trabalhadores.

As organizações dos trabalhadores, incluindo os sindicatos e outras formas de associação operária, tinham, para além da ajuda mútua, a tarefa de criar uma identidade de classe e de exigir do restante da sociedade um espaço mais ampliado para que pudessem desempenhar seu papel reivindicativo. Sobre esse processo Matos (2009) pontuou:

Das associações mutuais para os sindicatos o caminho não era necessariamente direto, pois suas finalidades eram bastante diferentes. Na virada do século, um número cada vez maior de ligas, associações de resistência e sindicatos começaram a surgir, enquanto boa parte das mutuais permaneceu em pé. A diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo (MATOS, 2009, p. 47).

O movimento de organização dos trabalhadores foi fortalecido, como assinala Antunes (1985), a partir da realização de congressos, como o I e o II Congresso Socialista Brasileiro, realizados em dois períodos, 1892 e 1902, respectivamente. Os debates realizados nestes encontros corroboraram a proposta de criação do Partido Socialista no Brasil, discussão permeada pelas influências de Marx e Engels, especialmente a partir do Manifesto do Partido Comunista, divulgado em 1848.

Não obstante, a repressão foi fortemente utilizada por parte dos governos oligárquicos e do setor patronal, que reconheciam a influência dos imigrantes nas ações dos trabalhadores. Ainda assim, as péssimas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora impulsionavam a luta contra os preços altos, a favor da diminuição da jornada de trabalho e pelo reconhecimento da organização sindical. Em 1906, realizou-se o I Congresso Operário Brasileiro que, conforme Antunes (1985) possibilitou a elaboração de diretrizes para a organização sindical no Brasil, a partir da Confederação Operária Brasileira (COB), pautada na defesa de melhores condições de trabalho e na aliança com trabalhadores de outros países. As instâncias de organização dos trabalhadores, criadas até o momento, assinalavam a necessidade de um direcionamento político para suas ações, é nesse contexto que duas tendências se destacam na disputa pela direção das organizações sindicais no Brasil: a anarco-sindicalista e a reformista.

Antunes (1985) nos mostra algumas características destas vertentes, para o autor, o anarco-sindicalismo priorizava a luta sindical em detrimento da partidária, assim não corroborava com a proposta de construção de um partido político da classe operária e da via

eleitoral e parlamentar como componentes de uma estratégia de luta. Acreditava que os sindicatos representavam órgãos revolucionários e defendia que o caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classes e sem Estado, viria das lutas desenvolvidas no âmbito das fábricas, através do conflito direto com o patronato. Já os reformistas, defendiam a transformação gradativa da sociedade capitalista através da conquista de direitos que seriam obtidos com a pressão popular sobre o Estado concomitantemente com a luta parlamentar.

O controle do Estado sobre a organização dos trabalhadores se acentuou e lideranças cooptadas pelo governo passaram a integrar as organizações sindicais, caracterizando o “sindicalismo amarelo” ou pelego, fortemente marcado pelo atrelamento ao Estado e pela perspectiva ilusória de conciliação de classes. A repressão ficou mais evidente após o II e III Congresso Operário Brasileiro, em 1913 e 1920, respectivamente, num cenário de greves crescentes diante dos baixos salários e da crise de produção gerada a partir da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914.

Permeado por esse cenário de conflitos e tentativas de organização dos trabalhadores, foi fundado, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por lideranças dissidentes do anarco-sindicalismo, influenciadas pelos ideais comunistas. No âmbito sindical o surgimento do PCB representou a possibilidade de articulação da luta econômica com a luta política mais ampla, capaz de abrir espaço para luta pela criação de uma legislação trabalhista, por exemplo. Para além de ações voltadas para melhoria das condições de trabalho e vida dos trabalhadores, o surgimento de um partido alimentava a esperança da superação do capitalismo no Brasil.

Paralelamente, o Estado seguiu investindo na cooptação e no controle de setores do operariado e dos sindicatos. Ampliando, desse modo, a influência dos sindicalistas amarelos e controlando as ações sindicais, por meio do Conselho Nacional do Trabalho, criado em 1921 e da legislação trabalhista.

Foi a organização do proletariado como classe que possibilitou o reconhecimento da questão social por parte do Estado e da burguesia, que deixaram de tratá-la exclusivamente por via da repressão. Entretanto, essa articulação não foi suficiente para garantir uma legislação mais ampla e inclusiva, assim como não pôde impedir a intervenção e o controle do Estado sobre a ação e organização dos trabalhadores, medidas que se consolidam após a década de 1930. Contribuindo com o debate Ortiz (2010) destaca a alteração das formas de controle Estado, com a consolidação do capitalismo monopolista, no Brasil.

Assim, se antes o Estado, em face das demandas dos trabalhadores, agia para assegurar o funcionamento da ordem burguesa, geralmente pela via da

repressão; com o monopólio, o Estado passa a ocupar-se diretamente com a preservação física e o controle ideológico do trabalhador. As políticas sociais e as instituições irão cumprir objetivamente estas funções, garantindo alguma renda para a manutenção do consumo do trabalhador e de sua família, por um lado; por outro, homogeneizando entre os trabalhadores o discurso e o ideário burguês (ORTIZ, 2010, p. 36).

Os 15 primeiros anos do governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) foram marcados pela contínua interferência do Estado no processo de desenvolvimento do sindicalismo brasileiro. Matos (2009), ao analisar este período, aponta a proposta difundida nos discursos dos dirigentes sindicais, de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, mediada por um Estado que seria protetor e regulador, apresentando-se como interventor nas relações sociais via legislação social. Cabe ressaltar que o contexto do período, marcado pelo início do processo de industrialização por substituição de importação, representou para os trabalhadores a intensificação da exploração e da repressão.

Uma das primeiras medidas de Vargas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que teve como tarefa principal elaborar uma legislação sindical e trabalhista capaz de possibilitar o controle financeiro e ideológico sobre os sindicatos, definindo-o como órgão de colaboração e cooperação com o Estado, numa proposta do sindicalismo oficial¹⁴, a partir do modelo corporativista atrelado ao Estado. A Lei de Sindicalização elaborada, em 1931, representa um marco nesse esforço de controlar a organização dos trabalhadores. Esta lei estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sobre os recursos dos sindicatos, concedia aos delegados deste Ministério o direito de participar das assembleias, proibia atividades políticas dentro dos sindicatos, negava direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos.

Além de estimular a criação de sindicatos oficiais, quase sempre com pouca representatividade, uma das estratégias adotadas pelo ministério para angariar adesões ‘voluntárias’ ao seu modelo de sindicato foi vincular a concessão de benefícios trabalhistas a representação por sindicato reconhecido (MATTOS, 2003, p. 14).

No âmbito educacional, essa etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro, pautado na industrialização, impôs novas exigências à organização do setor, dentre as quais a de ampliação da oferta de ensino. Desse modo, coube ao Ministério da Educação e Saúde organizar as políticas sobre educação, considerando a proposta de desenvolvimento do país.

¹⁴ Ricardo Antunes na obra “Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil – Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora”, publicada pela Editora Cortez, em 1982, também oferece elementos para a análise dos impactos da legislação sindical, elaborada no governo Vargas, na organização e luta dos trabalhadores.

Miranda (2011), ao estudar o processo de organização dos trabalhadores docentes, aborda a feminização do magistério, destacando que o incentivo à industrialização, iniciado no Governo Vargas, produziu a necessidade de incorporação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente, em setores que reproduzem os estereótipos naturalizados como femininos.

A ideologia do sacerdócio e da vocação feminina, associadas à educação, traduziram a perspectiva dominante de subordinação econômico-social e política da mulher. A ideologia, funcional ao capitalismo em expansão, que precisava conceder e controlar o espaço feminino, produzia a justificativa de baixa remuneração no magistério através de um conjunto de argumentos. De sorte que, para a mulher, tal ofício significaria uma renda complementar; haveria uma redução de carga horária se comparada à jornada fabril, possibilitando a presença no lar e extensão da maternidade ao dedicar-se à educação das crianças. Dessa maneira o trabalho feminino constituiu-se sob o invólucro das relações de gênero na sociedade capitalista (MIRANDA, 2011, p. 33).

No entanto, como ressalta a autora, a presença das mulheres no mercado de trabalho apresentou-se de forma contraditória, na medida em que a presença na esfera pública, como nas organizações da classe trabalhadora, não foi igualmente impulsionada. Cabe destacar que a presença das mulheres no setor educacional, concentra-se nas instâncias do ensino básico e médio, sendo o ensino superior representando expressivamente por homens. As limitações impostas às mulheres no acesso à educação e a responsabilização pelas tarefas do cuidado familiar influem, de forma concreta, na ascensão profissional das mulheres.

A Constituinte, elaborada em 1934, previa eleições livres para presidência do Brasil em 1938. No entanto, Vargas antecipou-se, apoiado pelas forças armadas, impondo ao país um regime totalitário que durou de 1937 a 1945. O período conhecido como Estado Novo (1937 – 1945) representou o desenvolvimento mais intenso da economia no Brasil, a partir da implantação das grandes indústrias siderúrgicas, que contribuíram para o aumento da proletarianização de parte dos trabalhadores brasileiros.

As deficitárias condições de trabalho e de vida, impulsionadas por esse processo levaram os trabalhadores a exigirem do Estado e do setor patronal direitos sociais e trabalhistas. Desse modo, a partir de 1942, o governo Vargas começou a se preparar para a transição controlada de um Estado autoritário para um regime mais democrático. No mesmo ano, o Ministério do Trabalho iniciou uma campanha de popularização da figura do presidente nos meios de comunicação com o objetivo era assegurar maior base de apoio para o governo entre os trabalhadores, o que culminou com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943.

Para Matos (2009), o período compreendido entre 1945 e 1964 representa o processo de redemocratização do país, com diversas fases de mobilização sindical, ainda que, a organização dos trabalhadores, a partir das políticas adotadas por Vargas, expressasse organicamente a influência do modelo sindical atrelado ao Estado. O autor destaca que entre meados da década de 1950 e o golpe em 1964, houve uma ascensão do movimento sindical brasileiro, indicada pelo aumento no número de greves, pela visibilidade dos sindicatos na imprensa e pela participação das organizações sindicais na formulação de políticas para o país. Um dos acontecimentos importantes que corrobora esse processo foi o III Congresso Sindical Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1960. Neste congresso os trabalhadores brasileiros unificaram suas forças em uma única organização nacional de coordenação de luta sindical: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Conquistas significativas foram percebidas nesse período como: o avanço na luta pelas liberdades democráticas; a conquista, no início de 1945, da anistia ampla e irrestrita aos presos políticos, libertando os comunistas que estiveram encarcerados durante todo o Estado Novo; a legalização do Partido Comunista Brasileiro; a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e eleições. Vargas eliminou os dispositivos legais que obrigavam a presença de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias sindicais, como também a aprovação prévia do Ministério para realizações de eleições e posse das direções sindicais eleitas.

Duriguetto e Montañó (2011) relatam que a partir da renúncia de Jânio Quadros e ascensão do vice João Goulart, eleitos em 1960, os sindicatos decretaram greves em solidariedade a Goulart, atingindo principalmente as atividades industriais e de transporte no Rio de Janeiro. Em 1962, em uma greve geral reivindicou-se a revogação da Lei de Segurança Nacional, o direito de voto, inclusive a soldados e analfabetos, aumento salarial de 100%, concessão de direito de greve, reforma agrária, imediato congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aplicação rigorosa da lei que controlava a remessa de lucros para o exterior e o direito de organização sindical aos camponeses.

O processo de efervescência foi ampliado quando o presidente João Goulart (1961 – 1964) apoiou o debate sobre as reformas de base, que incluíam um conjunto de propostas que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, com intuito de garantir a superação do subdesenvolvimento e permitir a diminuição das desigualdades sociais. Entre as medidas propostas estavam a Reforma Agrária, a Reforma Eleitoral, a Reforma Fiscal, a Reforma Urbana e a Reforma Administrativa.

No dia 31 de março de 1964, um golpe empresarial-militar¹⁵ alterou a conjuntura política no Brasil, o presidente João Goulart foi deposto, o CGT e as demais organizações populares foram silenciados e suas lideranças imediatamente presas. De acordo com Giannotti (2007), com a instauração da ditadura, o clima de medo se espalhou pelas fábricas e as greves quase desapareceram por completo. Qualquer reivindicação, por mínima que fosse, era tachada pelo governo e pelos patrões de subversão e a repressão era acionada imediatamente.

A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava. A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade. Por outro lado, a crise econômica, que só fazia crescer desde o fim do governo JK, seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental (MATOS, 2009, p. 101).

No interior dos sindicatos, a perseguição aos líderes e militantes das correntes de esquerda fez-se através dos inquéritos instaurados pelos interventores, que buscavam reunir provas para incriminar as lideranças ditas subversivas. Desse modo, os sindicatos esvaziaram-se, sendo golpeados com a perda do contingente de associados que haviam conquistado nos anos anteriores.

Duriguetto e Montañó (2011) destacam que, no final de 1967, em Osasco – São Paulo, uma chapa de oposição disputou e ganhou a eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Esta nova diretoria, composta em sua maioria por jovens do movimento popular, tinha como proposta impulsionar a luta operária e combater a ditadura. Nesse período, na cidade de São Paulo, nasceram oposições sindicais, cujo objetivo principal era a luta imediata por aumento de salário e melhores condições de trabalho. Vários militantes operários, desde 1964, tinham consciência da necessidade de uma prática sindical diferente, que combatesse a estrutura sindical brasileira, burocratizada e atrelada ao Estado. O objetivo das oposições sindicais que se destacavam era criar um novo tipo de sindicalismo, organizado a partir da base.

Ainda na década 1960, aconteceu uma das maiores manifestações contra o regime ditatorial: a passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, seguida de manifestações, com mais de 50 mil pessoas, em Recife. No dia 10 de outubro de 1968, a repressão fechou, em Ibiúna - São

¹⁵ Adotamos o termo “ditadura empresarial – militar” por considerar as contribuições do Professor Roberto Leher, que compreende a emergência do regime ditatorial a partir da articulação de frações da burguesia empresarial brasileira e dos militares. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-2144072693.pdf>. Acesso: 24 de abril de 2015.

Paulo, o congresso clandestino da UNE, mais de 800 estudantes foram presos. Os jornais, ainda sem censura, deram um grande destaque a ação repressiva comandada pelo Estado.

No dia 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva que, em 1967, havia substituído Castelo Branco, editou o Ato Institucional nº5 (AI-5). Por este Ato o Congresso foi fechado, sendo cassados os mandatos de deputados oposicionistas. Qualquer cidadão poderia ter seus direitos políticos suspensos por dez anos, foi decretado o fim do *habeas corpus* e implantada a censura prévia nos meios de comunicação. O AI-5 ficou em vigor, como o instrumento legal de legitimação dos atos da ditadura durante dez anos. Com ele, os militares puderam prender, torturar e matar livremente sem dar satisfação à sociedade. As empresas sentiram-se livres para lucrar cada vez mais, a partir da exploração intensa da classe trabalhadora, que se encontrava completamente controlada e amedrontada, data desse período os maiores índices de acidentes de trabalho no Brasil.

No início dos anos 1970, o movimento operário, encontrava-se amordaçado e as organizações de esquerda fortemente golpeadas. No entanto, a partir da segunda metade da década, a explosão de uma quantidade significativa de greves e lutas de vários setores da sociedade mudou totalmente o panorama político do país. Ao contrário de toda a propaganda do governo, a realidade dos trabalhadores era bem diferente, o “milagre econômico” tão valorizado, era proveitoso para os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), já para os trabalhadores representava a exploração e o descaso do governo.

Em meio ao cenário político apresentado, as primeiras organizações dos docentes do ensino superior despontam no Brasil. Donatoni (1999) apresenta o panorama detalhado do surgimento das primeiras Associações Sindicais destacando a fundação da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC), em 1975 e, em 1976, da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (ADUSP), da Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista (ADUNESP) e da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (APROPUC). Já em 1977 surge a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADUNICAMP).

Ainda na década de 1970 são oficializadas a Associação dos Professores da Universidade da Bahia (APUB) e a Associação dos Professores da Universidade Federal de Belo Horizonte (APUBH). Seguidas, em 1978, da Associação de Docentes do Ensino Superior de Juiz de Fora (APES), da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES), da Associação dos Docentes da Universidade Brasília (ADUnB),

da Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Marília (ADFM) e da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA).

No ano seguinte, em 1979, mais duas associações são criadas a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU).

Otranto (2000) aborda esse processo de crescimento e fortalecimento das associações, destacando que nesse período os Encontros Nacionais de Associações de Docentes Universitários (ENADs) tiveram importância decisiva na integração e consolidação do Movimento Docente Nacional. A perspectiva do debate realizado pelos docentes superavam as questões mais específicas das universidades, apontando a necessidade do debate mais amplo, considerando o contexto político-econômico e social do país.

Os professores se mobilizaram em três patamares. O primeiro patamar de mobilização, aquele que unia a todos, era o da luta política geral pela democracia, pela revogação das leis de exceção, pela reintegração dos docentes cassados pelo regime autoritário, pela anistia ampla, geral e irrestrita. O segundo patamar era o da luta sindical geral, que era parte da luta mais ampla. O terceiro patamar era a questão da luta específica em defesa do ensino público e gratuito, contrapondo-se à política oficial privatizante (OTRANTO, 2000, p. 215).

A partir das eleições de 1974, o Brasil já havia voltado a ter uma oposição parlamentar atuante, formada por um grupo do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, que se confrontava com a Ditadura. Nos anos seguintes, este grupo oposicionista ficou conhecido como bloco dos “autênticos”. A sociedade civil também voltou a se manifestar e a organizar movimentos oposicionistas contra a Ditadura. Esse movimento aglutinava, desde os parentes dos presos e exilados políticos até organizações políticas que, dez anos antes havia apoiado o golpe.

A pressão pela abertura política ficou cada vez mais forte. No Movimento Democrático Brasileiro - MDB, alguns parlamentares não escondiam sua impaciência com o ritmo da abertura que a ditadura dizia querer fazer. Apreensivos com as manifestações da oposição, os militares procuram garantir o controle da Câmara e do Senado.

Ao fim da década de 1970, com o crescimento das evidências de crise do modelo econômico da ditadura e a multiplicação das dissidências no interior do próprio bloco no poder, os governos militares iniciaram uma transição lenta e gradual para a volta aos civis ao poder. A intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma das medidas “liberalizantes”, como fim do AI-5, em 1978, a anistia política, em 1979, e a reorganização partidária (MATOS, 2009, p. 117).

Cabe a indagação sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, além da presença delas nas lutas promovidas pela classe trabalhadora em todo esse período. A ocultação das mulheres como sujeitos políticos é recorrente na literatura brasileira, o que não implica a ausência de atuação. Os estudos que tratam da temática sindical articulada ao debate de gênero destacam, em sua maioria, a crescente presença das mulheres no setor industrial, a partir da década de 1970 e, por conseguinte, a presença delas nas instâncias sindicais. O contexto de efervescência do movimento sindical no período e o acúmulo do movimento feminista contribuíram para que as mulheres vislumbrassem nos sindicatos o espaço de representação onde poderiam apresentar suas demandas.

Data desse período a realização dos primeiros congressos de trabalhadoras, Araújo e Ferreira (1998) destacam o I Congresso da Mulher Metalúrgica, realizado em 1978, e o I e II Congresso da Mulher Química, em 1978 e 1979, respectivamente. Apesar na intenção de parte do movimento sindical em contribuir com a participação das mulheres nas instâncias sindicais, os limites da concepção homogênea da classe trabalhadora interferiram no aprofundamento do debate das pautas apresentadas pelas mulheres, como divisão do trabalho doméstico, licença paternidade e creches nos locais de trabalho.

No momento de reconstrução do movimento sindical, a classe trabalhadora era pensada como um ator coletivo homogêneo, formado por um conjunto assexuado de indivíduos igualmente atingidos, enquanto trabalhadores, pela exploração capitalista. O discurso da “unidade de classe” era frequentemente utilizado para sufocar o debate sobre as relações de gênero (ARAÚJO; FERREIRA, 1998, p. 316).

Na tentativa de ampliar a discussão e romper com esse padrão de compreensão da classe, departamentos de mulheres foram criados em alguns sindicatos como dos Bancários e dos Químicos, em São Paulo. As denúncias de desigualdade salarial, assédio sexual e falta de creches eram comuns nas publicações desses sindicatos, num cenário político e de organização sindical que apresentava duas tendências: os sindicalistas autênticos e os reformistas. A principal característica dos autênticos era a perspectiva classista, ou seja, afirmação da existência do antagonismo de classe entre patrões e trabalhadores, sem nenhuma ilusão de parceria.

No interior deste grupo, existiam diferentes visões do papel da organização sindical, exemplificadas pelos militantes que já eram dirigentes dos seus sindicatos (como o dos Metalúrgicos de São Bernardo, que teve na figura de Lula a sua principal liderança) e pelos do campo das oposições sindicais (cuja principal expressão foi a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo). Para estes, os sindicatos deveriam recuperar e apoiar as experiências operárias

de organizações de base com vistas para a construção do socialismo. Já para os seguidores dos metalúrgicos de São Bernardo, o sindicato deveria se limitar a luta reivindicatória.

A confluência dessas duas tendências, juntamente com o sindicalismo rural, constituiu a base para o nascimento da Central Única dos Trabalhadores - CUT em 1983, e do Partido dos Trabalhadores - PT, em 1980. O surgimento da central sindical esteve ancorado na perspectiva classista com defesa da autonomia e independência diante do Estado. No Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras onde ocorreu sua fundação, aprovou-se o estatuto da central, que incluía, entre outros princípios, a defesa da democracia sindical e da unidade da classe trabalhadora, da liberdade e autonomia sindicais, da organização por local de trabalho e, em nível estratégico mais amplo, afirmavam a luta por uma sociedade sem exploração.

A central foi reconhecida como referência para a organização e luta da classe trabalhadora e alguns fatores contribuíram para esse reconhecimento como: a filiação progressiva dos sindicatos à sua proposta, o incentivo às mobilizações e greves gerais e às lutas desenvolvidas pelos trabalhadores da cidade e do campo ao longo da década de 1980. A presença ativa na criação, três anos antes de sua fundação, do Partido dos Trabalhadores - PT e, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra - CPT, na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, em 1984, também contribuíram para que a CUT se tornasse referência.

Já os sindicalistas com referência reformista pautavam suas bandeiras em pequenas alterações na estrutura sindical e o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores nos marcos da legislação e da política vigentes. Defendiam a política de conciliação de classes para se chegar ao pacto social. Essa tendência construiu neste período a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que, em 1988, dividiu-se, originando a CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores – passando a existir dessa forma duas CGTs.

Para Duriguetto e Montañó (2011), o conjunto desses elementos, somado às mobilizações operárias consolidaram, durante os anos 1980, um terreno fértil para o desenvolvimento do Novo Sindicalismo, que seguia em sentido contrário ao quadro da crise sindical já presente em vários países capitalistas avançados. No entanto, nos últimos anos daquela década, as tendências econômicas, políticas e ideológicas que foram responsáveis pela inserção do sindicalismo brasileiro na onda regressiva começaram a ganhar força.

Os anos 1990 iniciaram um período de transformações intensas no Brasil, articuladas pelo capital internacional, a partir do projeto político-econômico neoliberal defendido pelo presidente recém-eleito Fernando Collor de Mello. A retração do Estado na gestão dos

serviços públicos e das empresas estatais estaria, de acordo com o governo, na base da crise fiscal vivenciada pelo país. A proposta para os problemas enfrentados pelo Estado no ajuste das contas públicas, de acordo com a perspectiva neoliberal, baliza-se especialmente na abertura da economia nacional para o capital externo, na privatização das empresas públicas, na desregulamentação das relações de trabalho e ataques ao serviço público.

Kátia Lima (2005) nos ajuda a compreender o processo de instauração do neoliberalismo no Brasil, para a autora, o neoliberalismo efetivou-se com as reformas econômicas e políticas difundidas e monitoradas por organismos internacionais, como forma de conter a crise estrutural do capital. Entre as organizações destacam-se: o Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

Estas reformas configuram o projeto neoliberal de sociabilidade vigente no contexto mundial pós anos 70 do século passado. Um liberalismo relançado que vem desenvolvendo as bases materiais e ideológicas para a intensificação da mundialização financeira. Neste conjunto de reformas neoliberais, que articula a reestruturação da esfera produtiva, o reordenamento dos estados nacionais e a formação de uma nova sociabilidade burguesa, estão inseridas as reformas educacionais realizadas nos países periféricos e que atravessaram o final do século XX e o início do século XXI (LIMA, 2005, p.80).

Desde a abertura econômica iniciada em 1990, a implementação das políticas de ajustes vem sendo apresentada, pelo capital e pelos governos, como a única saída para a crise brasileira, Duriguetto; Montañó (2011) contribuem com a discussão ao destacar que:

Essa crise vem sendo enfocada através de “uma visão socializadora”, cujo objetivo é ganhar o consentimento dos trabalhadores acerca de novos valores políticos, sociais e éticos, que legitimem as mudanças requeridas pelo processo de reestruturação produtiva e o desmonte de mecanismos de proteção social (DURIGUETTO; MONTAÑO, 201, p. 244).

A referência constante a “cultura da crise” é, de acordo com os autores, fortemente visível nas organizações sindicais, que passam a ser marcadas por iniciativas pragmáticas, contribuindo para que se desenvolva uma crise do sindicalismo classista e de sua conversão para um sindicalismo de parcerias.

Lima (2005) aponta que a estratégia para superação da crise pautava-se na aplicação de políticas privatizantes e na desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, demonstrando que a ênfase no equilíbrio orçamentário e no ajuste das contas públicas representava a perspectiva dos governos Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Para tanto, caberia ao Estado investir em setores modernos da economia e diminuir o quadro de funcionários públicos.

Durante o governo Collor (1991), surge a Força Sindical, organização de trabalhadores comprometida com os setores empresariais e com a defesa do projeto neoliberal. De acordo com Matos (2009), a nova central anunciava a adesão à lógica econômica do capitalismo e a colaboração com o empresariado como forma de obter vantagens materiais para os trabalhadores. Em sua carta de princípios, de 1991, a Força Sindical explicitou a proposta de colaboração de classes que a movia.

A adoção do neoliberalismo no Brasil e o processo de precarização do trabalho, a partir da reestruturação produtiva, impactaram de forma significativa a vida dos trabalhadores que enfrentaram a perda do poder aquisitivo dos salários, altos índices de desemprego e alterações na gestão do processo de trabalho. A organização do movimento sindical brasileiro também sofreu os rebatimentos desse contexto, essencialmente a CUT que concentrou sua atuação na política de conciliação de classes e no fortalecimento das “negociações pelo alto”, sem a referência na organização de base, contribuindo para desmobilização dos trabalhadores e desarticulação dos sindicatos filiados. Antunes (2011) reforça a discussão ao destacar que:

Esse sindicalismo contratualista, embora procure apresentar-se como alternativa possível para o combate ao neoliberalismo, distancia-se de maneira crescente da alternativa socialista que foi decisiva na fundação da CUT e se aproxima da agenda neoliberal, como demonstram vários exemplos da sua prática no Brasil recente (ANTUNES, 2011, p. 87).

Em contraposição, na década seguinte, apresentaram-se oposições em setores sindicais que romperam com a CUT, como a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), criada em 2003. De acordo com o informativo divulgado no site da organização, o seu surgimento está diretamente relacionado à crise vivenciada pelo movimento sindical, a partir do alinhamento político, financeiro e ideológico realizado pela CUT, com o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Durante o período de construção da Conlutas, outra entidade sindical se estabeleceu: a Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, esta também se posiciona no campo de oposição a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

No que se refere ao debate sobre a mulher trabalhadora e a presença dela nos espaços de representação dos sindicatos, a estratégia de cotas de participação nas diretorias dessas entidades é apresentada nesse período, defendida especialmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) como ação afirmativa voltada para garantir o exercício político sindical das mulheres. Inúmeros são os debates sobre a implementação dessa alternativa, destacamos que as ações afirmativas podem contribuir para superação das desigualdades construídas historicamente, mas a simples defesa e implementação dessas práticas, sem a construção de lutas voltadas para a superação dos elementos estruturais que possibilitam a supremacia

masculina no capitalismo não interferem na condição de subordinação e opressão das mulheres.

No interior dessa trajetória, as greves por melhores salários condições de trabalho marcaram a luta dos trabalhadores brasileiros, incluindo os docentes, o que significou confronto direto com a política econômica e, por conseguinte, educacional do Estado. Desse modo, surgiu no movimento docente a necessidade da criação de uma Associação Nacional que envolveria todos os docentes do ensino superior na luta por suas demandas, considerando que os funcionários públicos não tinham direito à sindicalização no período.

2.1 Criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e o surgimento do ANDES-SN

Até o início da década de 1980 os docentes organizavam-se a partir das Associações Docentes (ADs) já consolidadas nas universidades federais e estaduais. No entanto, como destaca Donatoni (1999), a necessidade de uma articulação nacional tornou-se eminente para essas associações, diante dos ataques à democracia universitária e dos rebatimentos da política de arrocho salarial da ditadura na qualidade de vida e trabalho dos professores.

Desse modo, entre os dias 15 e 18 de fevereiro de 1979, foi realizado I Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários (ENAD), em São Paulo, com a participação de 27 Associações Docentes (ADs). O Relatório Final do I ENAD apontava como eixos de luta: a defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, a democratização da universidade, melhores salários e condições de trabalho e o não controle ideológico da universidade. Também em 1979, entre os dias 6 e 9 de setembro, ocorreu em Salvador, uma Reunião Nacional Extraordinária das Associações Docentes (ADs) que debateu a importância da unificação da luta salarial para o ano seguinte.

A ameaça de um Anteprojeto para educação, proposto pelo governo, pautado na transformação das Autarquias Especiais em Fundações e na reestruturação da carreira do magistério também foi alvo de debate dos docentes, que buscavam para além das lutas específicas da categoria a articulação com as lutas mais gerais dos trabalhadores.

Donatoni (1999) ressalta que o ano de 1979 foi caracterizado por greves em vários ramos da atividade econômica, sendo 43% delas no setor industrial. Em meio ao contexto de insatisfação e organização dos trabalhadores, a luta protagonizada pelos docentes por democracia, melhores salários e condições de trabalho se fortaleceu, impulsionando episódios

que marcaram movimento docente nacional¹⁶, como o boicote ao vestibular organizado pelas Universidades de Juiz de Fora (MG) e de Santa Catarina, entre os meses de dezembro de 1979 e janeiro de 1980.

Assim, no final da década de 70, quando o regime militar ainda usava métodos repressivos contra a universidade pública e seus professores, ficava evidenciada a necessidade de um sindicato que representasse nacionalmente o movimento docente do 3º grau, cujas bases começavam a se articular nas Associações Docentes, já existentes (DONATONI, 1999, p.142).

As pautas defendidas no I ENAD apontavam para construção de uma universidade com mais verbas, com estrutura democrática e articulada com as necessidades e realidade da sociedade brasileira, além de garantias de salário e condições de trabalho dignas para os docentes. Esse processo de debates e articulações culminou com a organização da Coordenação Nacional de Associações Docentes e, posteriormente, com a realização do II Encontro Nacional de Associações Docentes (ENAD), em João Pessoa (PB), entre os dias 25 e 29 de fevereiro de 1980.

Donatoni (1999) destaca que a partir das deliberações, das ações e lutas planejadas no II ENAD duas reivindicações da categoria foram atendidas: a inclusão do magistério superior nos reajustes semestrais e um índice de 48% como forma de reajuste salarial, a partir de 1º de março de 1980. Além dessas reivindicações definiu-se o “Dia Nacional de Luta pelo Reajuste Salarial” (07 de abril), assim como a realização de Assembleias Gerais para a primeira semana de maio, com intuito de pressionar o governo diante das reivindicações da categoria.

Encontros Regionais também foram realizados a partir das discussões que ocorriam nas Associações Docentes (ADs), diante da insistência do governo em reestruturar a carreira do magistério superior. As propostas das ADs nos encontros regionais baseavam-se na defesa de um regime jurídico que garantisse a estabilidade funcional e a aposentadoria com salário integral aos docentes do ensino superior, bem como a alteração das normas que regiam a escolha dos diretores das universidades e a regulamentação do regime especial das autarquias de ensino superior.

Contribui com o cenário de mobilizações, como aponta Miranda (2011), a greve das Universidades Federais Autárquicas, em 1980, apresentando-se como importante experiência prática das estratégias de luta defendidas nos debates promovidos pelos Encontros Nacionais de Associações Docentes (ENADs). A primeira greve nacional dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior Autárquicas foi estimulada pelo fortalecimento da

¹⁶ Em 1978 foi publicado pela Associação Docente da Universidade de São Paulo (ADUSP) o *Livro Negro da USP* que aborda o controle ideológico presente na Universidade de São Paulo, por exemplo, através da “triagem ideológica” na contratação dos professores.

organização do movimento docente, que ao final da década de 1970 e início da década de 1980, apresentava grande adesão à Coordenação Nacional das Associações Docentes, que acompanhava e aglutinava as manifestações com propósito de unificar o movimento docente.

Esse contexto de mobilização evidenciou a necessidade de construção de uma entidade nacional capaz de pautar as demandas das Associações Docentes (ADs). Desse modo, foi convocado o I Congresso Nacional de Docentes Universitários, entre os dias 17 e 20 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas (SP). Na ocasião, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES - foi criada, com aceitação ampla, assumindo a representatividade dos docentes das Instituições de Ensino Superior, congregando e encaminhando suas reivindicações e lutas.

Donatoni (1999) esclarece que o surgimento da ANDES tinha a finalidade de articular as pautas do movimento docente com as pertinentes à sociedade brasileira, respeitando a autonomia das ADs, participando junto a outros movimentos organizados da sociedade em lutas mais amplas, em favor do fortalecimento da democracia brasileira. Desse modo, ficou definido a participação da entidade na Campanha Nacional pela democratização do país, na Campanha Nacional pela defesa e ampliação do ensino público e gratuito e nas mobilizações que reivindicavam a destinação de 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais para educação.

À entidade, enquanto espaço de representação nacional de uma categoria que se apresentava a partir de um movimento docente forte, foi destinada a defesa de demandas específicas dos docentes, como o plano de carreira e o reajuste salarial. Para Donatoni (1999), apresentava-se o desafio de propor novas formas de intervenção e mobilização, que fossem capazes de agregar mais professores e fomentar a criação de novas Associações Docentes nas universidades.

No entanto é necessário apontar, de acordo com Miranda (2011), que a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) foi marcada pela divergência e disputa de duas concepções sobre o caráter da entidade nacional: uma que defendia uma federação de Associações de Docentes (ADs) e outra que propunha uma associação nacional capaz de favorecer a participação das bases e que rompesse com as características do sindicalismo oficial que dificultava a mobilização consciente dos trabalhadores¹⁷.

¹⁷ Estava em curso, desde o final da década de 1970, no Brasil, o processo de construção do “Novo Sindicalismo” pautado na organização dos trabalhadores pela base, sem a tutela do Estado ou influência do setor patronal. O que influenciou a construção e a luta de sindicatos de todo o país, como o ANDES-SN, num contexto

O que a autora retrata em sua tese é que as lideranças do movimento docente que defendiam a ANDES como associação eram as que tinham influenciado a categoria na deflagração da primeira greve das Instituições de Ensino Superior Autárquicas, o que favoreceu a defesa no I Congresso Nacional da entidade como associação. A votação em plenária corroborou a defesa, ainda que na construção da direção da ANDES membros que defendiam a perspectiva de federação fossem incorporados. Nas palavras de Osvaldo Maciel, primeiro presidente da ANDES, “isso evitou uma divisão desnecessária das forças do MD, que poderia, talvez, gerar oposição a uma diretoria que precisava nascer forte e representativa para travar os combates que se desenhavam no horizonte político-sindical de 1981/1982” (MACIEL, 1992, p.3).

Observa-se que foram priorizadas a garantia da autonomia político-ideológica e as bases democráticas de uma organização que propunha práticas sindicais diferentes das tradicionais, presentes no sindicalismo oficial. Num contexto de crescente desobrigação do Estado com a educação pública, a partir do investimento no setor privado, como apontam os dados a seguir:

Se, em 1968, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas detinham 54,5% das matrículas na graduação, em 1971 as IES privadas já concentravam 55% dessas matrículas, índice que se elevou para 61,4% em 1974 e atingiu o seu ápice (64,3%) em 1980 (MIRANDA, 2011, p.214).

Esse cenário representou o momento de reflexão e debate sobre os rumos da educação superior brasileira, considerando o caráter público das universidades. Se até o momento o processo de privatização baseava-se no fortalecimento das empresas privadas de educação superior, o governo ditatorial já demonstrava com as propostas de reestruturação do ensino superior o desejo de impulsionar a privatização a partir das universidades públicas, inaugurando, como assegura Miranda (2011), o desmonte da educação como obrigação do Estado e direito social.

A proposta do MEC de “Reestruturação da Universidade” foi pauta de debate da categoria docente durante o I Congresso da entidade, em 1982, na cidade de Florianópolis. De acordo com o Relatório Final do I Congresso¹⁸, os objetivos do MEC eram: a ampliação do projeto de privatização do ensino, a partir do ensino pago em todas IES brasileiras; a

de greves iniciadas no ABC paulista diante dos rebatimentos da crise do modelo econômico na vida dos trabalhadores. Badaró (2003) no livro “O sindicalismo brasileiro após 1930” nos auxilia na compreensão desse período do sindicalismo brasileiro.

¹⁸ Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

ampliação e modernização do controle político nas universidades; o ataque e a desmobilização do movimento docente, com a extinção das autarquias, nas quais a homogeneidade de condições de trabalho facilitava a organização dos docentes.

As medidas propostas pelo MEC foram debatidas pela categoria, que apontou a necessidade de unificação do movimento docente para construção da luta em defesa do ensino público e gratuito. Para tanto, era necessário

reunir as propostas que o movimento acumulou durante sua história, organizá-las, traduzi-las, aprofundá-las e apresentá-las à sociedade, não como um projeto pronto de uma universidade alternativa, mas sim como um elenco de propostas, através das quais, em nossa luta do dia-a-dia, vamos construindo, ao lado de outros setores, uma nova universidade (RELATÓRIO FINAL I CONGRESSO ANDES, 1982, p. 19).

Desse modo, como destaca Miranda (2011), durante o I Congresso, foi elaborado um documento que sintetizava as principais lutas dos docentes, representando o manifesto da Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito. Para a ANDES, a universidade precisava ser repensada afastando a perspectiva privatizante e excludente, já que a perda do caráter público da educação ampliaria a seletividade e a discriminação de classe aos estudantes.

O mote dos debates e das lutas da entidade, no período entre 1985 e 1988, contribuiu para as lutas mais amplas da sociedade brasileira, como exemplificam a defesa da democratização do país e da liberdade de organização sindical. No contexto de substituição dos governos militares por um governo civil e de conquista da liberdade democrática, o ANDES-SN foi importante sujeito político na defesa dos direitos e liberdades políticas dos brasileiros, contribuindo na luta pela anistia dos presos políticos e defesa dos trabalhadores do serviço público. Nesse processo, de efervescência das lutas sociais, o ANDES-SN também se fortaleceu e se consolidou como entidade representativa dos interesses da categoria.

A Atuação do ANDES-SN nas lutas da categoria e dos trabalhadores repercutiu intensamente no meio acadêmico e no Movimento Docente, ao assumir uma prática que, cada vez mais, se caracteriza como sindical. Para Otranto (2000) a transformação da Associação Nacional (ANDES) no sindicato Nacional (ANDES-SN), em 1988, apenas referendou o que se expressava na prática.

A década de 1980 foi extremamente profícua ao movimento docente do ensino superior. As mobilizações – na forma de paralisações e de greves – cresceram, muitas ADs foram fundadas, outros ENADs e CONADs foram sediados em diferentes estados, com ampliação da participação, até que a luta em torno da regulamentação do direito de sindicalização dos servidores públicos foi vitoriosa e o direito, garantido na Constituição da República de 1988, possibilitou o debate e a transformação da ANDES em sindicato nacional, pelo movimento docente (MIRANDA, 2011, p.248).

A Constituição Federal de 1988, no inciso VI, do artigo 37, assegurou aos trabalhadores do serviço público direito à livre sindicalização, o que possibilitou a consolidação da ANDES como sindicato e sua filiação à Central Única dos Trabalhadores - CUT, no ano seguinte, durante o VIII Congresso Nacional. Ao final da década de 1980, o agora ANDES-SN apresentava-se sob a forma de sindicato e organizado numa central sindical, que no período, era a referência de luta para os trabalhadores do país.

O combate ao conjunto de políticas presentes no projeto de privatização da universidade brasileira via Reestruturação da Universidade foi o polo aglutinador dos docentes em nível nacional. Nesse sentido, o movimento avançou politicamente, reforçando sua capacidade organizativa para construção de uma entidade sindical combativa, capaz formular políticas para universidade e para educação brasileira, além de defender os interesses dos docentes. Com tal esforço, o movimento docente, no período de elaboração da Constituição Federal de 1988, contribuiu para inserção dos artigos da gratuidade, da autonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na referida Lei.

Donatoni (1999) destaca que o processo inflacionário, no início da década de 1990, refletia nas condições de vida dos trabalhadores, o desemprego aumentava e a pauperização da população também se fazia visível. Nesse contexto, Instituições Federais de Ensino Superior paralisam suas atividades, o que gerou, em 1991, uma das mais importantes greves do Movimento Docente do Ensino Superior, com mais de 100 dias de paralisação. Os docentes exigiam a recomposição salarial; o repasse de verbas para as IFES; a abertura de concurso público e a escolha democrática dos dirigentes universitários. As greves do período revelaram a importância da mobilização tanto em termos de conquistas reivindicadas pelo movimento docente quanto em termos de sua mobilização.

Lima (2005) retrata que a reformulação da educação brasileira, no período de instauração do neoliberalismo, pautava-se no alarde da crise fiscal do Estado, o qual não teria condições de arcar com o financiamento das políticas sociais e nem com uma folha de pagamento extensa do funcionalismo público. A partir das lutas específicas da categoria e da crítica às políticas educacionais do governo que se iniciava, o ANDES-SN se consolidava como entidade sindical.

Havia, portanto, a urgência da redefinição do papel desempenhado pelo Estado, já que a crise aparecia como fruto de sua incapacidade em gerir as políticas econômicas e sociais, apontando a necessidade de reduzir custos e ampliar a austeridade fiscal. No entanto, a crise econômica impulsionou a luta do movimento sindical, num contexto de estagnação do

mercado de trabalho, o que gerava insegurança aos trabalhadores, tornando necessária a mobilização.

Foi a partir desse cenário que Fernando Henrique Cardoso iniciou seu governo, em 1995, conduzindo uma gestão marcada por altas taxas de desemprego e cortes ainda mais severos nas políticas sociais, numa perspectiva de continuidade e aprofundamento do projeto neoliberal implementado por Collor de Mello. Imputando à educação pública, em especial nas universidades federais, o sucateamento por falta de verbas e fortalecendo as instituições de ensino privadas.

Donatoni (1999) afirma que logo no início do governo Fernando Henrique, os professores universitários realizaram uma greve contra a proibição de contratação no serviço público¹⁹, em defesa da universidade pública e gratuita, pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas, pela manutenção da estabilidade e da aposentadoria integral e especial.

A oposição à política neoliberal do governo também foi pauta dos debates e manifestações da categoria, diante do desmonte do serviço público e das perdas salariais. Lima (2005) pondera que a inserção passiva no processo de globalização sob a égide do capital financeiro, limitava a capacidade do Estado em desenvolver políticas econômicas próprias, o que atingia de forma direta os trabalhadores dos serviços públicos.

Para a autora, nesse período o reordenamento do Estado brasileiro baseava-se em três estratégias principais:

no financiamento público de políticas sociais para os segmentos sociais mais empobrecidos; no reconhecimento das ações dos setores privados na prestação dos serviços públicos, diretamente ligados à esfera da produção, privatizando-os ou terceirizando-os e; na “desestatização” e “publicização” dos serviços sociais mantendo, entretanto, seu “caráter público”, através do seu financiamento compartilhado entre Estado e setores privados e de sua prestação por instituições “públicas não pertencentes ao Estado nem à esfera privada”, viabilizada por contratos de gestão (LIMA, 2005, p.332).

Nesse processo de reordenamento estatal o conceito de público e privado sofre alterações, Lima (2005) também nos auxilia na compreensão desse debate.

Se, historicamente, o conceito de público está associado ao conceito de estatal, é importante assinalar, entretanto, que o estatal não é neutro, é atravessado pelas disputas entre projetos antagônicos de sociabilidade, é, portanto, expressão da configuração da luta de classes no tempo e no espaço,

¹⁹ Marina Barbosa Pinto (2001) ressalta que Fernando Henrique Cardoso, a partir da reforma administrativa, tentou implantar a proposta de contratação de servidores públicos, incluindo os docentes, pelo regime celetista (regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) e não pelo Regime Jurídico Único (RJU) que garante, por exemplo, a estabilidade no cargo. A atuação do movimento sindical dos servidores públicos federais diante da proposta foi contundente, realizando uma grande greve no início dos anos 2000, na qual os docentes foram protagonistas. Sobre o tema ver: “Emprego Público: sua real face”, publicado na revista Universidade e Sociedade, ano XI, nº 25, dezembro de 2001.

isto é, em determinado momento histórico e em determinada formação econômico-social (LIMA, 2005, p.333).

Desse modo, a reordenação do Estado está fundamentada na redefinição do seu papel diante da educação, da saúde e demais serviços públicos, qualificando-os como serviços que não se apresentam como de competência exclusiva do Estado. Tal concepção embasa a proposta de Reforma do Estado²⁰, desenvolvida pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, representado pelo ministro Bresser Pereira, responsável pela elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado²¹.

No documento apresenta-se a argumentação de que o Estado deve manter-se fora do setor produtivo, sob a retórica de que a precariedade dos serviços públicos é resultado de sua intervenção falha, quando na verdade se objetiva utilizar estes espaços como lócus de invasão de capitais privados. A análise de Bresser pressupõe que o Estado, para garantir o bem comum, deve manter postura neutra diante da economia e centrar suas ações no atendimento das necessidades básicas daqueles que não conseguem “comprar serviços” no mercado, numa tentativa visível de desconsiderar o conflito de classes e a relação entre Estado e capital.

A partir do discurso de neutralidade, o documento aponta que o objetivo da Reforma do Estado é a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais, apresentando a proposta de reforma com padrão técnico²², que visava o desmonte, essencialmente, do serviço público. Para tanto, apresentam-se as propostas de reforma administrativa e a reforma previdenciária.

Diante desse cenário, a pauta central da greve deflagrada pelo ANDES-SN, em 1996, foi a retirada dos projetos de reforma administrativa e da previdência, o que resultou na ameaça de corte de ponto por parte do governo aos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior que aderiram à mobilização.

Com a contrarreforma, apresentada durante o governo Fernando Henrique, esses pressupostos legais foram solapados, instaurando-se uma crise no sistema de ensino diante da postura de desobrigação do Estado com a garantia do ensino público, gratuito e de qualidade. Desse modo, o sucateamento das Instituições de Ensino Superior e o baixo índice de

²⁰ Conforme Behring (2003), nesse contexto, a expressão “reforma” perdeu seu sentido ideológico, que remete à ampliação de direitos dos trabalhadores no capitalismo, ao ser conduzida, pelo Estado, numa perspectiva de redução de direitos. Desse modo, a autora classifica a “Reforma do Estado” como “contrarreforma” do Estado.

²¹ Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

²² Rodrigo Souza Filho, no livro “Gestão Pública e Democracia”, publicado pela Lumen Juris, em 2011, realiza uma análise consistente sobre a adoção da lógica gerencial no aparato estatal brasileiro.

contratação de profissionais eram visíveis, refletindo a redução dos recursos para o financiamento das Instituições Federais de Ensino.

Inserir-se nesse contexto, o debate em torno da elaboração de uma nova proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), representando a disputa de projetos antagônicos para a educação e a universidade brasileira. Lima (2005) destaca que foi apresentado ao Senado, em 1994, o projeto de LDB nº 101/93, fruto de um processo construído com ampla participação de entidades que indicava a necessidade de uma legislação que viabilizasse a ruptura com o padrão dependente de educação superior.

Por um lado, o projeto defendido pelos empresários industriais, pelos empresários leigos de ensino e pela Igreja Católica, para ampliação da privatização da educação brasileira, especialmente da educação superior, tanto pela abertura de novos cursos, como pela subvenção de suas atividades com verba pública. Por outro lado, a pressão de setores do movimento sindical, do movimento estudantil, dos movimentos sociais e de parlamentares comprometidos com a elaboração de uma legislação para a área da educacional, fundada na concepção da educação pública, gratuita, leiga, democrática, de qualidade e socialmente referenciada (LIMA, 2005, p.330).

Donatoni (1999) contribui para compreensão desse processo ao destacar que o movimento docente, a partir do ANDES-SN, acompanhou o debate sobre a elaboração da LDB desde a IV Conferência Brasileira de Educação, em 1986. Na ocasião, foi aprovado um documento que apresentava as propostas para a educação pública que deveriam ser referendadas na Constituição Federal de 1988.

No entanto, os debates em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação adquirem novos contornos com a apresentação, em 1992, de um projeto substituto para o projeto de LDB nº 101/93. Este foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), na forma da Lei 9.394/96, ignorando o debate já acumulado pelas entidades que defendiam a educação pública, gratuita e de qualidade.

Assim, a partir da aprovação da LDB, caberia ao governo federal encaminhar para o Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE). De acordo com Donatoni (1999), o PNE apresenta singular importância, pois representa um instrumento que permite a avaliação da política educacional do governo e do processo que possibilita sua efetivação.

É nesse contexto que diversas entidades como o ANDES-SN, CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública, SIND-UTE-MG (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais) coordenaram o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação, conhecido como PNE

da Sociedade Brasileira²³, presente num documento apresentado à sociedade brasileira em 1997.

As propostas apresentadas no PNE da Sociedade Brasileira representavam alternativas ao modelo privatista vigente, constituindo-se em um projeto político-pedagógico para a educação brasileira, pautado na ética e na participação democrática. Com a pressão da sociedade organizada, a partir dos movimentos sociais e sindical que elaboraram a proposta do PNE da Sociedade Brasileira, em 9 de janeiro de 2011, Fernando Henrique sancionou, com vetos, a Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Os vetos impostos pelo presidente refletiram a opção do governo pelo projeto de política educacional privatista, defendido pelo capital financeiro internacional, em detrimento do projeto democrático e popular, presente na proposta apresentada pela sociedade brasileira, com fortalecimento da escola pública.

Cabe destacar, que os anos 1990, também representaram o início de um processo, que perdura até os dias atuais, de crise do sindicalismo brasileiro que reflete diretamente na organização e luta dos trabalhadores. A opção pelo projeto neoliberal provocou mudanças profundas na configuração da força de trabalho brasileira, a partir do processo de reestruturação produtiva. Antunes (1999) colabora com essa discussão ao apontar como tendência, a redução do trabalhador tradicional, especializado em funções específicas no processo produtivo e o aumento do “novo proletariado”, representado pelos trabalhadores terceirizados, subcontratados e temporários, configurando o processo de precarização e fragmentação da classe trabalhadora.

Essa tendência repercute diretamente na identificação e participação dos trabalhadores nas lutas sindicais, principalmente quando consideramos os traços corporativistas que essas organizações assumiram na trajetória de consolidação do movimento sindical brasileiro. Ainda que a experiência do Novo Sindicalismo apontasse para uma organização sindical autônoma e referenciada na base, a ofensiva neoliberal, com sua política privatizante e de desmonte dos direitos trabalhistas, gerou uma relação de competitividade entre os trabalhadores, o que repercute no processo de consciência de classe e conseqüentemente na organização e luta.

O processo de crise do sindicalismo brasileiro pode ser inicialmente compreendido se considerarmos as contribuições de Cardoso (2003), que apresenta três processos

²³ O documento na íntegra encontra-se disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/241-pne/proposta-da-sociedade-brasileira/1247-pne>. Acesso em: 26 de abril de 2015.

determinantes no quadro de fragilidade do movimento sindical diante das políticas neoliberais. O autor aponta, inicialmente, a postura conciliatória do movimento sindical perante a crise econômica da década de 1990 e seus efeitos na vida dos trabalhadores, como aumento do desemprego e defasagem salarial. Essa postura, para Cardoso (2003), representou a diferenciação entre os interesses do capital e do trabalho, inviabilizando projetos alternativos.

Como segundo processo, o autor destaca o fortalecimento das instituições democráticas no Brasil, o que diminuiu o vácuo político deixado pela ditadura empresarial-militar, deixando restrito o campo de ação política das centrais sindicais. Nesse cenário, a inserção do movimento sindical em espaços institucionalizados, como Fóruns e Conferências de políticas públicas foi crescente, revelando as dificuldades do movimento sindical em superar as demandas econômico-corporativas. Por fim, o autor aponta o crescente processo de despolíticação política do país, considerando que a crise do sindicalismo brasileiro é uma crise de representação política.

Para Alves (2002), a partir dos anos 1990, revelam-se os limites da organização dos trabalhadores brasileiros a partir da diminuição da capacidade do movimento sindical de atuar nas bases, mobilizando os trabalhadores para a luta. De acordo com o autor, apresenta-se para o sindicalismo brasileiro o desafio de romper com as práticas burocráticas e corporativas, voltando suas ações para formação e organização política da militância, considerando nesse processo a fragmentação e precarização da classe trabalhadora brasileira.

O processo de crise das organizações sindicais tem sido objeto de muitas discussões no meio acadêmico, bem como nos movimentos sociais e movimento sindical brasileiro. Considerando o ANDES-SN, há um processo de reorganização dessa construção a partir dos debates realizados pelo sindicato, que o fizeram construir unidades de ação, desfilar-se da CUT e filiar-se à CSP – Conlutas e também reorganizar sua intervenção frente à base, enfrentando o processo de mudança objetiva que ocorre no mundo do trabalho e reflete nas categorias profissionais.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2003 representou para os trabalhadores brasileiros a esperança de terem seus direitos ampliados e defendidos. Num contexto em que o desemprego, o crescimento do trabalho informal, os baixos salários e o desmonte da legislação trabalhista faziam parte da realidade dos trabalhadores. No entanto, como aponta Lima (2005), após as duas gestões do presidente, o que se destacou a partir das propostas defendidas pelo governo foi o interesse em manter as alianças estabelecidas entre frações da burguesia brasileira e frações da classe trabalhadora. Essa postura política do

governo Lula teve forte impacto nos movimentos de organização dos trabalhadores diante dos constantes ataques aos direitos já conquistados.

(...) os projetos elaborados pela *Coligação Lula Presidente* expressam, como estratégia fundamental para legitimação e reprodução do projeto burguês de sociabilidade, uma determinada concepção política sobre a possibilidade de eliminação da luta de classes, como elemento fundante da sociedade capitalista, e a elaboração de um pacto entre e intra-classes para configuração de um novo contrato social, ambos “operacionalizados” através da ampliação da participação política da sociedade civil nos limites da democracia restrita (LIMA, 2005, p.373).

Inserida no conjunto das reformas neoliberais, incentivadas e acompanhadas pelos organismos internacionais do capital, a Reforma da Previdência apresentada pelo governo a partir da PEC nº 40/03, já o início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, aponta como seria conduzida a política econômica do Estado, além de demonstrar que a postura combativa diante da proposta no governo Fernando Henrique se reconfigurava na tarefa de dar continuidade a ela nos próximos anos. Assim, o governo centrou seus esforços na reestruturação da previdência no setor público, já que as alterações no Regime Geral da Previdência Social foram realizadas na gestão anterior.

Araújo (2009) sinaliza que os principais pontos da proposta centravam-se na eliminação do direito dos servidores públicos à aposentadoria integral; no fim da paridade entre os reajustes dos servidores ativos e dos inativos; no estabelecimento do teto para o valor dos benefícios para os novos servidores, equivalente ao do Regime Geral da Previdência Social e na redução dos valores para novas pensões.

Essas medidas foram fortemente rebatidas pelo ANDES-SN que intensificou o debate e a luta pela Previdência Social Pública, que garantisse a aposentadoria integral para todos os trabalhadores. Nesse período, o ANDES-SN elaborou uma cartilha²⁴ que apresentou o resgate histórico da seguridade social e dos regimes de previdência no Brasil, incluindo na análise o debate sobre as implicações da contrarreforma da previdência social proposta pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Com a organização dos docentes, foi deflagrada uma greve, em 2003, contra a referida Reforma da Previdência (PEC nº40/2003). Apesar de não ter impedido a aprovação da proposta, a mobilização evitou prejuízos maiores para os trabalhadores do setor público.

²⁴ Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-pri-32903986.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

De acordo com Miranda (2011), a proposta original visava acabar com a aposentadoria integral de todos, mas diante da organização dos trabalhadores o governo manteve a aposentadoria integral e a paridade para os atuais servidores, retirando-a para os novos. As mobilizações para combater a PEC nº 40/03 também revelaram o processo de crise do sindicalismo classista da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que resistiu, a princípio, em dirigir o movimento.

Nesse processo, de reformas e lutas, insere-se o debate sobre a configuração do ensino superior brasileiro, que ao longo do governo Luiz Inácio Lula da Silva sofreu os rebatimentos dos ajustes orquestrados internacionalmente de acordo com os interesses do capital, que reforçam o padrão dependente da educação no Brasil.

De acordo com Durham (2003), uma das primeiras ações do período para a educação superior se expressou por meio de um decreto que estabelecia o Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de analisar o panorama da educação no país e propor um plano de ação capaz de permitir a reestruturação, o desenvolvimento e a democratização das Instituições de Ensino Superior (IFES), sintetizado na proposta de Reforma Universitária.

A proposta de reestruturação do ensino superior brasileiro foi conduzida, durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da promulgação de leis e decretos que representaram a continuidade de várias diretrizes adotadas no governo Fernando Henrique Cardoso que incentivavam a mercantilização do ensino, claramente defendido pelo projeto privatista.

Entre as principais medidas destacamos a Lei nº 10.861, apresentada em abril de 2004 pelo governo, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENAD), pautados na lógica produtivista e meritocrática, em substituição ao Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão” no governo Fernando Henrique.

Diante da medida o ANDES-SN reafirmou sua posição crítica, apontando os limites da proposta de avaliação, que não considera as questões estruturais do ensino superior brasileiro. Com intuito de ampliar o debate sobre o tema e manifestar a insatisfação da categoria docente, representada pelo ANDES-SN, sobre o ENAD foi divulgada pela entidade sindical uma nota de repúdio²⁵, na qual é ressaltada a importância do acompanhamento e avaliação do ensino superior, mas não nos moldes apresentados pelo governo. No curso dessa luta, o

²⁵ Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-567869137.pdf>. Acesso em: 26 de abril de 2015.

ANDES-SN reafirmou seu projeto para educação superior, expresso claramente no “Caderno 2” da entidade.

A avaliação acadêmica das instituições de ensino superior e da qualidade da educação é um anseio da comunidade acadêmica comprometida com a educação pública de alta qualidade e com o controle social da educação. Para o ANDES-SN, avaliar não é punir ou premiar, mas conhecer os problemas e encontrar formas de superá-los, objetivando o aperfeiçoamento das instituições em busca do padrão unitário de qualidade. A construção da proposta final de avaliação passa, necessariamente, por amplo debate na instituição sobre sua identidade e seu projeto acadêmico global, vale dizer, pela explicitação do modelo que se quer para a IES. Além disso, a avaliação deve ser participativa e emancipatória, constituindo-se, pois, em instrumento de democratização (NOTA PÚBLICA DA DIRETORIA DO ANDES SOBRE O ENAD, 2014).

No mesmo ano, mais duas legislações representaram o alinhamento da reforma do ensino superior brasileiro ao projeto privatista de educação, quais sejam: a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, chamada de Lei de Inovação Tecnológica, que permitiu a aproximação entre a universidade e o setor privado, possibilitando a subordinação da pesquisa científica e tecnológica às exigências do setor e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que introduziu as normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública, permitindo ao governo contratar as empresas “parcerias”.

Já em 2005 o Programa Universidade para Todos (ProUni) representou a tentativa do governo de ampliar o acesso ao ensino superior, financiando as instituições privadas com e sem fins lucrativos, a partir da isenção fiscal. O programa, em vigor até os dias atuais, propõe-se a incorporar a parcela da população historicamente excluída do acesso ao ensino superior, como preconiza a Lei nº 11096, de 13 de janeiro de 2005. Seguindo a lógica mercadológica e de subordinação da educação foi promulgado o Decreto Presidencial nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que normatizou a educação à distância, fortalecendo a abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro.

Lima (2005) contribui para compreensão do papel dessas legislações no cenário político e econômico do Brasil, nos anos 2000. Para a autora, as medidas adotadas representam a estratégia adotada pelo governo Lula de coesão e inclusão social, a qual possibilitaria a ampliação da participação popular nos marcos da ordem do capital.

No momento em que o capitalismo não consegue mais “incluir” através do trabalho, face ao aumento do desemprego e das desigualdades econômicas e sociais, gerados pelas políticas neoliberais, é fundamental a criação de uma aparência de inclusão dos trabalhadores através de dois mecanismos: a ampliação da participação política pelo trabalho voluntário das organizações não governamentais, das associações, enfim nos espaços aparentemente desconectados da esfera da produção da vida material e a ampliação do

acesso à educação escolar, especialmente, a educação superior brasileira (LIMA, 2005, p. 381).

Seguindo essa estratégia, o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) estipulou, entre outras medidas: o aumento das vagas nos cursos de graduação, a ampliação dos cursos noturnos, o combate à evasão e a ampliação da mobilidade estudantil entre as instituições, cursos e programas de educação superior. As instituições de ensino superior que aderiram ao programa receberam acréscimo nos recursos repassados pelo governo federal, como forma de auxílio no cumprimento das metas estipuladas pelo programa. A produção do Grupo de Trabalho – Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN traz um conjunto de reflexões sobre este programa do governo²⁶.

A implantação do “Reuni” nas universidades federais não ocorreu sem resistência do movimento docente e do movimento estudantil, em muitas universidades, como na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a adesão ao programa só foi possível com truculenta repressão policial. Na ocasião, os policiais cercaram o prédio onde a reunião do Conselho Superior da universidade ocorria, impedindo a participação e aproximação dos estudantes e dos representantes da Associação de Docentes de Ensino Superior de Juiz de Fora (APES), seção sindical do ANDES-SN na cidade.

Conforme destaca Lima (2005) o que se observa durante os dois mandatos de Lula é a tentativa de conciliação entre projetos antagônicos para educação superior no Brasil, representados, de um lado, pelo setor privatista brasileiro e internacional e, de outro, pelos movimentos sociais, sindical e estudantil, que defendem a educação pública e gratuita como direito de todos e dever do Estado.

A postura do movimento sindical docente, representado pelo ANDES-SN, diante dessas ofensivas não foi outra se não o embate a partir das greves. Entre as pautas destacam-se: a valorização do trabalho docente, a realização de concurso público para as universidades, a luta contra a mercantilização do ensino e a proposta de discussão sobre o plano de carreira dos docentes das IFES²⁷.

Cabe destacar que as ações do ANDES-SN, nesse contexto, tiveram como base o projeto da entidade para a universidade brasileira, expresso no “Caderno Andes nº 2”, revisado em 2013, construído com a participação de docentes de todo país. O material

²⁶ Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-grupo-trabalho.andes?id=18>. Acesso em 30 de abril de 2015.

²⁷ Disponível em: <http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=greve>. Acesso em 16 de abril de 2015.

apresenta as formulações teóricas e as ações desenvolvidas pelo movimento docente ao longo da história brasileira, no processo de construção do ensino superior, reafirmando a luta do ANDES-SN pela universidade pública e gratuita, autônoma, democrática e de qualidade socialmente referenciada²⁸.

Considerando a greve de 2005, o governo não atendeu o conjunto das reivindicações da categoria e as experiências de luta dos trabalhadores no período, de acordo com Miranda (2011), sofreram os rebatimentos do posicionamento da CUT frente aos embates com o governo petista²⁹. O qual priorizava as medidas que poderiam garantir a credibilidade da gestão diante da burguesia nacional e internacional, a partir da retirada de direitos e da implantação de políticas focalizadas.

Ainda que a CUT tivesse importantes divergências internas desde a sua fundação, na década de 1980, atuou em uma perspectiva classista contra o capital, dirigiu greves gerais, atuou em importantes lutas e defendeu a autonomia da classe trabalhadora. Contudo, pelo menos desde o III Congresso da CUT (III CONCURT), realizado em Belo Horizonte, em 1988, considerado o último congresso “de massas” da central, as resoluções congressuais caminharam no sentido de diminuir a participação da base e a democracia interna nos fóruns da entidade (MIRANDA, 2001, p. 301).

Nesse contexto, no 49º Conselho Nacional das Associações Docentes do Ensino Superior (CONAD), em novembro de 2004, o ANDES-SN repudiou as ações do governo Lula e defendeu um calendário de luta que envolvia o debate sobre a mercantilização da educação e a reforma universitária. Afirmando-se como espaço de luta e de unidade do movimento docente. De acordo com as resoluções do 49º CONAD, tranava-se imprescindível a defesa intransigente da

educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade social e sua universalização, em todos os níveis e modalidades, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação, dentre as quais a inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio e Serviços da OMC, seu impacto e suas consequências nas relações do trabalho docente (RESOLUÇÕES DO 49º CONAD, 2004, p.4).

Segundo Miranda (2011), nesse encontro, a diretoria do ANDES-SN divulgou material que denunciava o processo de ingerência no movimento sindical docente por parte do

²⁸ Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-811277708.pdf>. Acesso 27 de abril de 2015.

²⁹ Ricardo Antunes em seus estudos sobre o sindicalismo brasileiro elabora diversas críticas ao comportamento assumido pela CUT nesse período. Ver: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40938-sindicalismo-de-classe-versus-sindicalismo-negociador-de-estado-artigo-de-ricardo-antunes>. Acesso em 16 de abril de 2015.

Governo Lula. A revelação em questão tratava da criação do Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), que contou com apoio do campo majoritário da CUT e do próprio governo a partir do MEC. A criação da entidade que não contava com representação de base marcaria o processo em curso de quebra dos movimentos combativos.

Durante o 24º Congresso do ANDES-SN, em 2005, os discursos dos participantes já sinalizavam o necessário rompimento da entidade com a Central Única dos Trabalhadores, como destacam as deliberações do eixo de Política Sindical da Plenária: 1) desfiliação da CUT; 2) participação na construção de um polo de resistência sindical às reformas do governo Lula e na defesa de um movimento sindical autônomo e classista; 3) participação em fóruns da CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais) e CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas), dentre outros fóruns de luta; 4) continuidade do debate e organização nas seções sindicais de novos instrumentos de luta da classe trabalhadora e participação do calendário da Conlutas contra as reformas; 5) realização de seminários de discussão sobre concepção sindical, balanço da experiência da CUT e propostas de alternativas organizativas – em articulação com a Conlutas, incorporando outros setores que não aderiram à entidade, bem como reunindo aqueles setores da esquerda da CUT que assumiram a luta contra as políticas governamentais³⁰.

A proposta de participação nos encontros promovidos pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) representou a aposta do ANDES-SN, na organização sindical que trilhava outros caminhos para organização da classe trabalhadora, visando superar a postura sindical presente no que se tornou a tradição cutista. De acordo com Miranda (2011), o rompimento com a CUT significou a contínua busca pela unificação do conjunto de trabalhadores e setores populares na luta contra as contrarreformas apresentada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Bem como a defesa dos interesses da categoria docente e do ensino público e gratuito. Para além da reação aos ataques significou a crença e a defesa de outra sociabilidade.

³⁰ Relatório Final do 24º Congresso do ANDES-SN, Curitiba – PR, 24 de fevereiro a 01 de março de 2005. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

CAPÍTULO 3 – O ANDES-SN E A LUTA DAS MULHERES

Diversas têm sido as alternativas promovidas pelos sindicatos para impulsionarem a participação das mulheres nas instâncias organizativas e ampliar a discussão das pautas embaixadas por elas na sociedade. No ANDES-SN, a luta das mulheres, no último período, tem sido marcada pela busca da articulação com determinados movimentos feministas, em especial os vinculados à CSP-Conlutas, central sindical a qual o sindicato nacional é filiado.

Em 2008, durante o I Encontro Nacional de Mulheres da Conlutas, realizado na cidade de São Paulo, o debate sobre os caminhos assumidos pelo movimento feminista no Brasil e a necessidade de uma perspectiva classista na condução da luta foi realizado pelas mulheres da Coordenação Nacional de Lutas. Na ocasião, a proposta de criação de uma organização feminista foi apresentada e, a partir das discussões sobre a viabilidade ou não de construção dessa instância de atuação na Conlutas³¹, chegou-se ao consenso em relação a criação do Movimento Mulheres em Lutas (MML).

A entidade, de acordo com programa de lutas elaborado no encontro, apresenta-se como alternativa organizativa classista e socialista para as mulheres, independente da filiação sindical, diferenciando-se do que denominam “organizações governistas e de conciliação com a burguesia”. Há nas resoluções a defesa de organização das trabalhadoras, a partir das pautas e reivindicações levantadas por elas nos locais de trabalho, além da promoção da ação e articulação internacional das mulheres.

Com a criação da CSP-Conlutas, em 2010, a referência no MML se manteve e, durante o I Encontro de Mulheres da CSP-Conlutas, a organização feminista assumiu a condução dos debates sobre as mulheres nos sindicatos filiados à central sindical. Essa articulação, torna-se evidente quando observamos as propostas de ação e campanhas apresentadas, as quais são vinculadas também ao MML. Cabe destacar que o Setorial de Mulheres da CSP-Conlutas se mantém ativo na instituição, caracterizando-se como:

[...] espaço, dentro da estrutura organizativa e política da CSP-CONLUTAS, destinado a debater os temas que envolvem as demandas específicas das mulheres trabalhadoras. O objetivo principal é promover a discussão, propor políticas e ações que subsidiem a intervenção da central no âmbito da luta

³¹ De acordo com o informativo divulgado no site do Movimento Mulheres em Lutas, parte do público presente no encontro defendia a proposta de que o Setor de Mulheres da Conlutas conduzisse as discussões e ações relativas às mulheres trabalhadoras. Disponível em: <http://mulhereseumluta.blogspot.com.br/p/historia-do-mml.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

das mulheres e suas reivindicações, visando contribuir com o processo de organização de suas lutas (CSP-CONLUTAS, 2013).

As pautas e debates apresentados pelo Setorial de Mulheres da CSP-Conlutas, a partir do Movimento Mulheres em Luta são consoantes com as demandas apresentadas pelas mulheres trabalhadoras historicamente como: a descriminalização e legalização do aborto, o fim da violência contra a mulher, além do trabalho das mulheres e presença delas nos sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

No site das duas organizações, no do MML de forma mais detalhada, encontramos boletins eletrônicos, informativos, deliberações e planos de ação voltados para as mulheres. As temáticas são diversas e todas referentes às condições de vida e trabalho, destacamos o informativo sobre acidentes e doenças ocupacionais mais comuns nas mulheres e o que detalha as formas de violência contra a mulher. Há, inclusive, um boletim que trata da participação do Movimento Mulheres em Luta no Seminário Nacional de Avaliação das Políticas Afirmativas, organizado pelo ANDES-SN, em 2012.

Considerando o ANDES-SN, destacamos que os boletins eletrônicos do Movimento Mulheres em Luta são reproduzidos no site do sindicato, onde encontramos ainda orientações às Seções Sindicais incentivando a participação nos espaços realizados pelo Setor de Mulheres da CSP-Conlutas.

No que se refere à pauta de reivindicações da luta feminista, há que destacar as resoluções das instâncias deliberativas do sindicato nacional, elaboradas a partir dos debates e contribuições dos docentes que compõem a entidade, como o Congresso do ANDES-SN e o Conselho do ANDES-SN (CONAD), o qual se reúne uma vez por ano entre junho e agosto, conta com a presença de um delegado de cada seção sindical filiada e tem como principais competências analisar a conjuntura e atualizar o plano de lutas, além de atuar como conselho fiscal da organização sindical.

O congresso do ANDES-SN, também ocorre anualmente, em geral em janeiro, a média de presentes é de 400 sindicalizados de toda a base do sindicato nacional e, representa o espaço de debate e proposição de planos de ação voltados para concretizar o que se tem definido como objetivos do sindicato nacional, a partir da análise da conjuntura configura-se como instância máxima de deliberação dos docentes do ensino superior e suas atribuições estão destacadas no art. 15º do Estatuto do sindicato:

- I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;
- II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

- III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;
- IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;
- V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;
- VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;
- VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;
- VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;
- IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;
- X - criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões (ESTATUTO ANDES-SN, 2014, p. 4).

Em consonância com o artigo apresentado, o papel político do Congresso foi referendado na 32ª edição do evento:

O congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações. Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaço democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto (RELATÓRIO FINAL DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2013, p. 173).

Considerando o papel relevante que desempenha para a categoria e a contribuição do sindicato na trajetória de lutas dos trabalhadores, a análise das resoluções apresentadas nos congressos do ANDES-SN, de 2000 a 2014, representa a tentativa de compreender como as pautas feministas são tratadas pela organização, que reúne nos congressos em média cerca de 400 delegados. Este marco temporal foi traçado, pois no 19º Congresso realizado na cidade de Juiz de Fora/MG, em 2000, o Plano de Lutas para as Mulheres foi apresentado e o Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe, foi criado.

Os Grupos de Trabalho integram a estrutura organizativa do ANDES-SN, ampliando o debate entre os docentes sobre diversos temas, entre eles os relativos à luta das mulheres e as opressões. Os grupos não possuem caráter deliberativo, mas assessoram a diretoria do sindicato nacional nos encaminhamentos e na elaboração de planos de ação e de análises das temáticas. Os elementos que impulsionaram a criação do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e

Classe estão destacados no site da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense, sediada em Niterói.

[...] Inicialmente, as demandas que o fizeram surgir foram o processo das reivindicações das populações quilombolas e a introdução do sistema de ações afirmativas que se iniciaram na UERJ e na UNEB no início do século XXI. Somando a isso as questões das lutas das mulheres – que sempre fizeram parte do plano de lutas do ANDES-SN – levaram à criação do GT. Cabe reafirmar que a questão de classe como princípio de confluência sempre fez parte deste GT (ADUFF-SSIND³², 2012).

Na tentativa de ampliar o debate sobre as opressões, incluindo as pautas da população LGBTTI, o grupo foi renomeado para Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual. A proposta de contribuir com o debate nas bases do sindicato nacional se fortalece com a participação das seções sindicais visto que estes espaços são construídos pela base da categoria em cada sindicato local, dando mais densidade ao disposto no artigo 5º do Estatuto do sindicato que aponta os principais objetivos da entidade, entre os quais destacamos:

[...] II - expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional, econômico, social, cultural e político;
 [...] IV - incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembleias e demais atividades inerentes à Entidade;
 [...] VII - buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais condizentes com a defesa dos interesses dos docentes;
 VIII - buscar a integração com entidades representativas dos professores, dos trabalhadores em geral e de outros setores, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro; [...] (ESTATUTO ANDES –SN, 2014, p. 1).

É com referência no debate teórico apresentado no decorrer deste estudo e nos objetivos estipulados pelo sindicato na condução de suas ações, os quais preconizam a articulação com entidades e organizações voltadas para luta mais ampla da sociedade, bem como a defesa da participação dos seus representados nas instâncias deliberativas que ancoramos nossa reflexão.

Nesse sentido, nossa análise sobre as resoluções dos congressos inicia-se com Plano de Lutas para as Mulheres, apresentado 19º Congresso do ANDES-SN, em 2000, o qual apresenta as seguintes pautas:

- ✓ Contra a Violência física e moral exercida contra as mulheres e punição dos responsáveis;
- ✓ Punição dos responsáveis por assédio sexual e estupro;

³² Disponível em:

http://aduff.org.br/novosite/gts/?assunto=Etnia.%20G%C3%AAnero%20e%20Classe>_ano=2012. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

- ✓ Pelo fim de todas as formas de prostituição, com destaque para a prostituição infantil;
- ✓ Pelo imediato atendimento pela rede pública de saúde das mulheres em processo de aborto incompleto e nos casos de aborto legal, ambos com atendimento gratuito. O aborto só deve ser considerado crime, quando praticado sem o consentimento da mulher;
- ✓ Punição de todos os atos que discriminem a mulher negra, caracterizando-a como objeto sexual e ser inferior;
- ✓ Fim da esterilização forçada ou qualquer tipo de interferência governamental no direito da mulher escolher se quer ou não ter filhos;
- ✓ Por uma campanha permanente de divulgação de métodos anticoncepcionais para homens e mulheres, aliada a um programa de orientação médica feita na rede pública de saúde;
- ✓ Por uma campanha permanente sobre a necessidade de utilização de preservativos para impedir a transmissão da AIDS. A campanha deve ser controlada por entidades civis, de saúde pública e sindicatos;
- ✓ Pela livre opção sexual de gays e lésbicas. Alteração do código civil para permitir a legalização da união entre homossexuais, concedendo-lhes todos os direitos hoje assegurados aos casamentos heterossexuais;
- ✓ Pela revogação imediata de todos os artigos, itens e expressões do código civil e do código penal que discriminam a mulher, e pela introdução no código penal, de normas que contribuam para a coerção das práticas preconceituosas e violentas contra as mulheres, penalizando fortemente os agressores;
- ✓ Pelo cumprimento e ampliação da lei que obriga as empresas a manterem creches para os filhos de suas funcionárias;
- ✓ Pela manutenção da licença maternidade e sua ampliação para seis meses (o tempo mínimo necessário para amamentação do bebê);
- ✓ Pela elaboração e utilização de nova didática de ensino, que não utilize estereótipos discriminatórios contra a mulher;
- ✓ Por creches e escolas públicas gratuitas, de boa qualidade e com pessoal capacitado, que funcionem 24 horas por dia, para as crianças desde o nascimento até a adolescência. Que a política de creches seja definida pelos que as utilizam (pais, mães, responsáveis e crianças);
- ✓ Restaurantes e lavanderias coletivas, públicas e gratuitas, para libertar as mulheres da escravidão doméstica e da dupla jornada de trabalho;
- ✓ Para Emprego igual salário igual;
- ✓ Creches nos locais de trabalho;
- ✓ Fim dos testes de gravidez para admissão;
- ✓ Contra o desemprego preferencial, como fim das demissões de mulheres casadas e/ ou com filhos;
- ✓ Campanha pela descriminalização e legalização do aborto;
- ✓ Garantir que as mulheres trabalhadoras possam discutir seus problemas específicos e elaborar políticas a partir de suas realidades;
- Realização de encontros estaduais de mulheres trabalhadoras da nossa categoria;
- Creches em todas as atividades sindicais;
- Realização de atividades conjuntas, como debates e seminários;
- ✓ Pela luta, junto com os trabalhadores, para derrotar a burguesia e instaurar o socialismo em todo o mundo, para acabar com a exploração e a opressão das mulheres, dos negros, da sexualidade, das nacionalidades (RELATÓRIO FINAL DO 19º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2000, p. 254).

As questões apresentadas no Programa de Lutas para as Mulheres reafirmam reivindicações históricas das mulheres, presentes no movimento feminista e também nas organizações sindicais, comumente essas temáticas são separadas por eixos. No entanto, todas se inserem no novelo da violência contra a mulher, mecanismo de controle, a partir da coerção e, portanto, de manutenção da supremacia masculina na sociedade capitalista. As mulheres são constantemente violentadas física e psicologicamente, seja mediante violência doméstica e familiar, criminalização do aborto, controle da sexualidade, condições desiguais de ingresso e permanência no mercado de trabalho ou nas organizações dos trabalhadores, inclusive quando seus direitos são negligenciados pelo Estado.

Cabe salientar que a violência assume modalidades diversas e apresenta-se também de forma simbólica, neste caso é naturalizada ao ponto de não ser percebida como tal. Desse modo, diferenciamos a violência doméstica e familiar da violência estrutural, mais ampla e necessária para manutenção da supremacia masculina a que são submetidas as mulheres todos os dias como forma de controle dos seus corpos, do acesso aos direitos e às políticas públicas, bem como ao espaço público. Nos chama atenção a constante associação do termo violência contra a mulher à violência doméstica e familiar, o que remete ao espaço privado. Ainda que as feministas defendam que o privado também é público, a referência como sinônima, no contexto conservador, camufla seu caráter estrutural e as diversas expressões que a violência pode apresentar, o que contribui com a perspectiva que defende o trato da questão no âmbito das relações interpessoais.

Portanto, frisamos a adoção do termo violência contra a mulher por compreendermos a amplitude das práticas coercitivas contra as mulheres, considerando seu caráter estrutural possível a partir do patriarcado, diante do qual a violência doméstica e familiar, a criminalização do aborto, o controle da sexualidade, a restrição de direitos e a limitação do acesso ao mercado de trabalho e ao espaço público são possíveis.

As discussões sobre a violência contra a mulher estão presentes nas vertentes feministas e o seu combate representa, de certo modo, um consenso independente da classe ou raça/etnia. Diversas campanhas e ações são promovidas com intenção de denunciá-la, especialmente no dia 25 de Novembro, *Dia Internacional de luta pelo fim da violência contra a Mulher*.

Em todos os congressos do ANDES-SN textos, formulados pelos próprios participantes, são utilizados para subsidiar os debates nas plenárias, estes a princípio são denominados Textos de Resoluções (TR) que são analisados pelos participantes do congresso,

caso sejam aprovados integram o plano de ação do sindicato. Estes Textos de Resoluções (TR) tem sua argumentação apresentada em Textos de Apoio (TA), compondo o Caderno de Textos do congresso.

3.1 Análise das Resoluções dos Congressos do ANDES-SN

Nos Relatórios Finais dos quinze congressos estudados, realizados entre 2000 e 2014, a temática feminista em suas diversas pautas foi percebida, especialmente nas deliberações referentes à violência doméstica e familiar contra as mulheres, como a proposta de avaliação das Delegacias de Mulheres para uma possível intervenção sindical. Além da deliberação que indicava às Seções Sindicais que ampliassem as discussões sobre os Conselhos Municipais de Mulheres.

É extremamente importante que o ANDES-SN e o conjunto do movimento sindical produzam uma avaliação cuidadosa da ação dos Conselhos Tutelares e das Delegacias de Mulheres (entre outros). A experiência, rica e contraditória, varia local e regionalmente. A violência entre gêneros atualiza e explicita a desagregação social potencializada pela ação das políticas neoliberais. Pensar uma política de intervenção sindical nessas questões é decisiva do ponto de vista das classes trabalhadoras (TEXTO DE APOIO 21 DO 20º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2001, p. 215).

A necessidade de inserção do sindicato na luta contra a opressão de gênero, a partir da articulação com movimentos organizados da sociedade brasileira foi reforçada no 20º Congresso da entidade, no qual o debate sobre o racismo e seus impactos sobre a mulher negra foi considerado. No evento, a participação dos dirigentes sindicais nos debates preparatórios da III Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância³³, foi estimulada pelo sindicato. Cabe destaque para o trecho do Texto de Apoio utilizado no congresso que reforça essa perspectiva:

Resta-nos, pois, afirmar que o ANDES-SN, referenciado na concepção sindical que o norteia, compreende que as discussões e as lutas referentes às questões de classe, gênero e etnia não podem ser dissociadas das demais lutas da classe trabalhadora. Portanto, somente a articulação mais ampla com os movimentos sociais será capaz de delinear o papel político do Sindicato Nacional e o compromisso do MD na produção de respostas que atendem para a superação do atual estágio de opressão e exclusão social por que passa

³³ Conhecida também como Conferência de Durban, o evento foi realizado por intermédio da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, na África do Sul.

a sociedade brasileira (TEXTO DE APOIO 21 DO 20º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2001, p. 216).

A proposta de superação do discurso sexista também foi tema das discussões realizadas nos congressos, especialmente no 21º Congresso, em 2002, quando o texto de apoio elaborado pelo Prof. José Eustáquio Dinis Alves foi apresentado. O professor é autor do artigo “A participação da Mulher na ANDES-SN”, publicado na Revista Universidade e Sociedade, em 1999. No texto, José Eustáquio apresenta o levantamento da presença das mulheres no ANDES-SN, explicitando a composição das associações e seções sindicais associadas, além do levantamento da participação das mulheres nos eventos promovidos pelo sindicato. O estudo aponta a presença significativa de mulheres na estrutura do sindicato, nas diretorias e presidências das associações e seções sindicais, no final dos anos 1990. No entanto, o autor destaca a tímida manifestação das mulheres nas plenárias, utilizando como critério para esta pontuação os pronunciamentos públicos proferidos por elas.

Há a preocupação do sindicato com o levantamento das estatísticas, deliberações e publicações internas sobre a temática feminista, o que fica nítido no Relatório Final do 23º Congresso. Na ocasião, incentivou-se a promoção de encontros regionais para o debate sobre a mulher e o sindicalismo, além da formação de uma “rede de movimentos sociais”, a partir de um encontro nacional organizado pelo, até então denominado, Grupo de Trabalho Classe, Etnia e Gênero. Ainda no encontro, a reprodução midiática dos estereótipos de gênero e a promoção da violência contra as mulheres foram abordados, como destaca o Texto de Apoio:

A dominante mídia das elites banaliza, permanente e metodicamente, a violência, criando estereótipos do masculino e do feminino, de classe, dos diferentes grupos raciais ou étnicos que intensificam as formas de discriminação. Por representar um espaço de interesse de indivíduos e grupos, constitui-se instrumento de poder que expressa as opiniões pessoais, de classe e de ideologia. Ao reproduzir parcialmente a realidade, constrói o imaginário coletivo, utilizando-se de imagens e caricaturas que intensificam os preconceitos de classe, raça, etnia e gênero, tendo sido durante muitas décadas, um instrumento eficaz para interiorizar a representação da superioridade masculina e branca (TEXTO DE APOIO 22 DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2004, p. 318).

Em 2010, no 29º Congresso, foi apresentada a proposta de realização do I Seminário de Mulheres do ANDES-SN, o que ocorreu em julho do ano seguinte. A atividade teve como eixo central a violência contra a mulher e a saúde reprodutiva feminina. A diversidade geracional e etnicorracial também foram pautadas nas mesas de debates do seminário, assim como a participação das docentes no movimento sindical.

Durante entrevista concedida no evento, Marina Barbosa Pinto, presidente do ANDES-SN na época destacou a importância do seminário para consolidação da trajetória de lutas do sindicato.

A apropriação das lutas femininas pelo sindicato significa reconhecer especificidades e valorizar o papel da mulher no trabalho. Significa também que o ANDES-SN está antenado com o debate social e com a trajetória de lutas sociais, mas com muito mais responsabilidade e necessidade de avançar nas conquistas (I SEMINÁRIO DE MULHERES DO ANDES-SN, 2011).

O II Seminário de Mulheres do ANDES-SN foi realizado em 2013 conforme deliberado no 31º Congresso, com o tema “As novas configurações do mundo do trabalho e os desafios para as mulheres”. A temática diversificada possibilitou a discussão sobre as condições de trabalho das mulheres e a autonomia sobre os seus corpos, incluindo o debate sobre o aborto³⁴. De acordo com o informativo divulgado na página eletrônica do ANDES-SN, o evento contou com a participação de representantes da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir.

No 33º Congresso, em 2014, a produção de material educativo contra a discriminação etnicorracial, de gênero e orientação sexual foi fomentada pelo sindicato. Além da proposta de criação, a partir das seções sindicais e da comunidade acadêmica, de espaços de debates sobre a violência contra a mulher nas instituições de ensino superior.

As pautas apresentadas no Plano de Luta para as Mulheres do ANDES – SN, em 2000, aprimoradas e ampliadas nas demais proposições do sindicato, durante os congressos seguintes, podem ser agrupadas em eixos temáticos, recurso que facilita a compreensão e a elaboração de planos de ação específicos para cada assunto. No entanto reforçamos o caráter estrutural da violência contra a mulher e a diversidade de expressões que ela pode assumir na sociedade de classes, especialmente adensadas pelo patriarcado e pelo racismo. Desse modo, as principais temáticas serão detalhadas a seguir, considerando o acúmulo de debates e ações do movimento feminista.

³⁴ No 35º Congresso da categoria docente, realizado em Curitiba/PR, em 2016, foi apresentada a resolução que defende a articulação do sindicato nacional com movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres, na luta contra a criminalização do aborto, o que explicita a defesa por parte do sindicato nacional da legalização e descriminalização do aborto no Brasil. Há ainda a proposta de contribuir com as manifestações contra o PL5069/13 que, entre outras medidas, intensifica a punição para as mulheres que realizarem práticas abortivas, inclusive as vítimas de estupro que contam atualmente com o direito ao aborto garantido.

3.1.1 Violência Doméstica e Familiar

*“Se tem violência contra a mulher,
a gente mete a colher!”*

Acompanhamos a construção histórica que definiu o espaço privado, essencialmente o doméstico, como o lugar da mulher, onde a manutenção e a reprodução da vida representam suas principais atribuições. É nesse espaço, fundamentalmente, que as mulheres estão expostas aos diversos tipos de violência praticadas por pessoas próximas, a maioria homens, com quem mantém ou já mantiveram algum tipo de relacionamento. A violência doméstica e familiar expressa o poder e o controle dos homens sobre a vida, os desejos e corpos das mulheres garantindo a submissão.

O controle persistente sobre a fidelidade feminina informa que em nossa sociedade a mulher ainda é considerada como uma propriedade do homem “legitimada” pelo contrato matrimonial formal e/ou informal. A mulher é vista como parte de seu domínio, de seu território, de seus pertences, cujo corpo é considerado parte de suas posses e seus objetos, podendo dele dispor a seu gosto (BANDEIRA, 2013, p. 69).

Promulgada em 2006, a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um marco na legislação brasileira no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. A luta histórica pelo direito à vida e à segurança encontrou em Maria da Penha Fernandes³⁵ o ícone para elaboração da lei. De acordo com a legislação, caracteriza-se como violência doméstica e familiar:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente da coabitação

³⁵ Em 1983, Maria da Penha Fernandes foi vítima de tentativa de homicídio pelo marido. Na ocasião, os tiros disparados por ele fizeram com que ela ficasse tetraplégica. A lentidão da justiça brasileira no julgamento do caso levou a condenação do país nos fóruns internacionais, como a Organização dos Estados Americanos – OEA.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006).

A lei Maria da Penha representa avanço significativo na condução jurídica dos casos de violência no âmbito doméstico, por considerar as agressões como violação dos direitos humanos. A lei ainda amplia a concepção de violência doméstica caracterizada, em muitos momentos, como lesões físicas. A partir dela, a violência psicológica, sexual, patrimonial e a moral também são consideradas na definição das medidas punitivas e na promoção de ações preventivas.

As medidas integradas de prevenção e de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar também representam progressos. Em seu texto a implantação de Delegacias de Atendimento à Mulher, a elaboração de campanhas educativas de prevenção à violência doméstica e familiar, a capacitação permanente das Polícia Civil e Militar e de profissionais que atuam com a demanda e a assistência à mulher prestada de forma articulada são defendidas. Estas ações ficam mais perceptíveis no artigo art. 35 da lei:

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I – centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II – casas-abrigo para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III – delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV – programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica familiar;

V – centros de educação e de reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006).

As falhas na condução das ações preventivas e de assistência, até mesmo nas medidas punitivas, são denunciadas pelas mulheres que recorrem à justiça para que a lei seja aplicada. A culpabilização da vítima durante os atendimentos, a falta de delegacias especializadas em muitos municípios e o horário de atendimento representam questões que merecem debate e ajustes, bem como a disponibilização e estrutura das casas-abrigo. Tais limitações aliada ao machismo enraizado em nossa sociedade fazem com que as mulheres se sintam inseguras para denunciar seus agressores, a dependência econômica e afetiva influenciam de igual modo na tomada desta decisão.

Os dados divulgados pelo Mapa da Violência 2015, expressam numericamente o quanto a sociedade brasileira precisa avançar para que as mulheres vivam com mais segurança

e respeito. O levantamento apontou que 71,9% dos casos de violência apurados ocorrem nas residências das vítimas, sendo os parceiros ou ex-parceiros responsáveis por 67,2% das agressões. Os tipos de violência mais denunciados são de agressões físicas (48,7%), seguidos de violência psicológica (23%) e violência sexual (11%). No relatório há o alerta sobre concomitância das diversas modalidades de violência, o que acentua os dados apresentados.

A recorrência dos casos de violência contra a mulher e a constante luta do movimento feminista e das organizações sensíveis a causa culminaram com a aprovação da Lei 13.104, em 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, a partir dela o homicídio de mulheres é considerado crime hediondo, quando motivado pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Destacamos que marcos legais não são suficientes para que a violência doméstica e familiar sejam eliminados, a condição estruturante da violência para manutenção do patriarcado e, portanto, da submissão feminina demanda ações com perspectiva emancipatória. No entanto, a defesa da legislação e a vigília constante da sua aplicação representam para o movimento feminista, referenciado no marxismo, a interferência e a construção cotidiana do processo de transformação da sociedade com vistas para emancipação humana.

3.1.2 Sexualidade, direitos reprodutivos e aborto

*“Educação sexual para decidir,
contraceptivos para não abortar,
aborto seguro para não morrer!”*

A vivência da sexualidade para as mulheres tem o peso do machismo que condiciona e regula a forma como as mulheres lidam com seus corpos e seus desejos. Socializadas para satisfazer os anseios masculinos, como objeto e propriedade, o exercício dessa experiência tem se transformado com o aumento da escolaridade das mulheres, a inserção delas no mercado de trabalho e a utilização de métodos contraceptivos. No entanto, às mulheres que se atrevem a romper com o estereótipo recatado, os julgamentos conservadores e práticas diversas de violências são recorrentes.

Cerca de 45% das mulheres entrevistadas na pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados”, publicada pela Fundação Perseu Abramo, em 2013, revela

ter tido apenas um parceiro sexual na vida. Analisando os dados levantados Diniz (2013) destaca:

Em todas as respostas sobre a vida sexual o grau de imprecisão é considerável, uma vez que há um viés clássico relacionado aos padrões de gênero nos quais homens e mulheres buscam se conformar ao que deles se espera. As mulheres se constrangem em declarar inúmeros parceiros, sob receio de serem consideradas promíscuas e assim desvalorizadas, tendendo portanto a subestimar esse número, enquanto os homens tenderiam a superestimar o número de parceiras, o que os valoriza como grandes sedutores (DINIZ, 2013, p. 164).

A sexualidade envolve questões que superam o desejo e o ato sexual, as transformações do corpo, seu reconhecimento e aceitação ainda são questões tratadas com muita cautela pelas mulheres. A associação dessa vivência à procriação e à aspectos da vida privada merece destaque diante dos dados indicados pela pesquisa da Fundação Perseu Abramo, os quais apontam que 57% das mulheres entrevistadas, quando questionadas sobre os elementos positivos de ser mulher defenderam a maternidade (gerar/engravidar), ter uma família (casamento/marido) foi a resposta de 16% das mulheres, apenas 1% elencaram aspectos da sexualidade, como se sentir desejada, de forma positiva.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, abordou temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, destacando na plataforma de ação a definição desse conceito:

Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências (IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1995, p. 179).

O debate sobre os métodos contraceptivos também se inserem nessa temática, como elemento importante para autonomia das mulheres na regulação das taxas de fecundidade, o que não elimina a crítica ao fato da responsabilização quanto a concepção ser direcionada a elas. Atualmente, nas redes sociais e coletivos feministas os efeitos nocivos da pílula anticoncepcional têm sido abordados, este método é utilizado pela maioria das mulheres brasileiras, em alguns países da Europa, como na França, o uso da pílula mais acessível financeiramente no Brasil foi proibido, devido aos efeitos colaterais causados. O uso da camisinha masculina, importante inclusive para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, diante do machismo fica condicionado à vontade do homem em utilizar ou

não. Muitas mulheres por medo ou vergonha não conseguem impor o uso ao parceiro. Infelizmente essa discussão não é acessível às mulheres mais pobres que demandam os serviços de saúde do Estado, a alternativa de contracepção mais indicada para estas mulheres são a pílula ou a laqueadura.

Observa-se a imposição de um modelo heteronormativo de sexualidade pautado no controle e regulação dos corpos das mulheres, impondo-as a reprodução quando conveniente. Não obstante, a ofensiva a este padrão tem sido fortalecida na atualidade e o movimento feminista tem parcela significativa de contribuição na ampliação do debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Há a necessidade de ampliação da ação do Estado nessa questão, garantindo serviços de saúde adequados e em horários compatíveis com a rotina de vida e trabalho das mulheres, especialmente as mais pobres que ficam a margem dessa discussão, além da disponibilização de métodos contraceptivos.

O debate sobre o aborto insere-se no contexto de discussões sobre a sexualidade, a saúde pública e a maternidade compulsória. Refere-se essencialmente ao direito da mulher ao próprio corpo. A recorrência de relatos de mulheres que praticaram algum método abortivo nos aponta a hipocrisia posta no debate, além da ineficiência da legislação brasileira no trato da questão. O fato de ser considerado crime não impede que as mulheres recorram a esta prática para interromper a gravidez indesejada, como sinaliza a palavra de ordem utilizada pelas feministas “as ricas abortam, as pobres morrem” ou ficam com sequelas dos procedimentos realizados de forma clandestina.

Matos (2010) ao tratar da criminalização do aborto no Brasil destaca as tentativas de coibir a prática, inicialmente no período da colonização quando a necessidade de aumentar a população na Colônia era defendida. Nesse sentido, o abortamento era criticado e proibido, cabendo punição para quem o fizesse. O trato da questão ficava circunscrito ao Estado, a Igreja e aos profissionais de medicina que articulados condenavam a prática. Nos dias atuais, as discussões sobre o tema seguem a mesma perspectiva condenatória e limitada, a criminalização impede o debate amplo, é como se a proibição impedisse a realização das práticas abortivas pelas mulheres, o que não se verifica no cotidiano.

O Código penal brasileiro, promulgado em 1940, caracteriza o aborto como crime passível de prisão, exceto nos casos em que a mulher corre risco de morte ou quando a gravidez for resultado de estupro. Atualmente há decisões favoráveis emitidas por juízes do Supremo Tribunal Federal nos casos de anencefalia. As tentativas de revisão do Código Penal trouxeram, nos últimos anos, o questionamento à legislação relativa ao aborto, o movimento feminista tem protagonizado o debate ao apontar a interferência do Estado na

autonomia das mulheres sobre seus corpos. No entanto, os contrários ao aborto, especialmente os vinculados à religiões de diversas matrizes, também interferem nas discussões carregando o debate com valores morais conservadores.

Conforme destaca Matos (2010), a partir dos anos 2000 foram apresentados mais de 34 projetos de lei sobre o aborto no Congresso Nacional, a maioria de conotação reacionária, com propostas que inclusive visam anular as conquistas já obtidas, como no caso de estupro ou de risco de morte para a mulher. A polarização do debate ficou evidente em 2007 quando o projeto de lei 1.135/91, que anexava todos os projetos referentes ao tema, foi desarquivado. O autor aponta que a intenção do relator, na Comissão de Seguridade Social e Justiça, era de dividir os processos em favoráveis e desfavoráveis, como num jogo de torcidas adversárias.

O debate na Câmara dos Deputados para votação dos projetos de lei expressou a polarização, mais uma vez, das duas correntes que vêm tratando do assunto, tanto a que defende a legalização do aborto como a que pretende manter, ou ampliar, a sua criminalização. Mostrou, também, que os deputados defensores da criminalização não admitem a possibilidade de legislar sob um Estado laico. Na temática do aborto também se expressa a apropriação do Estado para interesses particulares, uma vez que a maioria dos deputados seguem a lógica de que “a lei que ajudo a construir ou o parecer que emito são pautados nos meus valores religiosos”. O desrespeito não é só com a laicidade – que a Constituição Federal de 1988 consagra -, mas com o outro, que pode ser de outra religião ou de nenhuma (MATOS, 2010, p. 40).

O Projeto de Lei 5069/2013, conhecido como Estatuto do Nascituro, representa exemplo atual do retrocesso posto no debate sobre o aborto no Brasil. A proposta assegura para a mulher que engravidar em decorrência de estupro o pagamento da “bolsa estupro” por parte do Estado, caso o estuprador não seja identificado para assumir as despesas com a criança. O projeto ainda altera a Lei 12.845/2013 que trata do atendimento médico, psicológico e social às vítimas de violência sexual, garantindo atendimento emergencial integral e multiprofissional, além do acesso prioritário à medicação contra doenças sexualmente transmissíveis e ao contraceptivo de emergência (pílula do dia seguinte). Com a aprovação do Estatuto do Nascituro, a mulher deve comprovar, com a realização de exame de corpo de delito, a violência sofrida antes de iniciar o atendimento emergencial.

Em 2015, a Frente Nacional contra a Criminalização da Mulher e pela Legalização do Aborto³⁶ entregou na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, petição com 87 mil assinaturas contra o Estatuto. A medida demonstra, aliada às

³⁶ A Frente é formada por diversas instituições feministas no Brasil que convergem com a pauta da descriminalização e legalização do aborto no Brasil.

manifestações de várias organizações feministas a tentativa das mulheres de impedirem mais retrocessos na garantia de seus direitos.

A necessidade de articulação e luta ficam mais evidentes quando consideramos a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentada em 2013, a qual aponta que mais de um milhão de brasileiras já realizaram aborto induzido entre os 18 e 49 anos, sendo 93% dos procedimentos realizados na zona urbana. A região nordeste concentra o maior número de casos, cerca de 418.922, outro dado relevante refere-se à raça e etnia das mulheres, o índice de aborto induzido pelas mulheres negras é o dobro das mulheres brancas.

Os dados e o acúmulo no debate apontam que a criminalização não impede que as mulheres recorram à práticas abortivas quando desejam interromper a gravidez. A tentativa de ocultar o tema e limitá-lo ao proibido, passível de condenação, contribui para mutilação e/ou morte das mulheres pobres que não encontram nos serviços públicos o atendimento adequado para realizarem o aborto. Acusam, especialmente as feministas, de serem contra a vida, quando elas lutam para que a vida das mulheres seja respeitada e preservada.

3.1.3 Creches

“Creches públicas e gratuitas, já!”

“Pra estudar e trabalhar, eu quero creche, creche, já!”

O acesso ao mercado de trabalho, ao ensino e ao espaço público de forma geral para as mulheres tem a condicionalidade do cuidado com os filhos, ainda visto como atribuição exclusiva delas. A legislação brasileira garante, a partir da Constituição Federal, o direito à creche para crianças de zero a seis anos de idade, sendo a criação dos espaços e a manutenção de responsabilidade dos municípios.

A luta por creches é pauta histórica no movimento feminista e no movimento sindical, mesmo com a garantia legal, o número de creches públicas é insuficiente e a qualidade dos serviços prestados são elementos presentes nas críticas elaboradas pelas mulheres, assim como o horário de funcionamento das creches que não se adaptam a rotina das mulheres trabalhadoras.

O debate sobre as creches não se limita a garantia do direito das crianças à educação e assistência, ele possibilita e demanda a reflexão sobre a responsabilização das mulheres pelo

trabalho doméstico e as atividades voltadas para o cuidado e reprodução familiar, interfere especialmente na garantia de equipamentos públicos que contribuam para consolidação da autonomia econômica e política das mulheres.

3.1.4 Condições de Trabalho

“Basta de exploração, trabalho digno para as mulheres!”

“Trabalho terceirizado, vidas precarizadas!”

As condições e limitações para inserção das mulheres no mercado de trabalho foram apresentadas no decorrer deste estudo, os vínculos empregatícios mais precários e com horários flexíveis, a partir de contratos temporários ou em empresas terceirizadas, são os mais comuns para as mulheres trabalhadoras.

Para as mulheres com filhos, que ingressam no mercado de trabalho, a manutenção e ascensão profissional são condicionadas pelo tempo dispensado às tarefas de cuidado com a família. A partilha do trabalho doméstico não é realidade para maioria das mulheres, a falta de creches, restaurantes e lavanderias públicas contribui para que essas tarefas permaneçam no âmbito privado. Desse modo, a discussão sobre a divisão do trabalho doméstico permanece no limite da “ajuda” dos homens que tratam as tarefas de cuidado e reprodução da vida como acessórias.

A jornada intensiva, extensiva e intermitente de trabalho também é marcada pela desigualdade salarial das mulheres em relação aos homens. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), elaborou um diagnóstico sobre as condições de trabalho das mulheres no Brasil, com referência no ano de 2014, os dados revelaram que o salário médio dos homens era de R\$ 1.831,00, quando o das mulheres era de R\$ 1.288,00. Além da diferença salarial, a pesquisa apontou que o número de mulheres inativas, sem salário mínimo e carteira assinada, é maior do que o número de homens.

O assédio sexual representa, no conjunto dos elementos aqui traçados, a expressão cotidiana das condições desiguais de trabalho das mulheres. O ato, caracterizado como violência, ocorre quando a inserção, manutenção e ascensão no emprego são condicionadas à relações íntimas e/ou sexuais, de forma não consensual. O movimento sindical e o movimento feminista têm promovido campanhas para que esta prática seja inibida, apontando que assédio

não é cantada, nem ao menos uma manifestação de relação interpessoal, é sim uma expressão de poder hierárquico dos homens, quem veem o corpo e a sexualidade das mulheres como objeto exposto para seu uso.

As condições de trabalho das mulheres estão sujeitas à precarização que incide sobre o conjunto dos trabalhadores. No entanto, os elementos históricos presentes na análise que elaboramos até o momento apontam as especificidades da exploração do trabalho das mulheres, as quais demandam ações e debates específicos.

O Plano de Ação e as proposições apresentados pelo ANDES-SN abordam os eixos temáticos mais recorrentes na luta das mulheres, demonstrando apreensão do debate feminista e inclusão do das pautas nas instâncias deliberativas e na luta do sindicato, o que contribui para ampliação dos direitos das mulheres e para superação das opressões as quais são submetidas.

3.2 As mulheres na presidência do ANDES-SN

Desde seu surgimento até 2012, o que inclui período em que se apresentou como associação, o ANDES-SN contou com 17 gestões, sendo 12 presididas por homens e 5 por mulheres, como demonstra o quadro a seguir:

NOME	GESTÃO	SEÇÃO SINDICAL
Oswaldo de Oliveira Maciel	1981 a 1982	APUFSC
Luiz Pinguelli Rosa	1982 a 1984	ADUFRJ
Maria José Ribeiro	1984 a 1986	APES-JF
Newton Lima Neto	1986 a 1988	ADUFSCar
Sadi Dal Rosso	1988 a 1990	ADUnB
Carlos Eduardo Malhado Baldijão	1990 a 1992	ADUSP
Márcio Antônio de Oliveira	1992 a 1994	APESJF
Luiz Henrique Schuch	1994 a 1996	ADUFPEL
Maria Cristina de Moraes	1996 a 1998	ADURN

Renato de Oliveira	1998 a 2000	ADUFRGS
Roberto Leher	2000 a 2002	ADUFRJ
Luiz Carlos Gonçalves Lucas	2002 a 2004	ADUFPEL
Marina Barbosa Pinto	2004 a 2006	ADUFF
Paulo Marcos Borges Rizzo	2006 a 2008	APUFSC
Ciro Teixeira Correia	2008 a 2010	ADUSP
Marina Barbosa Pinto	2010 a 2012	ADUFF
Marinalva Silva Oliveira	2012 a 2014	SINDUFAP

Com o objetivo de desvendar a inserção do debate feminista e das mulheres no movimento sindical, especialmente no ANDES-SN, foram realizadas entrevistas com as mulheres que presidiram o sindicato nacional, nas gestões de 1984, 1996, 2004, 2010 e 2012. Os caminhos trilhados por elas são exemplos de fortalecimento e resistência das mulheres diante das opressões e na luta pelo acesso ao espaço público. Suas histórias revelam os limites impostos à militância feminina e, no mesmo percurso, as alternativas de enfrentamento à submissão.

Temos uma presença muito grande de mulheres no sindicato [...] temos dirigentes importantes nessa categoria que pautaram debates fundamentais, principalmente o do feminismo, que atualmente com todas as limitações vem se consolidando no ANDES-SN (BARBOSA³⁷, 2016).

A primeira mulher a assumir a presidência do sindicato nacional foi Maria José Vieira Féres, entre os anos 1984 e 1986. Atualmente professora aposentada, a historiadora que nasceu em Juiz de Fora/MG tem a trajetória profissional e de militância política marcada por diversas experiências e vínculos partidários.

Após um intervalo de dez anos a direção nacional do sindicato foi assumida por Maria Cristina Moraes, entre 1996 e 1988. A docente que nasceu em Belém de Maria/PE é mestre em arquitetura e urbanismo e, atualmente, encontra-se aposentada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

³⁷ Entrevista oral, concedida por Marina Barbosa Pinto, em 2016. Entrevistadora: Ana Paula de Souza.

Já em 2004, o cargo de presidência do ANDES-SN foi exercido por Marina Barbosa Pinto, que foi eleita para retornar à função em 2010, cumprindo assim dois mandatos. Marina atua como professora desde 1992, iniciando a carreira docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em seguida, na Universidade Federal Fluminense, atualmente leciona na Universidade Federal de Juiz de Fora, com graduação em Serviço Social e doutorado e História, nasceu em Cachoeiras de Macacu/RJ e reside atualmente em Juiz de Fora/MG.

Ao final da gestão de Marina, a presidência do ANDES-SN foi assumida por outra mulher, Marinalva Silva Oliveira, entre 2012 e 2014. Com graduação em psicologia, a docente atua na profissão há 20 anos, nasceu em Caravelas/BA já trabalhou na Universidade Federal do Amapá, na Universidade Federal do Pará e, atualmente exerce a função docente, na Universidade Federal Fluminense.

A biografia das quatro mulheres que representaram nacionalmente o ANDES-SN ao longo da história envolve o cuidado com os filhos e /ou familiares e a dedicação à formação profissional e à militância sindical e/ou partidária. A perspectiva de transformação social e interferência nos processos políticos vigentes no país representaram motivações para a presença e filiação das docentes nas Seções Sindicais do ANDES-SN:

[...] foi um período muito rico, de luta contra a ditadura militar e pela construção de uma Universidade pública, gratuita, democrática, e de qualidade para todos. A importância da educação em geral e particularmente da educação superior na construção de uma sociedade justa e democrática permeava toda a discussão do chamado movimento docente naquela época. A questão salarial tinha o seu peso, mas não era o único motor da luta. Pelo contrário: as discussões sobre uma possível reforma universitária, rompendo os padrões que haviam sido impostos em 1968, mobilizava os docentes das Instituições Federais de Ensino. Nós queríamos MUDAR O MUNDO para melhor e a Universidade era considerada uma Instituição fundamental para o êxito desta luta. Esta era a grande motivação para participar do movimento docente (FÉRES³⁸, 2016).

Todas as entrevistadas se filiaram a Seção Sindical da região onde trabalhavam, logo no início da atuação profissional. A referência organizativa no sindicato tinha inicialmente a intenção de luta pela melhoria das condições de trabalho, a partir do reconhecimento da condição de classe:

Vale destacar que foi no semestre que comecei a lecionar na UFRN que ocorreu a primeira greve nacional de docentes de Instituições Federais de Ensino Superior. Durante 26 dias (16 de novembro a 12 de dezembro) professores de 19 Universidades Autárquicas e 7 Escolas Isoladas pararam suas atividades. Foi o meu batismo em greve, pois a ADURN aderiu ao

³⁸ Entrevista concedida por Maria José Vieira Féres, via email, em 2016. Entrevistadora: Ana Paula de Souza.

movimento e os professores entraram em greve. Todo este contexto me motivou a participar do Movimento Docente (MORAIS³⁹, 2016).

A ideia de me inserir imediatamente no sindicato surgiu primeiro por compreender que nenhum trabalhador pode estar numa vida de vínculo trabalhista sem ter uma proteção primeira que é o sindicato. Segundo por entender que este é um espaço de defesa dos interesses maiores (BARBOSA, 2016).

O ANDES-SN representa o espaço de compartilhar a luta em defesa da Universidade pública e a defesa por melhores condições de trabalho. É o espaço que representa os interesses dos docentes (OLIVEIRA⁴⁰, 2016).

Antes de se tornarem presidentes do ANDES-SN todas as docentes assumiram diretorias nos sindicatos locais e/ou no nacional. A partir das entrevistas observamos que não há distinção de cargos entre homens e mulheres, sendo a trajetória política e a indicação da base critérios para definição dos cargos.

A participação não é uma participação que trabalha com a perspectiva das cotas, por exemplo, mas trabalha com o reconhecimento da representação e do balanço das companheiras nos seus locais e por isso elas ocupam os espaços nacionais (é o balanço de cada um e o projeto que cada um define para construção da chapa). Não vejo, a princípio, a definição de lugares por serem mulheres (tivemos mulheres presidentes, mulheres tesoureiras). Não vejo a princípio definido lugares pela questão de gênero. Ainda que eu ache que a gente precisa solidificar mais muitos debates específicos, não só esse (BARBOSA, 2016).

No entanto, se considerarmos que a inserção das mulheres e dos homens nos espaços de trabalho e, por conseguinte, nas organizações dos trabalhadores se faz de forma distinta e desigual podemos inferir que há critérios postos, a partir de elementos estruturais da nossa sociedade, para presença e ascensão das mulheres na organização sindical. Por assumirem traços estruturais as opressões estão presentes em todos os espaços da sociedade e o movimento sindical não fica isento dessa condição, durante entrevista as docentes apontaram experiências de opressão de gênero, de forma velada ou mais explícita.

Abertamente não, mas de forma escamoteada, sim. Para ser respeitada, a gente acaba tendo que falar alto e grosso, para ser escutada pelos homens (FÉRES, 2016).

Percebia, mas o modo de lidar não era ir para a instância do debate feminista. [...] No momento em que vivia a situação, não me lembro de

³⁹ Entrevista concedida por Maria Cristina de Moraes, via email, em 2016. Entrevistadora: Ana Paula de Souza.

⁴⁰ Entrevista concedida por Marinalva Silva de Oliveira, via email, em 2016. Entrevistadora: Ana Paula de Souza.

serem tantas, nem tão gritantes, elas foram debatidas e pautadas no debate mais geral das tarefas da diretoria e do próprio sindicato (BARBOSA, 2016).

O artigo de Mary Garcia Castro “*Gênero e poder no espaço sindical*”, publicado em 1993, aponta elementos relevantes para compreensão das práticas opressivas nas organizações sindicais, o discurso masculino representado pela ‘fala grossa’ e contundente, em muitos momentos inibe a manifestação das mulheres, seja nos atos ou nas assembleias. A necessidade de impor um tom de voz mais grave e o assédio sexual contribuem para que as mulheres se intimidem diante de grandes plateias e sintam-se coagidas a alcançar um padrão masculino de representação. A caracterização do sindicalista altivo remete ao enfrentamento, configurando um perfil necessário para as negociações salariais ou de melhores condições de trabalho, por exemplo. É comum percebermos, nas mulheres que ocupam postos de liderança, o esforço para “falar mais alto” e o cuidado, inclusive com as roupas, para evitar os olhares opressivos e assediadores da plateia (masculina) alvo da oratória. É como se o lugar de liderança ou de representação política não fizesse parte da vida das mulheres e para acessá-los a adoção de estereótipos masculinos fossem necessários.

O movimento feminista ao longo de sua consolidação e a partir de figuras históricas como Clara Zetkin, Alexandra Kolontai e Rosa Luxemburgo aponta a necessidade de desconstrução desse padrão de representatividade, destacando que o espaço público pertence às mulheres com toda sua diversidade étnica, entonação e estilo de vida. A fala não precisa ser mais alta ou grave para ser escutada e o diálogo não pressupõe virilidade. A desconstrução dos estereótipos é elemento importante para o enfrentamento ao machismo que permeia as organizações sindicais e os demais espaços públicos onde as mulheres almejam participação.

Os relatos das docentes apontam que a aproximação com o debate feminista ocorreu, de forma mais intensa, nas instâncias do sindicato (reuniões da diretoria, congressos, Conad):

O sindicato tem feito esse debate há anos e temos aprofundado nas questões sobre aborto, creches etc. Mas o debate, na maioria das vezes, está nos congressos e Conad. As seções sindicais precisam dedicar e colocar na pauta diariamente este debate. Só assim podemos avançar (OLIVEIRA, 2016).

Não estava muito voltada para a discussão do feminismo, esse debate entrou na militância quando comecei a assumir cargos mais de ponta no ANDES – SN, particularmente nos anos 2000/2002. [...] Nós construímos diferentes frentes de resistência e uma delas foi o debate de que o sindicato, pela particularidade de ter vários grupos de trabalho com temas específicos, precisava colocar no cenário do seu debate a discussão de etnia, gênero e classe. [...] Construímos nacionalmente a proposta de um grupo de trabalho, a partir desse momento o grupo de trabalho deslanchou no ANDES-SN, quando estive presente nas diretorias e na própria militância de base me

alimentei desse debate e também a partir da discussão de companheiros que militam na questão (BARBOSA, 2016).

As docentes avaliam ainda que a apropriação do ANDES-SN dos debates feministas tem avançado e possibilitado a compreensão, por parte da categoria, das pautas levantadas pelas mulheres. A articulação com a CSP – Conlutas contribui com a formação e permite que o sindicato amplie a atuação sobre as pautas.

No entanto, a organização do tempo e a dinâmica de vida para participação dessas mulheres nas atividades inerentes aos cargos que ocupavam nos mostra o quanto as tarefas voltadas para a reprodução da vida do cuidado com filhos e família estão presentes na vida das mulheres:

Mesmo sem ter marido e filhos, quando assumi cargos na direção nacional do ANDES-SN a minha rotina de vida mudou muito. Apesar de estar afastada do mandato classista, principalmente os dois anos no exercício da presidência, minha vida foi o maior sufoco pelo intenso número de viagens e longos períodos de permanência em Brasília. Ficava pouco tempo em Natal e sentia muita falta de meus familiares (MORAIS, 2016).

[...] além de não sermos dispensadas das atividades acadêmicas para militar no sindicato, temos as tarefas de mães, que por ser mulher, parece que é obrigação dedicar mais tempo aos filhos do que os pais. Por isso, a atuar na direção do ANDES-SN requer muito tempo fora de casa e ausência dos filhos. Como mulher parece que a cobrança é maior, além do sofrimento da quebra do vínculo afetivo com os filhos. Por exemplo: não participar das atividades diárias dos filhos e principalmente quando o filho é criança. Acho que esse é um dos motivos para termos um número muito menor de mulheres na direção do ANDES-SN, em comparação com os homens (OLIVEIRA, 2016).

A solidariedade entre os amigos e familiares permitiram que as docentes exercessem os mandatos e cumprissem as tarefas que assumiram no sindicato, o que demonstra, como destaca Oliveira (2016) a construção de uma rede de solidariedade.

Muitos companheiros do local onde eu vivia e trabalhava foram fundamentais e solidários para o cuidado com meus filhos, sem isso não seria possível. Nunca teve uma estrutura definitivamente montada no sindicato para viabilizar isso (BARBOSA, 2016).

As mulheres, apesar da condição desigual de inserção no espaço público criam redes de apoio que contribuem para o enfrentamento da opressão e das circunstâncias que limitam a presença delas nos espaços organizados pelo ANDES-SN. No entanto, as políticas e ações voltadas para viabilizar a presença e atuação delas nas organizações dos trabalhadores são essenciais para que o cuidado com os filhos e familiares seja socializado. No 34º Congresso o

sindicato nacional deliberou que as próximas plenárias da entidade seriam realizadas com a garantia de creches para que os delegados e observadores pudessem levar seus filhos.

O espaço funciona seguindo a programação do Congresso e conta com o trabalho de recreacionistas, monitoras e acompanhamento de uma profissional de pedagogia durante todos os turnos. O espaço recebeu durante o 35º Congresso, 6 crianças, com idades que variam de 18 meses a 12 anos (ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UESC, 2016).

A defesa das creches nos espaços de formação, assembleias e encontros já representava pauta de discussão no 19º Congresso, realizado em 2000, integrando o Plano de Lutas para as Mulheres desenvolvido pelo ANDES-SN. Medidas com esta são relevantes para inserção das mulheres no sindicatos público e possibilitam que as tarefas voltadas para o cuidado com os filhos sejam pensadas e trabalhadas para além do âmbito privado.

Os limites impostos à participação das mulheres nos espaços públicos perpassam a vida delas de forma total e intensa, pois envolvem a esfera afetiva historicamente atrelada às mulheres como característica subalterna e repleta de reponsabilidades e atribuições. Pensar a presença das mulheres nos espaços de liderança sindical requer a compreensão dos determinantes econômicos, sociais, políticos e psicológicos que configuram suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os elementos que possibilitam e condicionam a presença das mulheres nas organizações sindicais implica considerar a presença delas no mercado de trabalho brasileiro, assumindo funções em ramos produtivos específicos e determinados pela divisão sexual do trabalho. Foi a partir da inserção no mercado de trabalho e com o acúmulo de debates e ações do movimento feminista que as mulheres reconheceram nos sindicatos o espaço propício para apresentarem suas demandas questionando a diferença salarial, a divisão do trabalho doméstico, a falta de creches, o assédio sexual e demais questões que perpassam o cotidiano de trabalho.

Simultaneamente os limites dessa aproximação se apresentaram e as mulheres perceberam que a simples denúncia das condições diferenciadas de trabalho e de vida, a presença nas greves, nas assembleias e nos demais espaços organizados pelos sindicatos não eram suficientes para problematização da exploração e opressão de gênero vivenciadas por elas. Também nos sindicatos essas práticas são comuns e o seu enfrentamento exige a defesa da auto organização das mulheres e a inclusão mais sistemática do debate feminista nas instâncias sindicais, além de proposições que interfiram na dinâmica desse processo.

Nessa perspectiva ações relevantes foram historicamente apresentadas como a construção de secretarias e departamentos de mulheres nos sindicatos, responsáveis por coordenar o debate e apresentar propostas de ação que levem em consideração as especificidades da inserção diferenciada das mulheres no mercado de trabalho e nas organizações dos trabalhadores. Todo esse esforço é percebido nas ações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, que atualmente conta com uma secretaria nacional intitulada “Mulher Trabalhadora”. Este departamento, como consta no site da central sindical, é responsável por elaborar e desenvolver políticas que contribuam para promoção das mulheres trabalhadoras, além de assessorar o debate nas entidades filiadas. Independente dos caminhos políticos assumidos pela organização, a proposta de fortalecer a discussão sobre as questões pertinentes à vida das mulheres é essencial e positiva, considerando a influência que a entidade ainda tem nos sindicatos brasileiros.

De igual modo, a CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular apresenta na sua estrutura organizativa um setorial de trabalho específico para as mulheres, também responsável pela elaboração de políticas voltadas para as mulheres trabalhadoras, sendo para os sindicatos filiados um ponto de apoio para proposições e ações contra o machismo e a opressão das mulheres.

A partir dessas iniciativas, a incorporação das pautas feministas encontra referência de apoio e as ações conjuntas com os movimentos específicos de mulheres são fortalecidas. Como modelo desta prática temos a relação entre o Movimento Mulheres em Luta (MML) e a CSP-Conlutas, central sindical a qual o ANDES-SN é filiado.

A articulação entre movimento sindical e movimento feminista torna-se relevante e necessária para que os sindicatos ampliem seu foco de atuação, de natureza econômica e reivindicativa, e incorpore em suas análises e lutas as questões mais amplas que perpassam a vida das mulheres trabalhadoras, considerando que produção e reprodução social são processos indissociáveis e influenciados por diversas mediações, como as de gênero e raça/etnia.

Nas produções de Karl Marx e Friedrich Engels que tratam da temática sindical encontramos a defesa de ampliação do papel econômico desempenhado pelos sindicatos, como possibilidade destas organizações contribuírem com o salto qualitativo no processo de emancipação dos trabalhadores. Na resolução apresentada pela I Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, essa perspectiva fica mais evidente:

[...] os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema e a escravidão assalariada. Têm-se mantido bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas. Contudo, nesses últimos tempos, começaram a se dar conta de sua grande missão histórica. [...] além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua emancipação radical. Devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência (RESOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES SOBRE OS SINIDCATOS, 2008, p. 92).

O que aparece como questão, especialmente após nossa aproximação com as resoluções e ações do ANDES-SN referentes à temática feminista é como se concretiza essa articulação e o papel de cada organização na condução dos debates e proposições. Cumprem os movimentos sociais, no caso o movimento feminista, o papel de assessor das discussões? Nesse sentido, as secretarias ou departamentos de mulheres dos sindicatos conseguem manter a autonomia na condução do debate e da luta? A elucidação dessas inquietações não encontram respostas prontas e o debate sobre elas insere-se no processo em curso das lutas sociais e organização dos trabalhadores e das mulheres.

No que se refere ao ANDES-SN, o que podemos destacar é a relevância da aproximação com o Movimento Mulheres em Luta, entidade que assessora o debate sobre as mulheres na CSP-Conlutas. Tal afirmativa é corroborada nas propostas apresentadas nos

congressos do sindicato que preconizam a articulação com os movimentos organizados da sociedade, voltados para a temática de gênero, além da presença do Movimento Mulheres em Lutas nos espaços de formação organizados pelo ANDES-SN.

No decorrer do estudo observamos a incorporação, por parte do sindicato, das principais pautas presentes no movimento feminista como a violência doméstica e familiar, a legalização e descriminalização do aborto, direito e acesso à creche, sexualidade e direitos reprodutivos e condições de trabalho. Temáticas abordadas em todos os congressos da categoria e em contínua discussão, a partir do Grupo de Trabalho - Política de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual. A criação do grupo de trabalho, no ano 2000, representa inclusive a proposta de inserir no movimento sindical o debate sobre as opressões, contribuindo para elaboração dos planos de ação da entidade sindical.

Outra questão relevante é o constante debate sobre a diversidade sexual e a garantia de direitos da população LGBTTI, pauta que integra as discussões sobre a sexualidade no movimento feminista. Em boa parte das proposições elaboradas pelo ANDES-SN a referência à temática é abordada, assim como o debate étnico/racial. O conjunto dessas discussões envoltas na luta contra as opressões demonstram que, no plano das proposições e debates, a categoria docente, a partir do sindicato nacional, consegue compreender a imbricação estrutural desses elementos determinantes na estruturação da sociedade.

As discussões nos espaços nacionais (Congressos e Conad) não implicam a limitação do debate nas instâncias superiores da organização dos docentes, já que cada congresso conta com representações das seções sindicais, o que possibilita a disseminação das formulações apresentadas. Cabe destacar que a proposta apresentada no 31º Congresso, em 2012, de integração do Grupo de Trabalho - Política de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual nos setoriais de mulheres da CSP-Conlutas possibilita a aproximação dos docentes com a luta das mulheres.

As entrevistas realizadas durante o estudo apresentaram questões ainda latentes nas análises sobre participação das mulheres nas organizações sindicais, por representar um espaço historicamente construído como masculino, as práticas machistas são recorrentes e estão diretamente relacionadas às relações de poder. É importante ressaltar, que os sindicatos não representam espaços isolados das contradições presentes na sociedade capitalista e a supremacia masculina envolve de forma direta a manutenção desses elementos, por vezes a partir da violência contra a mulher, apontada aqui no seu sentido estrutural. Desse modo, a incorporação das pautas feministas e a presença das mulheres nesses espaços não implicam necessariamente a superação das posturas opressivas.

Saffioti (2004) nos apresenta o debate essencial para compreensão dessa questão ao abordar em seus estudos o “empoderamento das mulheres”. Para a autora, a presença de algumas mulheres em espaços decisórios, seja nos sindicatos ou em outras organizações representativas dos trabalhadores, sem a construção da perspectiva emancipatória que envolva o conjunto das mulheres não altera a condição de submissão na sociedade capitalista. Em contrapartida, pode estimular a postura individualista voltada para construção do empoderamento individual, estimulando a competição entre as mulheres. Desse modo, afirmamos que não seremos livres enquanto outras mulheres forem oprimidas.

Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime (SAFFIOTI, 2004, p. 107).

Ainda que de forma inconsciente, os homens se beneficiam das relações patriarcais de gênero, a zona de conforto estabelecida a partir dessas relações os beneficia de forma direta. Portanto, a inclusão das pautas das mulheres nas deliberações e dos debates feministas nas instâncias sindicais, deve ser acompanhada da defesa do protagonismo das mulheres na luta feminista e da compreensão de que alteração da condição de opressão das mulheres implicam a supressão dos privilégios masculinos e a superação da ordem posta.

As pesquisas já realizadas sobre a participação das mulheres nos sindicatos, especialmente a partir da década de 1980, destacam aspectos da linguagem e comportamentos masculinos como potencializadores de um padrão de dirigente sindical, essencialmente dotado de características e estereótipos de gênero. Castro (1995) aborda de forma primorosa esses elementos ao pontar que a ocupação do espaço sindical pelas mulheres pode ser subsumida pelas posturas masculinas como interrupção da fala, assédio sexual e utilização de expressões sexistas e machistas durante as plenárias e assembleias.

Essas práticas inibem e constroem as mulheres que já contam com outros fatores limitadores para garantir a presença mais ativa nos espaços sindicais, como a garantia de creches nas atividades promovidas pelo sindicato, horário e duração das reuniões. As ações que envolvem a manutenção e reprodução da vida devem ser problematizadas pelas organizações sindicais, na perspectiva de compreendê-las como de responsabilidade de todos os membros da sociedade. Portanto, não se trata de uma questão a ser enfrentada no âmbito privado, mas sim coletivamente.

As organizações sindicais devem estar preparadas para, além dos debates e proposições de ações, implementar políticas que de fato tragam para o plano real medidas que possibilitem a participação das mulheres no espaços promovidos e, em conjunto com as demais organizações sociais envolvidas com a temática, estimularem as ações do Estado e do setor patronal nesse sentido. Pleiteando, por exemplo, creches públicas com horários compatíveis com a rotina das mulheres trabalhadoras, lavanderias e restaurantes públicos, para que nenhuma mulher deixe de participar de atividades políticas por questões relativas à manutenção e reprodução da vida.

No entanto, o debate e a elaboração de ações limitadas às questões estruturais não são suficientes quando temos como objetivo a transformação da sociedade e a construção de uma nova sociabilidade. Os aspectos psicológicos que incidem no processo de constituição da mulher como um ser social devem ser considerados nas instâncias deliberativas das organizações sindicais, contribuindo para o fortalecimento da luta da classe trabalhadora.

A atribuição às mulheres das tarefas relativas à reprodução e manutenção da vida, bem como o estereótipo de mulher frágil e submissa são referências constantes na formação da personalidade das mulheres. Assim, ainda que as trabalhadoras transitem pelo espaço público, “saindo de casa” para o trabalho e/ou para militância, a memória e as competências do lar compõem o caminho. Ou seja, quando as mulheres ocupam e constroem os sindicatos e fortalecem a luta da classe trabalhadora, as atribuições domésticas estão presentes no seu imaginário e no plano real como algo de sua competência exclusiva. Desse modo, a construção da “nova mulher⁴¹” é permeada por conflitos psicológicos e angustias que também precisam ser considerados na organização da classe trabalhadora. O questionamento à naturalização do espaço privado como algo destinado a elas e o espaço público aos homens contribui para agudização dessas questões subjetivas, que conformam a identidade das mulheres.

O descaso pelas questões de transformação pessoal, a redução dos horizontes de luta política, sem incorporar de forma efetiva o questionamento dos valores, comportamentos e privilégios que reforçam a dominação masculina, limitam a elaboração de uma nova moral, uma nova ética que orientem as relações pessoais e sociais (GODINHO, 2011, p. 10).

Outro ponto relevante observado, a partir da análise das proposições e ações do ANDES-SN, é a constante defesa por parte do sindicato nacional da superação do modo capitalista de produção e a instauração do socialismo. No Plano de Mulheres apresentado em

⁴¹ Alexandra Kolontai caracteriza a “nova mulher” como fruto do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, presente no mercado de trabalho e independente economicamente, voltada para construção da sua autonomia dissociada da referência burguesa de família.

2000, essa referência é bem nítida, como destaca o Relatório Final do 19º Congresso do ANDES-SN (2000, p. 254): “pela luta, junto com os trabalhadores, para derrotar a burguesia e instaurar o socialismo em todo o mundo, para acabar com a exploração e a opressão das mulheres, dos negros, da sexualidade, das nacionalidades”.

Saffioti (2004) já demonstrou que capitalismo, racismo e patriarcado conformam uma unidade indissociável que se reproduzem de forma contínua e mutua, a compreensão desse processo nos leva a apontar que a superação do modo de produção vigente não se faz sem a construção do feminismo, como fortalecedor da luta contra as relações patriarcais de gênero e todas as determinações que o capitalismo impõem à vida das mulheres.

A emancipação da mulher implica a construção de uma nova sociabilidade, o que corrobora com as proposições apresentadas pelo ANDES-SN. No entanto, superar a sociedade capitalista implica desconstruir as opressões cotidianamente com a definição de políticas e ações que de fato transformem a vida das mulheres. Em síntese, recorrendo mais uma vez à palavra de ordem utilizada pelas feministas marxistas, “sem feminismo não há socialismo” e sem a presença qualitativa das mulheres nos espaços sindicais, problematizando a exploração e opressão, o processo de emancipação das mulheres e dos homens no sentido genérico não se fará de forma plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUENA, Paulo. (org.). **O marxismo e os sindicatos**. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.

ARAÚJO, E. S. **As Reformas da Previdência de FHC e Lula e o Sistema brasileiro de Proteção Social**. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 13, n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2009.

ARAÚJO, C. M. A.; FERREIRA, C. V. **Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva**. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/trabalhogenero/TG_p309a346.pdf Acesso em: 21 de outubro de 2015.

ARRUZA, C. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**. Revista Outubro, n. 23, 1º semestre de 2015.

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. **O feminismo através da história**. Mujeres en Red: El Periódico Feminista, 2007. Disponível em: <http://www.mujiresenred.net/spip.php?auteur17&debut_articles=20#pagination_articles>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

ALVES, G. **Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000)**. In: Revista Sociol. Polít. Curitiba, 19, p. 71-94, Nov. 2002.

ALVES, J. E. D. **A Participação da mulher na Andes-SN**. Universidade e Sociedade, Brasília, n. 18, p.96-102, mar. 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARAÚJO, A. FERREIRA, V. **Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva**. In: Rocha, Maria Isabel B. (org.), Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 309-346.

BANDEIRA, L. **A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres**. In: Venturi, G.; Godinho, T. (orgs.), Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOLETIM ESPECIAL ANDES-SN. Brasília, novembro de 2004. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-7687834.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação n 9.394**. Brasília, 1996.

_____. **LEI MARIA DA PENHA**. Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006.

_____. **LEI DO FEMINICÍDIO**. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

CAPPELLIN, P. **Viver o sindicalismo no feminino**. In: Revista Estudos Feministas. Vol. 2. Supl. Especial. Florianópolis, 1994.

CARDOSO, A. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: editora Boitempo, 2013.

CARRASCO, C.; PETIT, M. **Mulheres Trabalhadoras e Marxismo: um debate sobre a opressão**. 1. ed. São Paulo: Sundermann, 2012.

CASTRO, M. G. **Gênero e poder no espaço sindical**. Estudos Feministas. n. 1/95. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16913/15475. Acesso em 05 de março de 2015.

Censo da educação superior 2012: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/> Acessado em 10 de fevereiro de 2015.

CISNE, Mirla. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista**. Anais IV Colóquio Internacional Marx e Engels, 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese de conclusão de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

_____. **Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista**. Temporalis, Brasília DF ano 14, n.28, p.133-149, jul./dez.2014

DANIEL, Camila. **O trabalho e a questão de gênero: a participação das mulheres na dinâmica do trabalho**. O Social em Questão – Ano XIV – n. 25/26 - 2011.

DIEESE- Pesquisa de emprego e desemprego- A inserção da mulher no mercado de trabalho. Distrito Federal, 2009. Disponível em: www.dieese.org.br. Acessado em 09 de fevereiro, 2015.

DINIZ, G. S. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos**. In: Venturi, G.; Godinho, T. (orgs.), *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

DONATONI, Alaíde Rita. **Trajatória do movimento docente do Ensino Superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

DURHAM, Eunice R. **Educação Superior, pública e privada**. Trabalho apresentado no seminário sobre educação no Brasil, 2003.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESMERALDO, Gema, G. S. L. **O feminismo na sombra: relações de poder na CUT**. EUFC, Fortaleza, 1998.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.

GONZÁLEZ, A.I.A. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GODINHO, T.; VENTURI, G. (Orgs). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GURGEL, T. **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Anais do evento Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. UFSC, Santa Catarina, 2010.

HAICAULT, Monique. **Produção e Reprodução. Relações Sociais de Sexo e de Classes**. In: *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HIRATA, Helena. **Visa Reprodutiva e Reprodução: família e empresa no Japão**. In: *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos**. Estudos Feministas – Ano 2 – 1994.

_____. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa. Vol. 37. n. 132. São Paulo, 2007.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KOLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LÊNIN, V. I. **O Socialismo e a emancipação da mulher**. Biblioteca da Nova Cultura, 1956.

LEONE, T. E.; TEIXEIRA, O. M. **As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu/MG, 2010.

LIMA, Kátia. **Reforma da educação superior no anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva**. Tese de conclusão de doutorado. Rio de Janeiro: UEFF, 2005.

_____. **A Educação Superior no Plano Nacional de Educação**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 30, n. 2, 625-656, maio/ago. 2012.

MATOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo Brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de uma intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MATOS, C. M. **A criminalização do aborto em questão**. São Paulo: Edições Almeida S/A, 2010.

MACIEL, Osvaldo de Oliveira. **Trabalhando a Luta, Construindo a História**. In: *Universidade e Sociedade*, v. II, n. 4, dezembro de 1992.

MARX, K. **A lei geral da acumulação capitalista**. In.: *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINTO, Lalo. **Reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MIRANDA, Kénia Ap. **As lutas dos trabalhadores da educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORTIZ, G. F. **A consolidação do capitalismo no Brasil: fundamento sócio-históricos para a profissão**. In.: *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

OTRANTO, Célia Regina. **Movimento Sindical Docente: História e Crise**. Revista Univ. Rural. Ser. Ciênc. Humanas. Rio de Janeiro: Vol 22(2): 213 – 229, jul/dez 2000.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, J.R.C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Conferência Universitária de Goiás, 2010.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. In: Mulher e Política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/juventude/mg/txt/mulgen.html>

VENTURI, G.; GODINHO, T. (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

VIANNA, Cláudia Pereira. **A Produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero**. In: Educação e Sociedade, n. 77, 2001.

Sites Consultados:

<http://www.andes.org.br/andes/portal.andes>. Acessado em 09 de fevereiro de 2015.

<https://marchamulheres.wordpress.com/> . Acessado em 09 de fevereiro de 2015.

<http://www.sof.org.br/> . Acessado em 05 de fevereiro de 2015.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao> . Acesso em 09 de fevereiro de 2015.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pns/default.asp?o=23&i=P> . Acesso em 20 de agosto de 2016.

<http://cspconlutas.org.br/setoriais-de-trabalho/mulheres/> Acesso em 20 de agosto de 2016.

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-cai-em-10-anos> . Acesso em 28 de agosto de 2016.

ANEXO I

Roteiro para entrevista com as mulheres que presidiram o ANDES-SN

1. Nome:
2. Idade:
3. Etnia:
4. Estado Civil:
5. Tem filhos?
6. Cidade onde nasceu:
7. Qual sua área de formação e qualificação?
8. Há quanto tempo atua na profissão de docente do ensino superior?
9. Ainda está na ativa ou já se aposentou? Caso tenha se aposentado, quando foi?
10. Durante sua trajetória profissional já trabalhou em quais instituições?
11. Onde trabalha e reside atualmente? Se não é o lugar de início de carreira há quanto tempo está neste local?
12. Quando iniciou o trabalho como docente se filiou imediatamente ao sindicato?
13. O que te motivou a participar das atividades promovidas pelo sindicato e a atuar no ANDES-SN?
14. Foi diretora do sindicato local antes do sindicato nacional? Se sim, por qual período? Onde?
15. Já ocupou quais cargos na estrutura organizativa do ANDES-SN? Por qual período?
16. Antes de iniciar a militância no movimento sindical participou de outras organizações como movimentos sociais ou partidos?
17. Atuou no movimento sindical em outra categoria? Se sim qual, quando e onde?
18. Atualmente possui vínculo partidário?
19. Durante a trajetória de militância teve aproximação com debate feminista?
20. Identificou alguma forma de opressão de gênero no decorrer de sua militância?
21. Para que você pudesse dedicar seu tempo ao sindicato, conciliando trabalho e família, como organizou sua estrutura de vida?
22. Como você analisa a participação das mulheres no ANDES-SN?
23. Qual é sua avaliação sobre a inserção do debate feminista na proposição de ações do sindicato?